



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

CRISE BANCÁRIA NO BRASIL APÓS O PLANO REAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA FALÊNCIA DE BANCOS PRIVADOS VAREJISTAS

Simone Pasianotto Costa

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Instituto de Economia da UNICAMP
para obtenção do título de Mestre em
Ciências Econômicas, sob a orientação
da Profa. Dra. Maria Alejandra Caporale
Madi.

*Este exemplar corresponde ao original da
dissertação defendida por Simone
Pasianotto Costa em 22/02/2001 e
orientada pela Profa. Dra. Maria
Alejandra Caporale Madi.*

CPG, 22/02/2001

Campinas, 2001



UNIDADE BC
 N.º CHAMADA: TVNI CAMP
C.823c
 V. Es.
 TOMBO BC 45431
 PROC. 16/392/01
 C ☐ D ☐
 PREÇO 11,00
 DATA 27/07/2001
 N.º CPD

CM00157714-8

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA**

C823c Costa, Simone Pasianotto
 Crise bancária no Brasil após o plano real: uma análise a partir da falência de bancos privados varejistas/ Simone Pasianotto Costa. – Campinas, SP : [s.n.], 2001.

Orientador: Maria Alejandra Caporale Madi
 Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia.

1. Bancos – Brasil. 2. Bancos – Falência – Brasil. I. Caporale Madi, Maria Alejandra. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

SUMÁRIO

Esta dissertação de mestrado caracteriza a dinâmica bancária no Brasil após a vigência do Plano Real, no período entre 1º de julho de 1994 até o final do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (janeiro de 1995 a dezembro de 1998), no que tange ao desempenho dos bancos varejistas privados, com destaque para aqueles de grande e médio portes com elevado volume de ativos e significativa carteira de clientes.

O objeto de análise é a crise bancária após implementação do Plano Real no Brasil, tendo como objetivo apontar os determinantes da quebra dos grandes bancos varejistas de capital privado, cujas posições de liderança os colocavam supostamente imunes às mudanças na economia e no sistema financeiro nacional.

A compreensão da crise no sistema bancário brasileiro após a vigência do Plano Real deve considerar variáveis micro e macroeconômicas e não única e exclusivamente a queda da receita de *float*. Mesmo restringindo a análise ao grupo dos grandes bancos varejistas, não é possível generalizar as causas das quebras de tais instituições. Para cada caso, devem ser dados pesos diferentes aos vários determinantes que os levaram à quebra, questionando a ação do Banco Central como órgão fiscalizador, a relação das instituições bancárias com suas coligadas ou impactos da liberalização financeira.

No primeiro capítulo, apresentam-se as bases conceituais encontradas na literatura econômica recente para a discussão das crises bancárias, com destaque para os mercados emergentes. O segundo capítulo aborda a crise bancária brasileira, caracterizando aspectos setoriais do sistema bancário no Brasil após a implementação do Plano Real e indicadores que permitam caracterizar a ocorrência de uma crise bancária. Nesse segundo capítulo destaca-se ainda a ação do Banco Central como prestador de última instância e as políticas adotadas por ele para gerir a crise bancária brasileira ocorrida após a estabilização monetária. No último capítulo, o terceiro, são analisados os determinantes das quebras de três bancos brasileiros de grande e médio portes: Econômico, Nacional e Bamerindus.

ÍNDICE

SUMÁRIO.....	III
ÍNDICE.....	V
AGRADECIMENTOS.....	IX
INTRODUÇÃO.....	I
CAPÍTULO 1 – CRISES BANCÁRIAS NAS DÉCADAS DE 80 E 90	5
1.1 – DETERMINANTES DAS CRISES BANCÁRIAS EM MERCADOS EMERGENTES ..	11
1.1.1 – VOLATILIDADE MACROECONÔMICA.....	13
1.1.2 – ASPECTOS MICROECONÔMICOS	16
1.2 –BRASIL NO CONTEXTO MUNDIAL DE CRISES BANCÁRIAS.....	18
1.3 –GRAU DE FRAGILIDADE DOS SISTEMAS FINANCEIROS NO MUNDO: INDICADORES DE PAÍSES SELECIONADOS.....	22
1.4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
CAPÍTULO 2 – CRISE BANCÁRIA NO BRASIL: A AÇÃO DO BANCO CENTRAL COMO “LENDER OF LAST RESORT”.....	29
2.1 – DESAFIOS DO SISTEMA BANCÁRIO PRIVADO BRASILEIRO APÓS A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO REAL.....	30
2.2 – CARACTERIZAÇÃO DA CRISE BANCÁRIA NO BRASIL APÓS IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO REAL.....	35
2.2.1 - RECEITA INFLACIONÁRIA.....	36
2.2.2 – ESTRUTURA DE RECEITAS E DESPESAS	41
2.2.3- INDICADORES DE RENTABILIDADE.....	49
2.2.4- ADEQUAÇÃO DO CAPITAL: RESOLUÇÃO 2.099	51
2.2.5- QUALIDADE DO CRÉDITO	54
2.2.6- PROBLEMAS DE LIQUIDEZ	57
2.3 – GESTÃO DA CRISE PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL: PROER, FUSÕES E AQUISIÇÕES.....	61
2.4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
CAPÍTULO 3 – FRAGILIDADE DOS GRANDES BANCOS VAREJISTAS PRIVADOS BRASILEIROS APÓS O PLANO REAL: OS CASOS DOS BANCOS ECONÔMICO, NACIONAL E BAMERINDUS	67
3.1 – BANCO ECONÔMICO.....	70
3.2 – BANCO NACIONAL.....	77
3.3 – BANCO BAMERINDUS.....	81

3.4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
4 – CONCLUSÃO	91
ANEXO	95
1 - INTERVENÇÕES DO BANCO CENTRAL DO BRASIL NO SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO DESDE 1946	95
2 – CLASSIFICAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS POR PORTE.....	100
3 - INFORMAÇÕES GERAIS - INDICADORES	106
5 - BIBLIOGRAFIA.....	109

TABELAS

<i>Tabela 1 A – Crises bancárias no mundo – (décadas de 1980 e 1990)</i>	<i>5</i>
<i>Tabela 1 B - Taxa real de crescimento do crédito bancário para o setor privado.....</i>	<i>9</i>
<i>Tabela 1.1.1 A - Indicadores de volatilidade macroeconômica e agregados bancários - taxas médias anuais percentuais - 1980 e 1995 – países selecionados.....</i>	<i>16</i>
<i>Tabela 1.2 A – Custo de reestruturação do sistema financeiro após intervenções em bancos, falências e insolvências – países selecionados (década de 90).....</i>	<i>19</i>
<i>Tabela 1.2 B - Participação de instituições financeiras públicas e privadas no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil – 1990 a 1995.....</i>	<i>20</i>
<i>Tabela 1.2 C – Crédito bancário no Brasil – participação do PIB - 1994 a 1998.....</i>	<i>21</i>
<i>Tabela 1.3 A – Crise bancária: bancos privados do Brasil, Estados Unidos, Singapura e Hong Kong - principais fatores – julho 1999.....</i>	<i>23</i>
<i>Tabela 1.3 B – Crise bancária: bancos públicos no Brasil, Argentina, Índia, Filipinas, Indonésia, Malásia, Japão, Coreia e China - principais fatores – julho 1999.....</i>	<i>24</i>
<i>Tabela 1.2 D –Brasil: tipo de Intervenção no sistema bancário - 1994 a 1998.....</i>	<i>26</i>
<i>Tabela 2.1 A – Brasil: empresas do sistema financeiro submetidas a regimes especiais desde 1946 até maio de 2000.....</i>	<i>33</i>
<i>Tabela 2.1 B – Brasil: empresas do sistema financeiro submetidas a regimes especiais após o Plano Real (julho de 1994)</i>	<i>33</i>
<i>Tabela 2.1 C – Bancos sob intervenção do Banco Central do Brasil: total de ativos por porte e participação no total de ativos do sistema bancário – 1994 a 1998</i>	<i>34</i>
<i>Tabela 2.2.1 A – Brasil: receita inflacionária – 9 maiores bancos privados nacionais por ativo total (1993 e 1994).....</i>	<i>37</i>
<i>Tabela 2.2.1 B - Receita Inflacionária em relação ao PIB e ao total das receitas bancárias....</i>	<i>38</i>
<i>Tabela 2.2.2 A – Brasil: receita de intermediação financeira e de serviços – bancos comerciais e múltiplos do setor privado - 1995 a 1999.....</i>	<i>43</i>

<i>Tabela 2.2.2 B – Custos no sistema bancário privado brasileiro– 1993 a 1999</i>	<i>45</i>
<i>Tabela 2.2.2 C – Brasil: estrutura de captação – sistema bancário privado brasileiro – 1995 a 1998.....</i>	<i>46</i>
<i>Tabela 2.2.3 A – Indicadores de rentabilidade do sistema bancário privado varejista brasileiro – 1994 a 1999.....</i>	<i>50</i>
<i>Tabela 2.2.4 A – Brasil: indicadores de adequação do capital – bancos comerciais e múltiplos do setor privado - 1993 a 1999.....</i>	<i>54</i>
<i>Tabela 2.2.5 A - Indicadores de qualidade de ativo – sistema bancário privado brasileiro – 1993 a 1998.....</i>	<i>55</i>
<i>Tabela 2.2.5 B - Bancos múltiplos e comerciais privados brasileiros - evolução dos empréstimos (R\$ bilhões).....</i>	<i>56</i>
<i>Tabela 2.2.6 A – Sistema bancário privado brasileiro: composição dos depósitos - 1995 a 1999</i>	<i>58</i>
<i>Tabela 2.2.6 B – Brasil: indicadores de liquidez em bancos privados– 1993 a 1999.....</i>	<i>58</i>
<i>Tabela 2.3 A – Distribuição de recursos do o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro (Proer) no sistema bancário brasileiro – 1995 a 1999</i>	<i>62</i>
<i>Tabela 2.3. B – Cronograma das fusões e aquisições Brasil – 1995 a 1998.....</i>	<i>63</i>
<i>Tabela 2.3 C - Fusões, aquisições e joint ventures no Brasil – 1997.....</i>	<i>64</i>
<i>Tabela 3 A – Falências em bancos de médio e grande porte no Brasil desde 1964.....</i>	<i>68</i>
<i>Tabela 3.1 A – Banco Econômico: resultados contábeis 1993 e 1994.....</i>	<i>70</i>
<i>Tabela 3.1.B – Banco Econômico: indicadores de desempenho –1990 a 1994.....</i>	<i>71</i>
<i>Tabela 3.1 C – Dívida das empresas ligadas ao Banco Econômico – posição com base nos saldos em 31 de agosto de 1995 – em R\$ mil</i>	<i>75</i>
<i>Tabela 3.2 A – Banco Nacional – resultados contábeis - 1993 e 1994</i>	<i>78</i>
<i>Tabela 3.3 A – Volume de depósitos – Banco Bamerindus / em R\$ mil.....</i>	<i>82</i>
<i>Tabela 3.3 B – Cotação das ações dos principais bancos privados do Brasil no segundo semestre de 1995 – em R\$ mil.....</i>	<i>83</i>
<i>Tabela 3.3 C – Arranjo contábil: acordo com o Banco Central para a reestruturação do Banco Bamerindus (em R\$ milhões) - 1995.....</i>	<i>85</i>
<i>Tabela 3.3 D – Banco Bamerindus – resultados contábeis 1995 e 1996</i>	<i>86</i>

FIGURAS

<i>Figura 1 A – Participação porcentual de países-membro do FMI que registraram crises bancárias e cambiais (1970 – 1998).....</i>	<i>7</i>
<i>Figura 1 B – Gastos públicos despendidos para gestão da crise – décadas de 1980 e 1990 – países selecionados</i>	<i>8</i>
<i>Figura 1 C – Perdas geradas pelas crises bancária e cambial</i>	<i>10</i>

<i>Figura 2.1 A – Empresas do Sistema Financeiro Nacional – por tipo - submetidas a regimes especiais após o Plano Real – Brasil - 1994 a 1999.....</i>	<i>31</i>
<i>Figura 2.1 B – Intervenções no Sistema Financeiro Nacional – 1946 a 1999.....</i>	<i>32</i>
<i>Figura 2.1 A – Bancos sob intervenção do Banco Central do Brasil após o Plano Real– por porte - 1994 a 1998.....</i>	<i>34</i>
<i>Figura 2.2.2 A – Receita com Intermediação Financeira: crédito e valores mobiliários – sistema bancário privado varejistas brasileiro – 1995 a 1999.....</i>	<i>42</i>
<i>Figura 2.2.2 B – Despesas de pessoal, administrativas e tributárias – sistema bancário privado brasileiro – 1995 a 1999.....</i>	<i>45</i>
<i>Figura 2.2.2 C – Despesa de intermediação financeira, captação de depósitos no mercado aberto e empréstimos– sistema bancário privado brasileiro – 1995 a 1999.....</i>	<i>47</i>
<i>Figura 2.2.4 A – Brasil: evolução do patrimônio líquido e reserva de lucros– 1995 a 1999.....</i>	<i>53</i>
<i>Figura 2.2.5 A – Brasil: evolução das operações de crédito e do ativo total – sistema bancário privado 1995 a 1999.....</i>	<i>56</i>

AGRADECIMENTOS

Lembrar todas as contribuições e as participações das diversas pessoas que de certa forma colaboraram para que esta dissertação fosse concluída não parece ser possível devido a uma mera questão de espaço físico. Assim, espero ser compreendida por limitar-me aos nomes daqueles que mais diretamente se envolveram com esta pesquisa.

Certamente cabe especial agradecimento à Doutora Maria Alejandra Madi, orientadora na essência do título que lhe cabe. Suas leituras meticolosas e cuidadosas, suas preciosas indicações bibliográficas e seus ouvidos sempre atentos a me ouvir e entender minhas caóticas e, por vezes, irracionais divagações. Foram também fundamentais sua compreensão e carinho, quando do meu afastamento para tratamento médico. Não poderia também deixar de agradecer ao economista Dr. Denisard Cneio de Oliveira Alves, que ensinou o quão fascinante é a ciência econômica, e à jornalista Rosa Dalcin, que é o meu maior exemplo de competência e profissionalismo.

Mas meu maior agradecimento é para a ciência, a pesquisa e a medicina. Sem elas, certamente, não seria possível finalizar esta dissertação de mestrado. E é claro, agradeço a Deus, que me deu forças para enfrentar minha maior provação: lutar pela vida. Obrigado também àqueles que me presentearam com ela (a vida) e com minha educação: meus pais.

INTRODUÇÃO

"Se deve haver ou não um *lender of last resort* é uma questão sobre a qual deve haver um certo debate. Aqueles que se opõem à sua utilização argumentam que, em primeiro lugar, ele encoraja a especulação. Os que o apóiam preocupam-se mais com a crise do momento do que com a prevenção de crises futuras. Há também uma questão referente à posição de um *lender of last resort* internacional. (...) Há dilemas, debates, dúvidas e indagações em abundância". (Kindleberger, 1992: 39).

Esta dissertação analisa os impactos sobre o sistema bancário privado e a firma bancária no Brasil enfocando o período entre o segundo semestre de 1994 e dezembro de 1998. O objeto de análise centra-se nas principais instituições bancárias varejistas de capital privado definidas de acordo com as classificações da revista Balanço Anual da Gazeta Mercantil (maiores empresas conforme a receita operacional líquida), com a publicação Maiores e Melhores da Revista Exame (ordenada pela receita operacional bruta em dólares), com as edições especiais da revista Suma Econômica da Fundação Getúlio Vargas com os 100 maiores bancos no Brasil (classificados pelo ativo total) e com o ranking do Banco Central do Brasil (vide site www.bcb.gov.br), cuja classificação também define-se pelo ativo total dos bancos. Apesar das diferentes metodologias, há convergência quanto o posicionamento dos maiores entre as 10 maiores instituições no sistema bancário brasileiro.

A literatura sobre crises bancárias no mundo foi recuperada e focada a partir das publicações do Bank For International Settlements (BIS), do Banco Mundial (World Bank) e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Os dados apresentados no capítulo 1 sobre as crises bancárias em vários países do mundo e especialmente em mercados emergentes foram obtidos a partir de tais publicações.

Sobre a análise do sistema bancário brasileiro, os dados foram obtidos, na sua grande maioria junto ao Banco Central, por meio da base de dados da Consultoria Austin Asis e junto a reportagens publicadas na imprensa escrita (Gazeta Mercantil, Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, Revista Exame, Revista Isto É, etc.), além de artigos e publicações acadêmicas diversas. É importante esclarecer que quando a fonte de informações for a Austin Asis, os dados referem-se exclusivamente aos bancos comerciais e múltiplos do sistema bancário varejista privado. As demais fontes, como o Banco Central, o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), entre outras, trazem dados agregados para o sistema bancário varejista como

um todo, com informações sobre os bancos múltiplos e comerciais públicos e privados. Tais dados serão analisados, mais especificamente, no capítulo 2. Sobre os estudos de caso – bancos Econômico, Nacional e Bamerindus – as informações foram obtidas junto à grande imprensa e em publicações de revistas especializadas, além dos relatórios do Banco Central disponíveis para o público.

Serão analisados o desempenho, as transformações e características do sistema bancário privado varejista brasileiro no período que se estende de julho de 1994 a dezembro de 1998, procurando identificar os determinantes da crise bancária emergente no período após a implementação do Plano Real. Para tanto, será relevado como marco institucional o período da implementação do Real, seus desdobramentos e políticas econômicas características.

Nesse sentido, a dissertação destaca os determinantes da crise bancária do setor privado varejista brasileiro após a implementação do Plano Real em duas frentes: uma no que tange aos fatores macroeconômicos e outra no que diz respeito aos fatores microeconômicos. No plano teórico, a dissertação aprofunda o entendimento das alterações na dinâmica bancária em um contexto de estabilização monetária, no que tange tanto ao movimento da estrutura patrimonial e de resultado. Tal esforço tem como objetivo questionar a hipótese de que a quebra da maioria dos bancos privados varejistas após o Real deve-se majoritariamente à redução da receita com ganhos inflacionários. Outra hipótese a ser inquerida refere-se à solução adotada pelo Banco Central do Brasil como prestador de última instância (*lender of last resort*), cuja ação de cunho “paternalista” configura-se como um entrave ao desenvolvimento do sistema bancário brasileiro, em face da outra possível política a ser adotada: a disciplina de mercado.

O tema se sustenta dada sua contemporaneidade, no que se refere à relação entre os agentes do sistema bancário e o Banco Central, no papel de órgão fiscalizador, e à transparência dessa relação. De fato, é de se alarmar o número crescente de instituições que passaram por algum tipo de saneamento financeiro ou estrutural, além do número de bancos que ou foram liquidados ou estiveram sob administração do Banco Central. É por demais simplista imaginar que apenas a queda nos ganhos inflacionários seria capaz de causar tais danos. Há algo mais por trás desse pano de fundo.

Crises bancárias estão diretamente relacionadas a fatores macroeconômicos, assim como a fatores microeconômicos e à regulamentação do sistema bancário, os quais impactam sobre o nível de confiança dos depositantes em manterem seus recursos nas instituições e sobre a incapacidade de as instituições cumprirem com suas obrigações. Tal desconfiança, por parte dos depositantes, pode ser fruto de fatos e/ou informações – fundadas ou infundadas – a

respeito da solvência dos bancos, que se agrava quando maior a participação e representatividade da instituição no sistema bancário de uma economia.

De acordo com Kindleberger (1992), a dinâmica subjacente à crise é diretamente associada à irracionalidade generalizada, euforia, seguida de histeria e pânico em massa. Problemas de confiança no sistema financeiro proporcionam dúvidas e incertezas quanto ao cumprimento de compromissos, à capacidade de endividamento e solvência das grandes instituições bancárias, que dada sua relevante representatividade no setor, proliferam-se e espalham incertezas para o sistema como um todo.

As crises bancárias apresentam os elementos abaixo, sem necessariamente configurar-se quando da constatação de todos os determinantes **conjuntamente**:

- corrida por liquidez – transformação de aplicações financeiras em dinheiro (M1)
- empoçamento da liquidez
- especulação no mercado de capitais
- insolvências e falências sistêmicas de instituições do setor bancário
- maior recorrência dos bancos às linhas de crédito no interbancário
- saques acima da média por parte dos depositantes
- queda dos preços dos ativos bancários (títulos e ações) e rebaixamento na classificação de risco
- revelação de fraudes e desfalques
- migração de depósitos de bancos privados para outros bancos privados considerados sólidos ou para bancos públicos, uma vez que esses últimos são considerados em geral mais sólidos pelos agentes econômicos.

Há, porém, duas possíveis alternativas de solução para as crises bancárias: a solução do mercado (*laissez-faire*) e a gestão da crise por meio do prestador de última instância (*lender of last resort*). Na primeira alternativa, defende-se que o melhor “remédio” para administrar uma crise bancária seja ignorá-la, fazendo valer a disciplina de mercado. Essa solução pela dinâmica do livre mercado, sem medidas de socorro, justifica-se e sustenta-se como instrumento de reestruturação do sistema, visando redistribuir os **excessos do passado**. A “lei da selva”, na qual sobrevivem os mais fortes, encontra-se por trás da decisão da não-intervenção. Geralmente, essa solução resulta na queima de capital bancário e queda dos preços dos ativos bancários.

A outra alternativa, que demanda uma gestão da crise, compreende ações por parte da autoridade monetária ou órgão fiscalizador a fim de estancar e evitar a falência sistêmica dos bancos e queima de ativos. Na administração de crises surge, geralmente, a figura do prestador de última instância ou "*lender of last resort*". Para que a intervenção por meio do prestador de última instância obtenha sucesso ele deve convencer o mercado de que haverá disponibilidade de dinheiro em volume suficiente para satisfazer a demanda por liquidez¹.

A diferença entre as duas possíveis soluções para as crises bancárias é que a gestão, por meio de políticas econômicas e da atuação do *lender of last resort*, visa evitar um colapso dos preços dos ativos e falências em "efeito dominó". Queima de capital e queda nos preços dos ativos reduzem o valor de garantias e induzem os bancos a renegociar dívidas para quitarem suas obrigações, além de aumentar a probabilidade de recusa de novos empréstimos, pressionando ainda mais, por parte dos devedores, a venda de ativos – imóveis, títulos e mercadorias – e a deflação de preços.

¹ Além da atuação do prestador de última instância, outra maneira de deter a histeria gerada por uma crise é fechar o mercado, por meio de oficialização de feriados ou pelo decreto de suspensão abrupta, inesperada e temporária das atividades comerciais e bancárias. Além disso, há a possibilidade da instalação de câmaras de compensação, da suspensão de divulgação dos demonstrativos contábeis, evitando corrida a saques em "efeito dominó". (Kindleberger, 1992)

CAPÍTULO 1 – CRISES BANCÁRIAS NAS DÉCADAS DE 80 E 90

Este capítulo está dividido em cinco partes. Nesta introdução, aborda-se, sucintamente, a discussão sobre crises bancárias, com exemplos de países cujos sistemas bancários apresentaram fatos e indicadores que caracterizam uma crise. Na seção 1.1 recuperam-se na literatura sobre crises bancárias os determinantes de falências sistêmicas. A seção seguinte, a 1.2, foca a crise bancária brasileira na década de 90, em face das demais economias que apresentaram falências bancárias em “efeito dominó”. A seção 1.3 recupera um estudo elaborado pelo Departamento Econômico do Banco Bozano, Simonsen, o qual visa quantificar o grau de solidez dos sistemas bancários de alguns países, com destaque para o Brasil. O capítulo encerra-se na seção 1.4, com as considerações finais.

Ao longo das últimas duas décadas, muitos países - tanto os pertencentes ao grupo do G-7² quanto as economias latino-americanas e asiáticas - já experimentaram ou ainda experimentam os efeitos causados por situações que levaram o sistema bancário a apresentar uma grande quantidade de instituições, com significativa participação no setor, em posição de insolvência, falência ou eminentemente insolventes³. Lindgren (1996) concluiu, ao analisar o desempenho do sistema bancário de países selecionados no período entre 1980 e 1996, que pelo menos dois terços dos 180 países-membro do Fundo Monetário Internacional (FMI) já haviam passado por períodos caracterizados por problemas de insolvência no setor bancário, sendo tais períodos chamados de “crise”.

Tabela 1 A – Crises bancárias no mundo – (décadas de 1980 e 1990)

PAÍS	PERÍODO DA REESTRUTURAÇÃO BANCÁRIA após ocorrência de falências e insolvências sistêmicas no setor bancário
África do Sul	1985
Argentina	1995-1996
Brasil	1995-1997
Colômbia	1982-1987
Espanha	1977-1985
Estados Unidos	1981-1992
Filipinas	1981-1987
Finlândia	1991-1993
Guiana	1993-1995

(continua)

² O G7 engloba a Grã-Bretanha, Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão e Estados Unidos.

³ Vide Tabela 1 A.

(continuação)

PAÍS	PERÍODO DA REESTRUTURAÇÃO BANCÁRIA após ocorrência de falências e insolvências sistêmicas no setor bancário
Índia	1991-1994
Indonésia	1992-1994
Israel	1983-1984
Itália	1990-1994
Japão	1992-1994 e 1998
Nigéria	1991-1994
Noruega	1988-1992
Papua Nova Guiné	1989-1994
Paraguai	1995
Portugal	1986-1989
Quênia	1993
Senegal	1983-1988
Sri Lanka	1989-1993
Suécia	1991-1993
Tanzânia	1988-1994
Turquia	1991-1994
Uganda	1990/1994
Uruguai	1981-1985
Venezuela	1993-1994

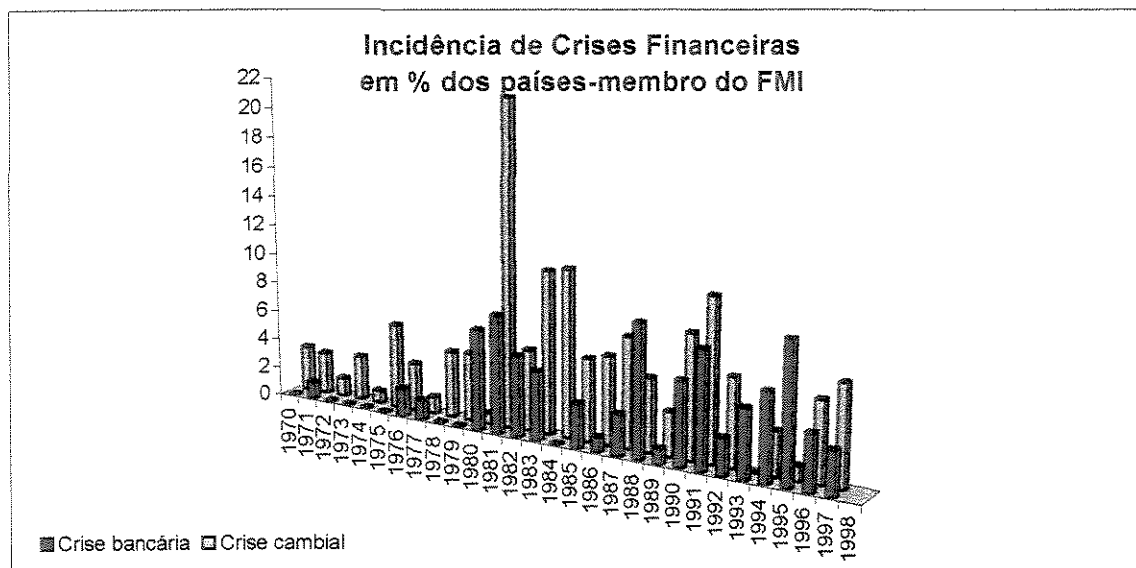
Fontes: Demirgüç-Kunt e Detragiache (1997) / García-Herrero (1997)

Entre as décadas de 80 e 90, a incidência de períodos com significativo número de bancos insolventes ou com suas falências decretadas têm sido superior à ocorrência de tais problemas no setor bancário mundial na década de 70⁴ e muito maior se comparada ao período entre os anos 50s e 60s, segundo identificaram Honohan (1996) e Goldstein & Tuner (1997). Além do aumento no número de instituições bancárias que passaram de uma posição especulativa⁵ para uma posição Ponzi, verifica-se ainda a insolvência de instituições bancárias de grande porte e de participação expressiva no mercado.

⁴ Vide Figura 1A.

⁵ Minsky (1996) classifica as formas de financiamento dos agentes econômicos em três categorias: coberta, especulativa e Ponzi. Tal taxonomia indica o grau de vulnerabilidade das unidades econômicas em face das possíveis alterações nas condições dos mercados financeiros. A fragilidade financeira, que trata Minsky, depende dos tipos de choque que o sistema econômico pode ou não absorver. Os agentes cobertos são aqueles que para todos períodos no tempo, os rendimentos líquidos de caixa esperados superam os compromissos financeiros assumidos. O financiamento é do tipo especulativo quando, em alguns períodos de tempo, os pagamentos do serviço da dívida superam os rendimentos esperados. Já a categoria Ponzi refere-se a agentes econômicos cujos rendimentos são inferiores não apenas às amortizações da dívida mas também ao pagamento dos juros. Parte-se da hipótese de que instituições bancárias são inerentemente especulativas ou Ponzi.

Figura 1 A – Participação percentual de países-membro do FMI que registraram crises bancárias e cambiais (1970 – 1998)



Fontes: Caprio e Klingebiel (1996); Frankel e Rose (1996); Kaminsky e Reinhart (1997).

Na década de 90, de acordo com o World Economic Outlook do Fundo Monetário Internacional (FMI)⁶ (1998), estima-se que os governos da Tailândia, Chile e Indonésia, por exemplo, tiveram gastos totais para sanear problemas gerados por crises no setor bancário equivalentes a cerca de 30% de seus respectivos PNBs. Tais gastos correspondem a empréstimos para a reestruturação de bancos insolventes ou falidos. Na Coreia e na Malásia os empréstimos de socorro aos bancos totalizaram cerca de 20% de seus respectivos PNBs. Outro país que passou por um grave crise bancária é o Kuwait. A reestruturação do seu sistema financeiro, após a crise no início da década dos anos 90, absorveu pouco mais de 50%⁷ do PNB do país. Considerando não apenas os custos de empréstimos aos bancos insolventes⁸ e somando-se as perdas geradas na produção, o total de gastos demandado para sanear uma crise bancária seria, então, bem maior.

Segundo a análise de Honohan (1996), o aumento dos riscos bancários, no decorrer dos últimos anos, está diretamente relacionado à desregulamentação financeira, globalização, perda dos melhores clientes para o mercado de capitais e crescente desconfiança de se operar no interbancário quando um grande banco concorrente está em dificuldade. Além disso, a

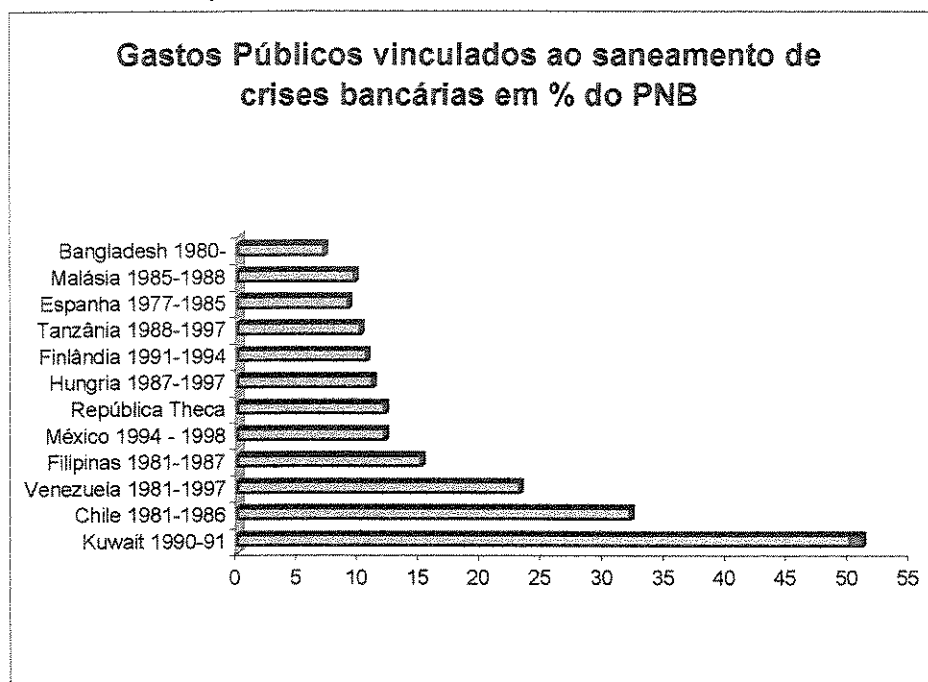
⁶ Vide Tabela 1.2 A

⁷ Vide Figura 1 B

⁸ Hawkins e Turner (1999).

liquidez bancária fica cada vez mais dependente das aplicações dos investidores institucionais, sendo esses bastante sensíveis a alterações no mercado de capitais, taxas de juros e câmbio.

Figura 1 B – Gastos públicos despendidos para gestão da crise – décadas de 1980 e 1990 – países selecionados



Fonte: World Economic Outlook (Fundo Monetário Internacional, maio de 1998)

Com a liberalização e a desregulamentação financeira acentua-se o processo de desintermediação bancária, tanto do ponto de vista da captação de fundos quanto da oferta de financiamentos. Verifica-se ao longo das últimas décadas, a tendência ao abandono do crédito bancário por parte das empresas não-financeiras de maior participação no mercado em detrimento do financiamento junto ao mercado de capitais. Desenvolvem-se formas alternativas ao financiamento bancário, como securitização, *leasing*, *underwriting*, lançamento de debêntures, bônus e *notes*⁹.

Por outro lado, com a maior presença dos competidores não-bancários, torna-se atrativa a aplicação em fundos mútuos de investimento. Vale lembrar a presença de investidores institucionais como fonte de *funding* para operações de financiamento. Dentre as mudanças no sistema financeiro mundial, destaca-se também a expansão de produtos derivativos - *swaps*,

⁹ Vide BIS Policy Papers number 06, Bank Restructuring in Practice, agosto de 1999

opções, mercados futuros -, como instrumentos de gestão e transferência de riscos, com impactos decisivos na redução à aversão ao risco por parte dos agentes econômicos. Nesse ambiente liberalizado, de maior competição no mercado financeiro, induz-se à aceitação de novos riscos com alavancagem financeira de posições especulativas nos mercados de ativos. Nesse contexto, a redução dos ganhos creditícios dos bancos teve como movimento-reflexo a busca de compensação com maiores ganhos em operações de risco, estimulando uma sequência *boom-crash* no sistema bancário mundial.

Na década de 90, com destaque para a sua segunda metade, observam-se exemplos de países com acentuadas oscilações nas suas taxas de crescimento do crédito bancário para o setor privado (Tabela 1 B). Após a crise bancária e financeira ocorrida na segunda metade da década de 90 em alguns países do Leste Asiático - como Tailândia, Indonésia e Malásia -, as taxas de crescimento das operações creditícias passaram no curto prazo de positivas para negativas, devido à maior busca por ganhos em operações de riscos, com alavancagem financeira de posições especulativas.

Tabela 1 B - Taxa real de crescimento do crédito bancário para o setor privado

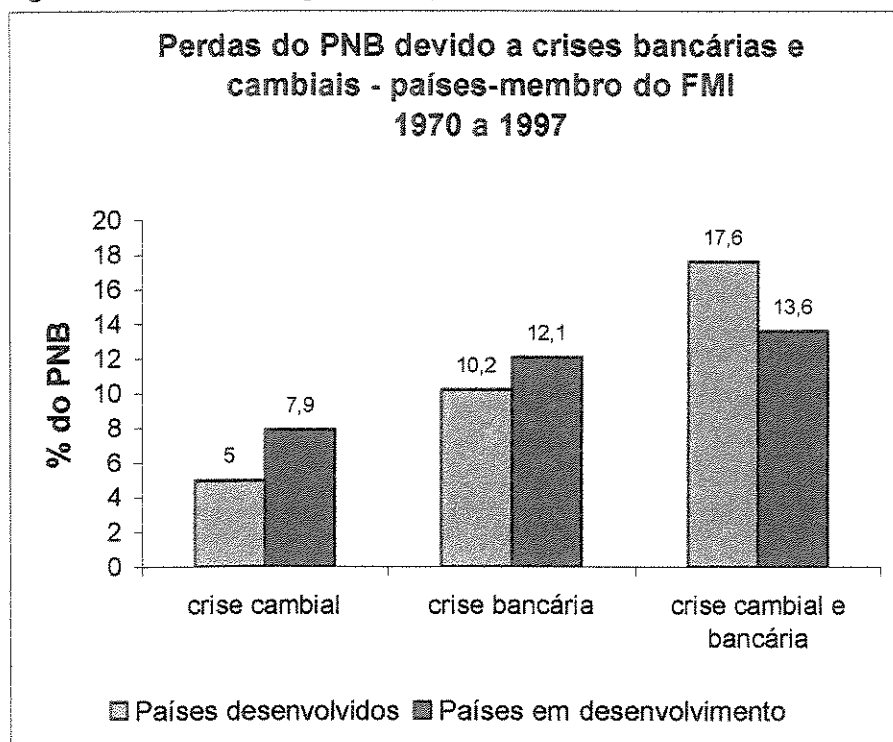
PAÍS	média 1990 a 1995	1996	1997	1998	% do PNB em 1997
Alemanha	6	6	5	8	108
Argentina	3	3	13	10	20
Brasil	4	-3	-2	10	26
Chile	10	6	8	8	24
China	12	17	19	18	103
Cingapura	13	15	11	0	110
Colômbia	10	6	8	8	24
Estados Unidos	-1	3	5	10	67
Filipinas	13	40	27	-12	60
Hong Kong	6	7	17	-8	165
Indonésia	19	12	20	-26	61
Israel	10	7	8	11	75
Japão	2	1	-1	-1	114
Malásia	14	24	21	-1	104
México	21	-39	-26	-6	12
República Tcheca	3	5	3	-7	77
Tailândia	20	12	9	-12	116

Fonte: BIS (1998)

Observa-se, ainda, a expansão da internacionalização dos empréstimos de bancos das economias centrais para alguns mercados emergentes, permitindo um incremento da participação de recursos externos, como passivos dos bancos desses últimos países. Segundo dados do BIS, a pendência dos bancos asiáticos ao crédito internacional aumentou rapidamente

na primeira metade dos anos 90s. Na Tailândia, por exemplo, empréstimos de origem externa cresceram de 17% do PNB em 1990 para 46% do produto em 1997. Nesse caso, o risco cambial envolvendo a tomada de empréstimos bancários no exterior e os impactos de uma possível crise bancária, foram freqüentemente ignorados. Nesse contexto, para o Fundo Monetário Internacional (FMI), o processo subjacente à crise bancária mundial associa-se ao risco cambial após a internacionalização do capital, com destaque para o capital especulativo (Figura 1).

Figura 1 C – Perdas geradas pelas crises bancária e cambial



Fonte: Fundo Monetário Internacional (1998)

Em síntese, as mudanças observadas no Sistema Financeiro Internacional (SFI) na década de 90 são:

- declínio dos lucros nas operações mais tradicionais de empréstimos
- busca de compensação com maiores ganhos em operações de risco
- expansão de competidores não bancários
- aumento do risco cambial envolvendo a tomada de empréstimos bancários no exterior
- maior fragilidade e vulnerabilidade dos sistemas bancários

1.1 – DETERMINANTES DAS CRISES BANCÁRIAS EM MERCADOS EMERGENTES

De acordo com o BIS¹⁰, os sistemas bancários dos mercados emergentes, em um ambiente de liberalização financeira e desregulamentação, são mais ou menos suscetíveis à insolvência dada a avaliação de quatro fatores: concentração da carteira de empréstimos, homogeneidade, fluxo de informações e conexões.

Quanto maior a **concentração** da carteira de empréstimos do banco em praticamente uma única empresa ou setor da economia, e/ou do sistema bancário em algumas poucas empresas, indústrias ou países, maior a possibilidade de crises acontecerem caso esse único tomador de empréstimos ou grupo de tomadores fiquem insolventes. Concentração não é necessariamente um mal, pelo contrário, isso pode refletir vantagem competitiva da instituição bancária em uma certa região. Mas de qualquer forma, quando menor a diversidade das relações entre bancos e tomadores de empréstimos, maior a vulnerabilidade do sistema a choques adversos.

Caso um banco quebre, por um motivo qualquer, há a possibilidade de outros bancos também quebrarem pelo fato de seus depositantes acreditarem que há uma grande **homogeneidade** entre a causalidade da falência desse banco e dos demais. Se a crença for confirmada e generalizada, então o resultado pode ser uma crise sistêmica no setor bancário.

Os valores dos ativos dos bancos podem vir a cair a partir do momento em que os tomadores de empréstimos tornam-se incapazes de saldarem seus compromissos. Assim, choques adversos, que afetem a performance econômica dos tomadores de empréstimos bancários e cujo impacto não pode ser reduzido por meio da diversificação do risco, estão positivamente correlacionados com crises bancárias sistêmicas.

Além disso, bancos são instituições especialmente vulneráveis a **informações** que geram incertezas em seus depositantes. Quando os depósitos bancários não são 100% segurados, uma possível deterioração na qualidade do portfólio de ativos do banco pode provocar uma corrida sistemática por parte dos depositantes, para saques antes que o banco esteja insolvente. Com a conseqüente fuga dos depositantes e investidores há um desbalanceamento contábil. Essa corrida pode ser auto-alimentada pela simples crença de que outros depositantes estariam retirando seus fundos do banco em função de um iminente prejuízo do balanço patrimonial do banco.

¹⁰ Vide os Policy Papers do BIS, de 1999

Deve-se destacar, contudo, que os depositantes somente agem conforme sua avaliação dadas as **informações** disponíveis sobre a situação financeira dos bancos. Quanto mais informações tiverem, mais facilmente os depositantes, credores e investidores poderão caracterizar e julgar a saúde financeira dos bancos, distinguindo entre bancos mais ou menos sólidos.

Outro fator que determina a gravidade de uma ameaça sistêmica refere-se à extensão das **conexões** entre um banco e outras instituições que atuam no setor financeiro. A quebra de um banco que possui poucas relações com as demais instituições bancárias, dificilmente afetará o sistema como um todo. Por outro lado, caso um grande banco (*big player*) seja o principal credor das demais instituições financeiras ou importante intermediário financeiro para pagamentos e liquidações de dívidas, então é desejável, para o sistema como um todo, preservar a saúde financeira desse banco.

Apesar de nos últimos 15 anos as crises bancárias do mundo terem se desencadeado tanto nos países do G7 quanto nos mercados emergentes, o impacto sobre os segundos tem sido mais devastador do que sobre os primeiros. Economias emergentes, num ambiente de liberalização financeira e desintermediação, apresentam um grau de vulnerabilidade maior à absorção de choques adversos do que as economias dos países desenvolvidos.

Segundo Goldstein e Turner (1996), nos países desenvolvidos as estimativas de perdas geradas por crises bancárias não ultrapassaram os 17% do Produto Nacional Bruto (PNB) - caso registrado na Espanha, entre 1977 e 1985. Em seguida vem a Finlândia, cuja crise bancária finda em 1993 acumulou perdas de 8% do PNB. Nas economias emergentes, foram identificados por Caprio e Klingebiel (1996), mais de uma dúzia de países cujas perdas proporcionadas por crises bancárias ultrapassaram os 15% do PNB. No caso da Venezuela, o prejuízo foi de 18% do produto nacional, seguido pelo México (12 a 15% do PNB). Na Argentina e Chile, as estatísticas apontam perdas superiores a 25% do PNB.

Dado um ambiente mundial de desregulamentação, desintermediação bancária e diferentes graus de vulnerabilidade nos sistemas bancários, podemos identificar os determinantes da vulnerabilidade para países emergentes, tais como:

- volatilidade macroeconômica,
- períodos de oferta excessiva de crédito,
- inadequada preparação para a liberalização financeira,

- inadequada regulamentação do sistema bancário, factível a fraudes e envolvimento político,

os quais serão tratados a seguir.

1.1.1 – VOLATILIDADE MACROECONÔMICA

A indústria bancária é formada por intermediários financeiros que configuram um exemplo clássico de postura financeira especulativa, por meio do descasamento de prazos entre seus passivos e ativos. Os bancos descasam os prazos de suas aplicações (empréstimos) dos prazos de suas captações, pois têm condições de, ou se financiarem junto ao Banco Central (interbancário), ou junto ao mercado financeiro ou junto ao público não-financeiro.

Essa natureza especulativa inerente à empresa bancária a torna vulnerável a grandes oscilações nos preços relativos e ao grau de confiança que os investidores depositam no sistema como um todo. Caso a volatilidade macroeconômica altere a relação entre os ativos e os compromissos da firma bancária, essas instituições podem encontrar-se em uma situação de vulnerabilidade. Deve-se destacar que mudanças em nível macroeconômico podem afetar mais fortemente bancos que possuem baixas posições de proteção de seu capital, no que tange às reservas para empréstimos duvidosos. Além disso, essa volatilidade macroeconômica pode ser determinada tanto por fatores internos quanto externos.

Um determinante externo de volatilidade macroeconômica refere-se às flutuações nos termos de troca. Caprio e Klingebiel (1996) relatam que 75% dos mercados emergentes da sua amostra de 10 países que experimentaram crises bancárias, sofreram queda nos termos de troca da ordem de 10% antes do início da crise. A relação entre volatilidade nos termos de troca e crise bancária está particularmente relacionada a países com alta concentração das exportações, como é o caso da Venezuela e do Equador. Pequenas economias, normalmente menos diversificadas do que outras maiores, enfrentam maiores flutuações nos termos de troca.

A questão da volatilidade nas taxas de juros internacionais se relaciona mais diretamente com os sistemas bancários de mercados emergentes, uma vez que tais economias caracterizam-se pela dependência de fluxos externos de capitais e pela sensibilidade aos diferenciais entre taxas de juros internas e externas. No caso de as taxas de juros básicas

domésticas estarem atreladas às taxas internacionais, a volatilidade internacional pode determinar problemas de solvência bancária caso os bancos não puderem rever a taxa de retorno de seus ativos *via à vis* sua taxa de captação. Os bancos poderão apresentar perdas, caso a taxa de retorno de seus ativos ficar abaixo da taxa de captação.

Em economias com sistemas financeiros controlados¹¹, a existência de tetos para o leque de taxa de juros caracteriza a intermediação financeira. Quando da liberalização do sistema as taxas de juros são determinadas pelo mercado, passíveis de flutuações. Os bancos ficam expostos a um risco maior se a gestão e a qualidade do crédito não foram adequadas ao novo ambiente macroeconômico. Por outro lado, conforme enfatizado por Caprio e Summers (1993) e Hellmann, Murdock e Stiglitz (1998), um fator que contribui para o “*moral hazard*” é a erosão do valor das franquias¹² bancárias devido à **remoção de tetos para taxas de juros**. Caso esses incentivos não sejam regulamentados por meio de uma supervisão eficiente, o risco moral poderá tornar-se uma poderosa fonte de fragilidade financeira, como observado em vários episódios de insolvências e falências sistêmicas no setor bancário.

Outro caso de desequilíbrio entre as taxas de retorno do passivo e do ativo ocorre quando os bancos tomam recursos no exterior e repassam tais fundos em empréstimos cotados à moeda doméstica. Nesse caso, uma inesperada depreciação na moeda nacional pode ameaçar a lucratividade dos bancos. A relevância da captação em moeda estrangeira e dos desequilíbrios cambiais foi o principal determinante das crises bancárias ocorridas no Chile em 1981, no México em 1995¹³, nos países nórdicos no começo da década de 90 e na Turquia em 1994¹⁴.

A volatilidade nas taxas de câmbio tem efeito direto sobre as instituições bancárias dos países emergentes quando os tomadores de empréstimo enfrentam um aumento do risco dos portfólios. Segundo Hausmann e Gavin (1995), a volatilidade da taxa real de câmbio verificada em 22 países latino-americanos tem sido o dobro se comparada aos países desenvolvidos ao longo das últimas duas décadas¹⁵.

A liberalização financeira foi acompanhada pela redução de mecanismos de controle dos movimentos de entrada e saída dos capitais internacionais. Esse processo estimulou o **risco cambial**. Isso porque se possibilita o aumento da tomada de fundos bancários em moeda estrangeira e empréstimo para tomadores domésticos em moeda nacional. Como constataram Kaminsky e Reinhart (1995), crises cambiais freqüentemente precedem ou acompanham crises

¹¹ Traduzido do inglês “tightly controlled financial systems” in Demirgüç-Kunt e Detragiache (junho de 1998), entre 1980 e 1995.

¹² No Brasil as franquias bancárias correspondiam às “Cartas Patentes”, concedidas pelo Banco Central.

¹³ Akerlof and Romes (1993).

¹⁴ Mishkin (1996).

bancárias.¹⁶ Em países com taxa de câmbio fixa, possíveis problemas no sistema bancário podem ser provocados por ataques especulativos contra a moeda nacional. Se a desvalorização é esperada, os agentes econômicos – tanto domésticos quanto estrangeiros – retirarão seus depósitos bancários da economia local, convertendo-os em moeda estrangeira e aplicando-os nos mercados externos, tornando, assim, o sistema bancário doméstico menos líquido.

Analisando, por outrora, variáveis domésticas, destacam-se as taxas de inflação e de crescimento econômico. Em um ambiente de alternância de picos e baixas nas taxas de inflação e crescimento, a capacidade para medir e calcular o risco do crédito torna-se mais difícil. Caprio e Klingebiel (1996b) argumentam que as volatilidades das taxas de inflação e crescimento do PNB em mercados emergentes apresentaram tendência de alta entre 1960 e 1994, período que coincide com experiências de insolvências e falências bancárias sistemáticas. Por outro lado, tais variáveis, para países do G-7, não apresentaram tendência de alta e baixa volatilidade, coincidindo, por sua vez, com experiências e dificuldades no setor bancário pouco severas.¹⁷

¹⁵ Vide Tabela 1.1.1 A

¹⁶ Dada a observação de que muitas crises bancárias foram concomitantes ou precedidas por crises cambiais, Kaminsky e Reinhart (1995) atribuem duas razões. A primeira diz respeito ao efeito adverso sobre o desempenho do setor de “tradables”. O segundo refere-se ao efeito do aumento da taxa de juros doméstica associada à apreciação da taxa de câmbio real ou à desinflação, encorajando os residentes a tomarem empréstimos em moeda estrangeira, assim como expondo-os a um forte risco cambial dada a variação nos fluxos de entrada de capital estrangeiro no país.

¹⁷ Veja Mishkin (1996). “Because debt contracts in developing countries are typically of short maturity, an unanticipated decline in inflation would not be expected to directly adversely affect firms’ balance sheets. Instead, the trouble comes from the high real interest rates which often accompany disinflation (...)”.

Tabela 1.1.1 A - Indicadores de volatilidade macroeconômica e agregados bancários - taxas médias anuais percentuais - 1980 e 1995 – países selecionados

Pais	PNB	Inflação	Depósitos bancários(1)	Crédito bancário para o setor privado(1)
Hong Kong	3,4	3,5	7,9	6,9
Coréia	3,5	7,2	5,3	5,6
Singapura	3,3	2,6	5,7	4,6
Taiwan	2,4	5,5	6,4	8,7
Indonésia	2,0	3,1	7,8	20,1
Malásia	3,0	2,4	8,8	8,4
Tailândia	2,7	4,6	6,6	6,5
Argentina	5,5	860	23,5	34,4
Brasil	3,7	767,6	20,7	32,8
Chile	5,8	7,5	20,9	21,8
Colômbia	1,5	3,9	9	9,1
México	4,2	39,4	33,2	22,1
Venezuela	4,9	21,9	12,7	16
G-7				
Estados Unidos	2,1	3,1	4,4	3,4
Alemanha	1,8	1,9	5,4	3,1
Japão	1,8	2	2,5	2,5

(1) como porcentagem do PNB nominal

Fonte: Bank For International Settlements / Monetary and Economic Department / BIS Economic Paper (outubro 1996)

Em suma, a volatilidade macroeconômica está associada ao descasamento de taxas de juros entre os ativos e passivos bancários, às flutuações nos termos de troca, às variações nas taxas de câmbio e à variação no nível de preços e mudanças no nível de atividade.

1.1.2 – ASPECTOS MICROECONÔMICOS

A literatura sobre crises bancárias destaca também alguns fatores microeconômicos como principais determinantes de insolvência e falências bancárias. Em primeiro lugar está a questão do **envolvimento político**. Muitos autores destacam a permissibilidade e a influência direta de objetivos políticos dos governantes e/ou interesses pessoais de banqueiros e diretores de bancos nas operações bancárias, impactando sobre a eficiência e rentabilidade da instituição.

Essa questão é mais veemente quando da análise de bancos estatais. Na Argentina, pouco mais de 30% do total de empréstimos concedidos por bancos públicos não foram

saldados, comparativamente aos 10% do setor privado. No caso do Brasil, dos mais de R\$ 20 bilhões em créditos em aberto do portfólio do Banespa no final de 1994, mais da metade tinham o Estado como devedor. A falta de regras e objetividade abre caminhos às fraudes, corrupção e aumento do risco creditício, aumentando o grau de fragilidade financeira do sistema como um todo.

O caso da lavagem de dinheiro do narcotráfico por bancos exemplifica a questão do envolvimento político em operações bancárias. A revista Time, de 28 de maio de 1998, relata o caso de bancos mexicanos que adotaram medidas que infringiam as regras do sistema bancário para atender interesses pessoais e dos cartéis colombiano e mexicano. Ao todo, operações desse tipo no México somaram cerca de R\$ 56 bilhões entre 1994 e 1998. Tal fato contribuiu para fragilizar o sistema bancário, afetando a confiabilidade de seus depositantes.

Muitos bancos insolventes apresentaram **falhas e fraudes contábeis**. Alguns teóricos questionam problemas estruturais e institucionais de sistemas contábeis adotados por alguns países. Tais problemas mascaram a identificação e a classificação de créditos e clientes, impossibilitando a transparência das informações.

Por outro lado, a implementação inadequada de processos de liberalização financeira tem sido, comumente, apontada como determinante de crises bancárias, principalmente em mercados emergentes.

"Se a liberalização financeira acontecer em países que possuem seus depósitos segurados, porém, sem o acompanhamento de um efetivo sistema de supervisão e regulamentação, há a possibilidade de ocorrer crises bancárias causadas pelo risco sistêmico" (Demirgüç-Kunt e Detragiache, 1997: 8).

Segundo a literatura sobre crises bancárias, quanto mais abrupto o processo de liberalização financeira, sem adaptação tanto para os agentes como para o regime de supervisão e fiscalização, maior a probabilidade de crise. Conforme destacam Calomiris (1997) e Brock (1996) e Chari e Jagannathan (1988), uma crise bancária, fruto de uma corrida e retirada em massa de depósitos, deve-se à ausência de estratégia por parte dos agentes bancários para contenção de riscos sistêmicos, além de informações imperfeitas.

De acordo com a conclusão de um estudo envolvendo 53 países, desenvolvido por Demirgüç-Kunt e Detragiache (junho de 1998), entre 1980 e 1995 a **liberalização financeira** aumentou a probabilidade de ocorrência de insolvências e falências sistêmicas no setor bancário, porém, com menor incidência em países cuja transição para um sistema financeiro liberalizado apresentou, num cenário de pré-liberalização, uma estratégia de adaptação às mudanças no sistema financeiro. A correlação entre liberalização financeira e crise bancária fica

mais estreita quando do não cumprimento da regulamentação, além da ineficiência da fiscalização e supervisão, somadas ao elevado nível de corrupção.

Conforme salienta Stiglitz (1999), para uma amostra de 25 mercados emergentes submetidos à liberalização financeira, a inadequada adoção de uma estratégia de adaptação por parte dos bancos ao novo contexto macroeconômico é a principal causa de crises financeiras ao longo da década de 80 e primeira metade da década de 90. Do total de países estudados, 18 haviam liberalizado seu setor financeiro recentemente (há cerca de cinco anos) antes da ocorrência da crise.

Observa-se ainda, que além de a liberalização não vir acompanhada por um período de transição com adaptação estratégica dos bancos, o mercado bancário absorve deficientemente os impactos da concorrência após a liberalização financeira, acentuando a fragilidade do sistema quando:

- o crescimento dos passivos bancários em moeda estrangeira for muito rápido em relação ao tamanho da economia e ao estoque de reservas externas,
- a regulamentação do sistema bancário e financeiro for ineficiente e inadequada, possibilitando ações fraudulentas e prejudiciais ao desenvolvimento saudável do sistema,
- os ativos bancários diferirem significativamente dos passivos no que diz respeito à liquidez,
- o capital dos bancos e/ou as provisões para perdas com empréstimos não se expandirem de modo a compensar a volatilidade macroeconômica e
- a economia estiver sujeita a ter grandes choques de confiança.

1.2 –BRASIL NO CONTEXTO MUNDIAL DE CRISES BANCÁRIAS

Quando as falências bancárias ocorridas no Brasil na segunda metade da década de 90 são comparadas às crises bancárias em outros países e caracterizadas como tais pela literatura sobre o assunto, surge o questionamento de a indústria bancária brasileira, após o Plano Real, ter passado por uma crise. Observa-se que o Brasil não é caracterizado pelo BIS, FMI ou Banco Mundial por um país que tenha incorrido em uma crise bancária.

O BIS classifica como crises bancárias as que apresentaram queima de capital e de ativos como a do México (1994), Finlândia (1991), Suécia (1992), Indonésia (1997), Tailândia (1997), Coréia (1997), Malásia (1997), Filipinas (1996) e Rússia (1998). Para os demais países analisados, quando da ocorrência de insolvências e falências bancárias sistêmicas, o BIS classifica-os como países que estiveram à iminência de uma crise bancária.

Regulamentado em novembro de 1995 pelo Banco Central, o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro (Proer) foi o mecanismo responsável pela concessão de empréstimos ao sistema financeiro brasileiro de R\$ 20,4 bilhões¹⁸ a oito bancos em dificuldades, sendo que mais da metade dos recursos foi destinada aos socorros do Econômico e Nacional, e cerca de R\$ 8 bilhões a título de capitalização para o Banco do Brasil. Esse montante de recursos destinado ao processo de ajuste dos bancos privados do sistema financeiro brasileiro e do Banco do Brasil é, até o momento, inferior comparativamente ao ocorrido em outros países¹⁹.

Tabela 1.2 A – Custo de reestruturação do sistema financeiro após intervenções em bancos, falências e insolvências – países selecionados (década de 90)

Pais	Período	Custo da reestruturação % do PNB
Tailândia	1997-1998	32
Chile	1981-85	30
Indonésia	1998-1999	29
Coréia	1998	20
Malásia	1997-1998	18
Argentina	1995-1997	15
México	1995-97	14
Argentina	1982	13
Venezuela	1994	13
Finlândia	1991-93	9,5
Sri Lanka	1989-93	9
China	1997-1998	8
Estados Unidos	1984-91	7
Colômbia	1982-87	6
Suécia	1991-93	5
Malásia	1985-1988	5
Noruega	1988-92	4,5
Brasil	1995-1998	2*
Tailândia	1983-1987	1

* em relação ao PIB, o custo da reestruturação do sistema bancário brasileiro corresponde a 3,5%, em termos nominais e considerando tanto o Proer quanto a tomada de outros empréstimos por parte dos bancos.

Fontes: Fundo Monetário Internacional (1998 a), Rojas-Suarez, Liliana e Weisbrod, Steven R., IDB (1995) e Barros, José Roberto Mendonça de e Almeida Júnior, Mansueto Facundo de (1997).

Segundo Mendonça de Barros (1997), o custo da reestruturação por meio do Proer foi **“bastante inferior aos valores que seriam necessários na hipótese de ocorrência de uma crise do sistema financeiro no Brasil”**, devido à grande participação do setor bancário no PIB

¹⁸ O total de recursos destinados ao Proer atualizado a valor presente soma quase R\$ 30 bilhões. Esse valor liberado para o sistema bancário brasileiro consiste da capitalização do Banco do Brasil (R\$ 8 bilhões) mais o total de empréstimos do Proer (R\$ 20,8 bilhões). A estimativa do PIB (1997) é de R\$ 866,827 milhões.

¹⁹ Vide Tabela 1.2.A sobre custo de reestruturação dos sistemas financeiros.

brasileiro²⁰. Em novembro de 1998, o Fundo Monetário Internacional (FMI) estimava que o custo total de reestruturação dos sistemas financeiros da Tailândia e Indonésia atingira 30% do PIB e quase 20% do produto da Coreia e Malásia. Segundo cálculos do Banco Central do Brasil, mesmo se os bancos inadimplentes junto ao Proer não saldarem suas dívidas, em termos reais para abril de 2000, o Proer teria custado para a sociedade 1,57% do PIB.

Tabela 1.2 B - Participação de instituições financeiras públicas e privadas no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil – 1990 a 1995

Ano	Sector financeiro %	Privadas %	Públicas %
1990	12,78	4,62	8,05
1991	10,53	4,28	6,17
1992	12,13	5,85	6,22
1993	15,61	8,51	5,92
1994	12,37	6,88	4,64
1995	6,94	3,59	3,20

Fonte: IBGE/Andima

Mesmo tendo verificado queda na participação do setor financeiro no PIB brasileiro ao longo dos últimos anos²¹, sua representatividade na economia ainda é bastante elevada se comparada a outras economias. Segundo levantamento realizado pelo IBGE (1995), as participações da indústria financeira no PIB oscilam entre 2% (Canadá) e 6,6% (Espanha). No caso de economias que conviveram com períodos de altas taxas de inflação e hiperinflação, a participação do setor financeiro no PIB fica acima da média mundial, como foi o caso do Chile e Uruguai na segunda metade da década de 80.

No que diz respeito à concentração da indústria bancária, o Brasil apresenta 52% do PIB desse setor da economia gerado por 22 grandes e médios bancos, de um total, de cerca de 200 instituições – ao longo dos quatro anos após o Plano Real. Em 1998, o México apresentava uma concentração um pouco maior, de 68% dos ativos do seu sistema bancário agrupado em seis bancos. Com exceção de Hong Kong (grau de concentração de 29%) e Cingapura (39%), os demais países analisados pelo BIS²² possuíam taxas próximas a 50%: China (70%), Índia (42%), Coreia (50%), Malásia (40%), Filipinas (60%), Tailândia (62%), Chile (47%), Colômbia

²⁰ Vide tabela 1.2 B.

²¹ Vide Tabela 1.2 B. A redução da participação do sistema financeiro no PIB, após o Plano Real, foi mais acentuada para o segmento privado. Para Barros & Almeida Junior (1997: 15), “(...)a participação das instituições financeiras públicas no PIB, que era superior à participação das instituições privadas no início dos anos 90, vem se reduzindo desde 1990, tendo perdido sua predominância sobre o setor financeiro privado a partir de 1993 (...). Isso pode ser explicado pelo fato de que a primeira metade dos anos 90 coincide com o agravamento da crise fiscal dos Estados e com problemas dos dois principais bancos federais (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal)”.

²² Dados referentes ao final de 1998.

(53%), Peru (67%) Venezuela (56%), República Tcheca (66%), Hungria (57%), Polônia (43%), Rússia (42%). A Alemanha apresentava apenas 17% do total de ativos bancários concentrados em grandes e médios bancos, enquanto no Japão esse indicador ficava em 22% e nos Estados Unidos em 35%. Alguns autores argumentam que numa estrutura concentrada há maior homogeneidade entre a causalidade da falência de um banco e os demais.

Sobre as variações do crédito bancário doméstico, na maioria das economias caracterizadas por crises bancárias, observa-se grande representatividade sobre o PIB, antes da crise bancária, com abrupto recuo após a ocorrência da crise. Para os países asiáticos (Indonésia, Coréia, Malásia e Tailândia), no início da crise o crédito bancário doméstico correspondia, em média, a cerca de 90% do PIB, baixando ao final de 98 para algo em torno de 50% dos respectivos produtos nacionais.

No Brasil, porém, o crédito doméstico como porcentagem do PIB manteve-se em torno de 25%²³ entre 1994 e 1998. Num quadro de estabilidade macroeconômica era esperado um aumento na demanda por crédito. No início de 1995, o governo brasileiro, prevendo efeitos perversos de tal movimento, adotou a política monetária de incremento e expansão dos recolhimentos compulsórios dos depósitos bancários à vista e poupança. Mesmo com tais medidas, os empréstimos totais do sistema financeiro para o setor privado, segundo dados do Banco Central e do IBGE, apresentaram taxa de crescimento de 58,7% durante o primeiro ano de vigência do plano de estabilização.

Tabela 1.2 C – Crédito bancário no Brasil – participação do PIB - 1994 a 1998

Saldo em 31 de	Crédito bancário doméstico como % PIB
Dezembro-94	33,12%
Dezembro-95	26,62%
Dezembro-96	24,45%
Dezembro-97	21,08%
Dezembro-98	20,34%

Fonte: Banco Central do Brasil e IBGE

Em suma, no contexto das crises bancárias em países emergentes, a especificidade da crise no Brasil configura-se por não ter apresentado queima de ativos bancários e pelo baixo custo de reestruturação do sistema bancário. Essas questões serão retomadas no capítulo 2.

²³ Vide Tabela 1.2 C.

1.3 –GRAU DE FRAGILIDADE DOS SISTEMAS FINANCEIROS NO MUNDO: INDICADORES DE PAÍSES SELECIONADOS

Apesar de sabido que o grau de solidez de um sistema financeiro é um indicador qualitativamente questionável de ser mensurado, o estudo de Guimarães (1999) busca, por meio de ponderação qualitativa avaliar o grau de solidez e/ou fragilidade do sistema financeiro de países selecionados.

O estudo destaca, em linhas gerais, a questão da volatilidade macroeconômica como o principal determinante das crises bancárias na segunda metade da década de 90. Seguem abaixo, conforme pode-se concluir do estudo, os principais determinantes de crises bancárias na década de 90 – por ordem decrescente de importância:

- Volatilidade macroeconômica
- Significativa exposição em crédito imobiliário
- Elevada exposição externa: ativos/passivos
- Crédito a empresas coligadas
- Regulação e transparências deficientes

Segundo Guimarães (1999), a classificação de fragilidade do sistema financeiro argentino decorre, basicamente, do *boom* de crédito ocorrido em 1998 e 1999, em especial dos créditos imobiliários, além da base ainda pequena de *funding* interno (depósitos). A China, no outro extremo do grupo listado nas tabelas 1.3 A e 1.3 B, é o país com o maior grau de fragilidade, basicamente explicado pelo fato de não haver alternativas de geração de receitas para os bancos, que não sejam créditos ao governo ou a empresas públicas. Além disso, o grau de abertura de informações é mínimo, o que impossibilita qualquer análise quantitativa confiável em seus bancos.

Tabela 1.3 A – Crise bancária: bancos privados do Brasil, Estados Unidos, Singapura e Hong Kong - principais fatores – julho 1999

Comparação entre os bancos privados brasileiros, Estados Unidos, Singapura e Hong Kong

CARACTERÍSTICAS	Estados Unidos	Brasil - bancos privados	Singapura	Hong Kong
Volatilidade macroeconômica	não	sim	algum	não
Estoque e crescimento elevados de crédito/PNB	não	não	alto	muito alto
"boom" de crédito, inflação e ativos	não	não	algum	sim
Significativa exposição em crédito imobiliário	não	algum	algum	sim
Elevada exposição externa: ativos/passivos	não	algum	não	algum
Liberalização financeira descentralizadora	não	não	não	não
Crédito direto do governo	algum	não	algum	não
Crédito a empresas coligadas	não	algum	não	não
Regulação e transparência deficientes	não	algum	sim	algum
Baixo nível de capitalização e provisões	não	não	não	não
Fragilidade dos bancos individualmente	não	não	não	não
Fragilidade/não regulamentação de ativos não bancários	não	algum	não	não
SCORE DE FRAGILIDADE (0=melhor, 24= pior)	1	7	7	8
RATING: solidez/fragilidade	MUITO SÓLIDO	SÓLIDO	SÓLIDO	SÓLIDO

Fonte: Thomas Financial Bankwatch, Goldman Sachs, Banco Mundial e Bozano, Simonsen Research (apud Guimarães, 1999)

Obs 1: Os dados do Brasil são compostos apenas pelo sistema bancário privado brasileiro

Obs 2: Não: peso Zero, Algum: peso Um, e Sim: peso Dois

Obs 3: muito sólido (0 a 2), sólido (3 a 8), algo frágil (9 a 14), quase frágil (15 a 17), frágil (18 a 20) e muito frágil (22 a 24).

No caso dos países do leste asiático (Filipinas, Indonésia e Malásia), Japão e Coreia, destacam-se a volatilidade macroeconômica, o *boom* creditício, a liberalização financeira, um inadequado planejamento estratégico dos bancos em face das mudanças no ambiente macroeconômico, a rede de conexões entre bancos, empresas coligadas e governo, além da correlação entre a fragilidade individual de grandes bancos falidos sobre o sistema como um todo (homogeneidade).

Tabela 1.3 B – Crise bancária: bancos públicos no Brasil, Argentina, Índia, Filipinas, Indonésia, Malásia, Japão, Coreia e China - principais fatores – julho 1999

CARACTERÍSTICAS	Brasil bancos públicos	Argentina	Índia	Filipinas	Indonésia	Malásia	Japão	Coreia	China
Volatilidade macroeconômica	sim	algum	algum	algum	algum	sim	algum	algum	algum
Estoque e crescimento elevados de crédito/PNB	não	sim	baixo	alto baixo, crescente	baixo crescente	muito alta	muito alta	muito alta	sim
"boom" de crédito, inflação e ativos	não	sim	não	sim	não	sim	sim	algum	sim
Significativa exposição em crédito imobiliário	sim	algum	não	algum	sim	sim	muito alta	não	algum
Elevada exposição externa: ativos/passivos	algum	sim	algum	sim	algum	não	sim	sim	não
Liberalização financeira descentralizadora	não	não	algum	algum	algum	algum	não	algum	algum
Crédito direto do governo	algum	não	sim	algum	sim	algum	algum	sim	sim
Crédito a empresas coligadas	sim	não	algum	algum	sim	algum	sim	algum	algum
Regulação e transparência deficientes	algum	algum	algum	algum	algum	algum	algum	sim	sim
Baixo nível de capitalização e provisões	algum	não	sim	não	algum	algum	sim	sim	sim
Fragilidade dos bancos individualmente	não	não	algum	algum	sim	algum	algum	sim	sim
Fragilidade/não regulamentação de ativos não bancários	não	algum	algum	algum	algum	algum	algum	sim	sim
SCORE DE FRAGILIDADE (0=melhor, 24= pior)	10	10	11	13	14	15	17	18	18
RATING: solidez/fragilidade	ALGO FRÁGIL	ALGO FRÁGIL	ALGO FRÁGIL	ALGO FRÁGIL	ALGO FRÁGIL	QUASE FRÁGIL	QUASE FRÁGIL	FRÁGIL	FRÁGIL

Fonte: Thomas Financial Bankwatch, Goldman Sachs, Banco Mundial e Bozano, Simonsen Research (apud Guimarães, 1999)

Obs 1: Os dados do Brasil são compostos apenas pelo sistema bancário público brasileiro

Obs 2: Não: peso Zero, Algum: peso Um, e Sim: peso Dois

Obs 3: muito sólido (0 a 2), sólido (3 a 8), algo frágil (9 a 14), quase frágil (15 a 17), frágil (18 a 20) e muito frágil (22 a 24).

Para o caso brasileiro, Guimarães (1999) analisa o sistema bancário dividindo-o pela propriedade do capital: público e privado. De acordo com Guimarães, "o sistema financeiro brasileiro e o sistema privado, em particular, apresentavam, na segunda metade da década de 90, um grau de solidez superior ao da maioria dos países de mercados emergentes.

Segundo Guimarães, quando da análise do sistema bancário público brasileiro, porém, agregando somente os bancos federais e estaduais, verifica-se um grau de solidez muito inferior ao considerado unicamente para o setor privado. Pela análise dos dados apresentados

nas tabelas 1.3 A e 1.3 B, tanto para os bancos públicos como para os bancos privados, a volatilidade macroeconômica é tida como o principal determinante da crise após o Plano Real. O que diferencia os determinantes das crises bancárias para os bancos do setor público, em relação aos privados, porém, é o maior risco da carteira de crédito imobiliário, a maior concessão de créditos de elevado risco para o governo e empresas coligadas, além do menor nível de capitalização e provisão. A crise bancária para os bancos privados, em face dos públicos, está mais diretamente correlacionada à concessão de crédito a empresas coligadas e à fragilidade na regulamentação de ativos não-bancários.

1.4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de constatado que as economias centrais não são imunes a crises bancárias, os mercados emergentes estão mais expostos devido, principalmente, a questões microeconômicas referentes à liberalização financeira e à ineficiente e/ou lenta adaptação da indústria bancária à nova conjuntura macroeconômica. Além disso, os grandes bancos do setor privado, também estão suscetíveis a quebras bancárias quando expostos à volatilidade macroeconômica e sob uma fiscalização inadequada.

Em síntese, a análise de crises de insolvência e falências bancárias em economias emergentes requer o estudo tanto dos determinantes no âmbito microeconômico, assim como também do enfoque macroeconômico, em face do comportamento do fluxo de capital externo e determinantes econômicos internos, como flutuações nas variações de preços.

Além disso, deve-se compreender a estrutura regulatória do sistema bancário e sua posição num contexto financeiro entre a liberalização e a “repressão”. Deve-se também analisar culturalmente cada economia, enfocando o envolvimento político (empréstimos aos controladores do banco, às empresas coligadas ou governo) e a corrupção (empréstimos a tomadores fantasmas ou abertura de contas fantasmas) no sistema bancário, cujas ações possam gerar e agravar falhas na estrutura patrimonial dos bancos.

Mas como definir, quantitativamente e qualitativamente, uma crise bancária? Para defini-la, é necessário, ao meu ver, analisar comparativamente mudanças no grau de confiança dos depositantes nas instituições bancárias e no setor como um todo, o impacto sobre depósitos, crédito e ativos bancários, além de avaliar a eficiência das medidas de socorro e a quantidade de instituições falidas e não reestruturadas. Não basta caracterizar uma crise bancária, pontualmente, por meio do custo da reestruturação do sistema bancário e por indicadores de

evolução dos ativos e do patrimônio líquido que apontem para uma queima de capital, como observa-se na literatura sobre o assunto de acordo com o FMI, BIS e Banco Mundial.

A liquidação e deflação de ativos financeiros são elementos, entre outros, que caracterizam o desenvolvimento de crises bancárias pelas leis de mercado, de acordo com a definição do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e do BIS. Ao meu ver, é inquestionável a ocorrência de uma crise bancária no Brasil nos quatros anos após implementação do Plano Real devido à presença dos elementos abaixo descritos:

- corrida por liquidez, desconfiança no sistema bancário, corrida e fuga de depositantes e investidores – forte migração dos depósitos de bancos privados para bancos o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Logo após a intervenção no Banco Econômico, a abertura de novas contas no Banco do Brasil aumentou 7% comparativamente à média de 1,5% ao mês. Além disso, verificou-se elevado volume de saques dos bancos Econômico, Nacional e Bamerindus, entre o segundo semestre de 1995 e o ano de 1998. Após a venda do Bamerindus ao HSBC, por exemplo, 18% das contas de poupança foram encerradas.
- insolvências e falências sistêmicas de instituições do setor bancário – o sistema bancário brasileiro nunca antes havia presenciado a quebra de bancos de grande porte, além de registrar um número recorde de falências e intervenções em bancos de médio e pequeno porte. Entre os bancos que estiveram sob intervenção do Banco Central²⁴, apenas 10 bancos de pequeno porte definitivamente faliram, os demais eram de médio e grande porte (vide Tabela 1.2 D, abaixo).

Tabela 1.2 D –Brasil: tipo de Intervenção no sistema bancário - 1994 a 1998

Tipo de Intervenção	Número de Instituições
Intervenção	2
Liquidação Extrajudicial	30
Liquidação Ordinária	3
RAET*	5
Falências	10
TOTAL	50

Fonte: Banco Central do Brasil e Maia (1999)

*RAET – Regime de Administração Especial Temporária.

- maior recorrência dos bancos às linhas de crédito no interbancário – no ano de 1997, o volume de recursos transacionados no interbancário aumentou 47% comparativamente ao demandado no ano de 1996.
- queda dos preços dos ativos financeiros e aumento das taxas de juros – a taxa real de juros básica brasileira foi a maior no mundo em 1997 e 1998.
- revelação de fraudes e desfalques – a falência do Nacional, em especial, revela uma série de ações fraudulentas, as quais corroboram com a sua insolvência
- saneamentos de bancos promovidos pela autoridade monetária ou órgãos fiscalizadores do sistema bancário – criação do Proer
- especulação – fortes oscilações no mercado de capitais

²⁴ Vide tabela 2.2B.

A não ocorrência de perda de capital deve-se à eficácia da gestão da crise e da ação do *lender of last resort*. Isto não significa que países que tiveram suas crises bancárias caracterizadas por queima de capital tenham optado pela solução de mercado, ao invés da intervenção. Essa pode ser uma possibilidade, mas a caracterização de crise bancária com perda de ativos pode, muitas vezes, ocorrer dada a ineficácia do socorro ou devido à desconfiança e rejeição, por parte dos bancos, das políticas de gestão da crise.

A quantificação do grau de fragilidade dos sistema bancário de países selecionados (entre eles o Brasil) realizada por Guimarães (1999) é, ao meu ver, limitada. Um ponto é discutível: tanto para os bancos públicos como para os privado, a fragilidade de bancos individualmente é desconsiderada na mensuração do *rating*. Como é possível desconsiderar tal determinante? Pelo meu ponto de vista, a falência de bancos de grande porte, com grandes dimensões e participação no mercado, pode desencadear um “efeito dominó”. No caso do Brasil, após o Plano Real, acredito ser bastante plausível considerar a relação a quebra de um grande banco e crise bancária.

Reitera-se minha posição de que a definição de crise bancária é função de determinantes de ordens macroeconômica e microeconômica. Não basta apenas classificar as crises bancárias pontualmente, por meio de um ou dois indicadores. A caracterização de uma crise bancária depende da análise da dimensão das insolvências e falências relativamente a outros momentos da história do país e ao impacto sobre a confiança dos depositantes no sistema. E mais, deve-se levar em consideração também o sistema de regulamentação e fiscalização, além da avaliação dos impactos do período de transição a mudanças macroeconômicas, com destaque para a liberalização financeira. Tais pontos serão analisados, para o caso brasileiro, no capítulo 2.

CAPÍTULO 2 – CRISE BANCÁRIA NO BRASIL: A AÇÃO DO BANCO CENTRAL COMO “LENDER OF LAST RESORT”

A implementação do Plano Real, em julho de 1994, no final do governo Itamar Franco, desencadeou um processo de mudanças estruturais no sistema financeiro brasileiro. O Plano Real proporcionou, do lado monetário da economia, estabilização no curto prazo. O sistema bancário, por sua vez, foi forçado a se ajustar à nova realidade econômica, procurando novas fontes de receitas. Segundo Maia (1999), o sistema bancário, desde a estabilidade monetária proporcionada pelo Plano Real, pode ser caracterizado por três momentos. Na primeira fase, imediatamente após a implementação da nova moeda, o real, o sistema caracterizou-se pela redução no número de bancos, dado o uso de mecanismos intervencionistas e de liquidação do Banco Central. Os poderes discricionários da autoridade monetária foram, então, instituídos como “Regimes Especiais”. As intervenções constituíram-se por meio do Regime de Administração Especial Temporária (Raet) e o encerramento dos bancos, via Liquidação Extrajudicial.

O segundo momento da reestruturação do sistema bancário refere-se à implementação do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro (Proer), em novembro de 1995, e ao Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (Proes), em agosto de 1996. Os objetivos fundamentais dos programas de reestruturação do sistema financeiro eram garantir o funcionamento do sistema de pagamentos e preservar a confiança geral nas operações bancárias, evitando corridas aos bancos e saques generalizados por parte dos depositantes. A última etapa, de acordo com Maia, diz respeito à entrada de bancos estrangeiros, fusões, aquisições e privatizações, fenômenos que repercutem em mudanças estruturais na indústria bancária brasileira.

Este segundo capítulo está dividido em cinco seções. A primeira caracteriza a dinâmica de reestruturação do setor bancário privado brasileiro após o Plano Real, destacando os desafios do sistema bancário brasileiro em face da estabilização monetária. Na seção seguinte, são analisados os aspectos setoriais do sistema bancário brasileiro. Na subseção 2.2.1 aborda-se o conceito de receita inflacionária e o fim desta após a estabilidade monetária promovida pelo Plano Real como determinante da crise bancária brasileira no setor privado. A subseção a seguir, a 2.2.2, apresenta a estrutura de receitas e custos do setor bancário privado brasileiro, analisando as mudanças ocorridas após a implementação do Real. Na subseção 2.2.3 analisa-se o comportamento de alguns indicadores selecionados de rentabilidade para o setor bancário privado – margem bruta, margem operacional, rentabilidade do patrimônio líquido, retorno sobre

o ativo, rentabilidade da atividade bancária, rentabilidade das operações de câmbio, rentabilidade das operações de tesouraria e *spread* – imediatamente após a estabilidade de preços promovida pela implementação do Plano Real.

Em 2.2.4, é analisada a nova regulamentação do sistema bancário brasileiro após o Plano Real no que diz respeito ao capital mínimo exigido (Resolução 2.099 do Banco Central) e o impacto sobre o sistema bancário privado em um ambiente de estabilidade monetária. Essa terceira seção está dividida em duas subseções. Em 2.2.5 são apresentados indicadores de qualidade do ativo bancário do setor privado antes e após o Real. A subseção 2.2.6 centra-se na questão dos problemas de liquidez e seu impacto sobre a dinâmica bancária privada no período em evidência.

A seção 2.3 destaca a solução encontrada para a crise bancária brasileira em meados dos anos 90: sua gestão, tendo como agente principal condutor o Banco Central do Brasil na figura do prestador de última instância. Tem ainda por salientar outra medida, como o estímulo às fusões e aquisições e à maior abertura à entrada do capital bancário estrangeiro. Coube à última seção, a 2.4 as considerações finais do capítulo 2.

2.1 – DESAFIOS DO SISTEMA BANCÁRIO PRIVADO BRASILEIRO APÓS A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO REAL

Com a liquidação do Banco Lavra - em abril de 2000 - subiu para 51²⁵ o número de bancos (públicos e privados) que sofreram intervenção ou foram liquidados pelo Banco Central (BC) desde a estabilização da inflação nos anos 90, a partir de 1º de julho de 1994, data oficial do início da implementação do Plano Real no Brasil e da nova moeda nacional: o real. De janeiro de 1946²⁶ e dezembro de 1999, 170 bancos foram submetidos a algum tipo de regime especial de administração. Desse total, 50 das intervenções foram realizadas entre 1º de julho de 94 e dezembro de 1998, ou seja, cerca de 30% do total de intervenções realizadas pelo BC - desde o início do registro dos dados em 1946 - aconteceram nos quatro primeiros anos do

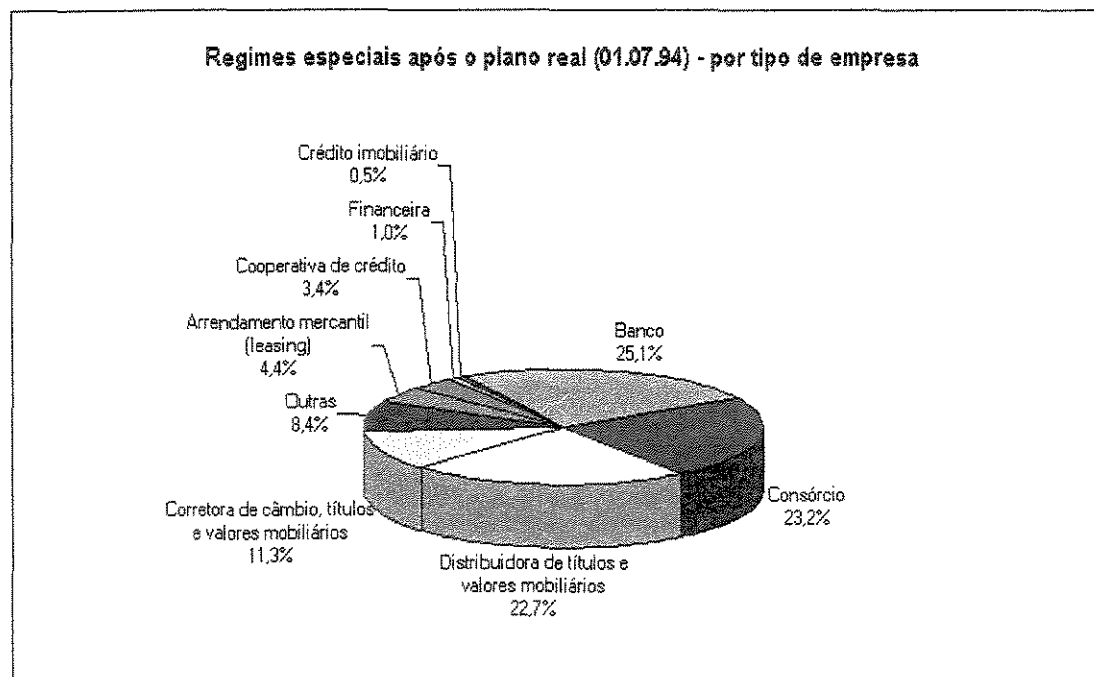
²⁵ De acordo com levantamento realizado junto ao jornal Gazeta Mercantil do período de 1º de julho de 1994 a 30 de setembro de 1997 e dados do Banco Central (BC).

²⁶ A partir de 1946 o Banco do Brasil passou a registrar as ocorrências de falências, liquidações e intervenções em instituições do sistema financeiro brasileiro. A partir de 1964, com a criação do Banco Central do Brasil, as intervenções ficam sob sua responsabilidade. No site do Banco do Brasil (www.bcb.gov.br) encontra-se a relação das instituições que estiveram sob a intervenção da autoridade monetária desde 1946. Vide Anexo.

Plano Real, período que corresponde ao primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso²⁷.

Entre as décadas de 50 e 80, a média de instituições bancárias que foram liquidadas não ultrapassava três bancos ao ano. Entre julho de 94 e dezembro de 98, essa média subiu para 10,5 ao ano, ou seja, 250% acima da média histórica. O Plano Real afetou mais significativamente o setor bancário entre as demais empresas que constituem o sistema financeiro nacional²⁸. Do total de intervenções realizadas no sistema financeiro do Brasil após a implementação do Real e maio de 2000, um quarto refere-se a instituições do setor bancário. Desde 1946, os bancos correspondiam cerca de 20% das intervenções no sistema.

Figura 2.1 A – Empresas do Sistema Financeiro Nacional – por tipo - submetidas a regimes especiais após o Plano Real – Brasil - 1994 a 1999



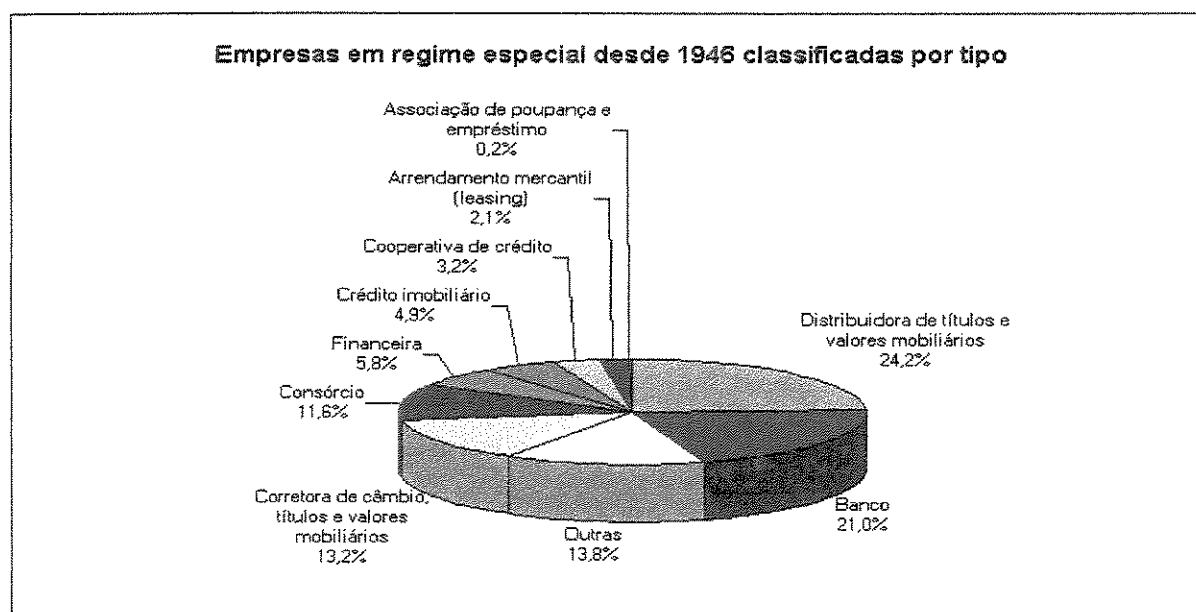
Fonte: Banco Central (apud site www.bcb.gov.br)

²⁷ Fernando Henrique Cardoso foi eleito Presidente da República do Brasil em 1995, encerrando seu primeiro governo em 1998. Reeito no final de 98, Cardoso iniciou seu segundo mandato consecutivo em janeiro de 1999, e com término previsto para dezembro de 2002.

²⁸ Vide Figuras 2.1 A e 2.1 B

Em 1969 o BC interveio em 35 empresas financeiras, sendo três bancos. Entre 74 e 77, na época do segundo choque do petróleo, várias empresas do sistema financeiro sofreram intervenção pelo BC: em 1974 foram 15 empresas não-bancárias e dois bancos, em 1975 outras 48 empresas não-bancárias e quatro bancos, em 1976 mais 31 empresas não-bancárias e um banco e em 1977 o BC interveio em 38 empresas não-bancárias e cinco bancos. Outro período de forte intervenção do BC no sistema financeiro aconteceu entre os anos de 1985 e 1987. Em 1985 a autoridade monetária interveio em 56 instituições financeiras, sendo 10 bancos, enquanto no ano de 1987 o BC interveio em outras 56 empresas do sistema financeiro, das quais 14 eram bancos.

Figura 2.1 B – Intervenções no Sistema Financeiro Nacional – 1946 a 1999



Fonte: Banco Central (apud site www.bcb.gov.br)

Tabela 2.1 A – Brasil: empresas do sistema financeiro submetidas a regimes especiais desde 1946 até maio de 2000

POR TIPO DE EMPRESA			
TIPO	SUBMETIDAS A REGIME ESPECIAL	ESTÁGIO ATUAL (julho 2000)	
		ENCERRADAS	REMANESCENTES
Distribuidora de títulos e valores mobiliários	196	176	20
Banco	170	141	29
Outras	112	102	10
Corretora de câmbio, títulos e valores mobiliários	107	91	16
Consórcio	94	78	16
Financeira	47	44	3
Crédito imobiliário	40	40	0
Cooperativa de crédito	26	25	1
Arrendamento mercantil (leasing)	17	9	8
Associação de poupança e empréstimo	2	2	0
TOTAL	811	708	103

Fonte: Banco Central do Brasil (apud site www.bcb.gov.br)

Tabela 2.1 B – Brasil: empresas do sistema financeiro submetidas a regimes especiais após o Plano Real (julho de 1994)

Tipo	Submetidas a regime especial			
	Remanescentes em 30/06/94	a partir de 01/07/94	Encerradas após 01/07/94	Remanescentes
Banco	11	51	33	29
Consórcio	28	47	59	16
Distribuidora de títulos e valores mobiliários	16	46	42	20
Corretora de câmbio, títulos e valores mobiliários	4	23	11	16
Outras	9	17	16	10
Arrendamento mercantil (leasing)	0	9	1	8
Cooperativa de crédito	1	7	7	1
Financeira	3	2	2	3
Crédito imobiliário	5	1	6	0
Associação de poupança e empréstimo	1	0	1	0
TOTAL	78	203	178	103

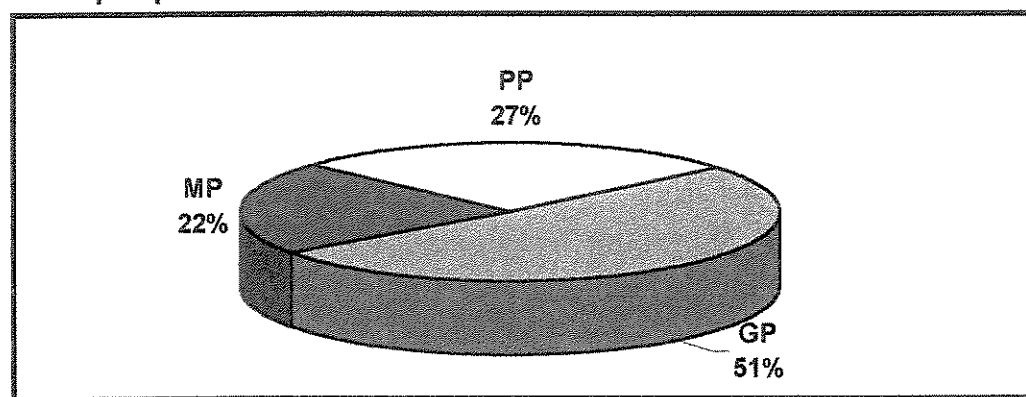
Fonte: Banco Central do Brasil (apud site www.bcb.gov.br)

Um ano após a implementação da nova moeda, o real, pelo menos dois grandes bancos comerciais privados, com filiais espalhadas por todo o país e com uma elevada carteira de

clientes, encontravam-se sob intervenção: Banco Econômico, em agosto de 1995, e Banco Nacional, em novembro de 1995. Além disso, os maiores bancos estaduais do País também ficaram sob a Administração Especial Temporária: Banespa (São Paulo), Banco do Estado do Rio de Janeiro e o banco estadual de Alagoas.

Após a implementação do Plano Real, o que mais chamou a atenção do governo, de acadêmicos e do setor privado, foi a quebra de bancos de grande e médio portes no sistema, que dada sua importância no mercado, eram tidos como sólidos e solventes. Até então, eram isoladas as quebras de bancos com significativa representatividade no sistema bancário, como foi o caso do Banco Sul Brasileiro, em 1985.

Figura 2.1 A – Bancos sob intervenção do Banco Central do Brasil após o Plano Real– por porte - 1994 a 1998



PP – Bancos de Pequeno Porte
 MP – Bancos de Médio Porte
 GP – Bancos de Grande Porte
 Fonte: Banco Central

Tabela 2.1 C – Bancos sob intervenção do Banco Central do Brasil: total de ativos por porte e participação no total de ativos do sistema bancário – 1994 a 1998
 em mil reais (R\$)

BANCOS SOB INTERVENÇÃO DO BANCO CENTRAL	GRANDE PORTE	MÉDIO PORTE	PEQUENO PORTE
Soma dos ativos totais	28.099.810	12.094.375	14.758.778
Soma dos ativos totais / ativo total do sistema bancário (em %)	5,76%	2,48%	3,03%

Fonte: Banco Central

Mesmo que quantitativamente elevado o número de bancos insolventes, como nos anos de 1985 e 1987, qualitativamente essas intervenções impactaram pouco no mercado, sem elevar significativamente o risco moral sistêmico. Em 1985, dos 10 bancos sob administração ou intervenção da autoridade monetária, apenas o Sul Brasileiro era um banco de médio porte, sendo todos os nove bancos restantes de pequeno porte e pequena carteira de clientes.

Em 1987, quando da intervenção em 14 bancos, todos eles eram classificados – de acordo com a metodologia do Banco Central - como de pequeno porte, sem que qualquer banco de médio ou grande porte tivesse ficado sob a intervenção do Banco Central. No período após a implementação do Real, por outro lado, as intervenções no sistema bancário repercutiram qualitativamente sobre o sistema, elevando o grau de fragilidade financeira frente a informações não-oficiais e frente à diminuição da credibilidade dos clientes em manterem seus depósitos junto ao sistema bancário.

Apesar das inúmeras intervenções antes ocorridas no Sistema Financeiro Brasileiro, o problema da solidez do sistema bancário passou a ser inquirido a partir do Plano Real, assim como a regulamentação existente e as medidas preventivas.

2.2 – CARACTERIZAÇÃO DA CRISE BANCÁRIA NO BRASIL APÓS IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO REAL

“(...) o Brasil viveu a pior crise bancária de sua história desde o início do Plano. A crise observada aqui tem características típicas de uma crise de liquidez. Empresas solventes e economicamente viáveis, com problemas temporários de caixa, em razão de uma drenagem rápida de liquidez, tomam-se insolventes. Há um certo efeito dominó e observa-se simultaneamente explosivo aumento da inadimplência e empoçamentos de liquidez.” (Troster, 71:1997)

Conforme visto no capítulo 1, para o Bank for International Settlements (BIS), o Brasil, após implementação do Plano Real, não se enquadra numa crise bancária. Isso porque, tanto para o BIS quanto para o FMI e o Banco Mundial, o conceito de crise bancária está associado à queima de capital e custo de reestruturação do sistema acima de 5% do PIB. No caso brasileiro, vide capítulo 1, as quebras bancárias na segunda metade da década de 90 não se configuram por crise, primeiro, devido ao baixo custo da reestruturação (3,5% do PIB). Por outro lado, observou-se, no caso brasileiro, uma pequena oscilação no volume total de ativos bancários, uma vez que os grandes bancos brasileiros insolventes foram reestruturados, com mudança do controle acionário e ajuda financeira por parte da autoridade monetária. Em termos nominais, os

ativos bancários não apresentaram queda entre o segundo semestre de 1994 e dezembro de 1998.

Em 1994, com o fim da receita inflacionária, os bancos se viram, no curto prazo, com uma estrutura muito carregada e de baixa eficiência. No ano seguinte, os bancos tiveram também que se adaptar, rapidamente, ao aumento da inadimplência, cujas taxas chegaram a níveis recordes. Houve deterioração da qualidade dos ativos de crédito, sendo que o comprometimento do patrimônio líquido com créditos problemáticos atingiu 18,2%, em 1995, contra um volume médio histórico de 5,5%, segundo dados oriundos do banco de dados da Austin Asis.

Com a necessidade de preservar sua rentabilidade, alguns bancos tiveram sérios problemas, desde má qualidade de ativos e má gestão, perdendo credibilidade e culminando com um processo de intervenções e liquidações. Os bancos mais ágeis e eficientes agiram rapidamente, recuperando a perda da receita inflacionária com ganhos em operações de crédito, receita com serviços, entre outros.

O que será visto a seguir é uma análise do debate sobre a crise bancária brasileira em três frentes. A primeira envolve o conceito de receita inflacionária e a hipótese de que seu fim, após a estabilização monetária, é tido como principal determinante das quebras dos bancos privados varejistas brasileiros. Outra frente da discussão segue por analisar mudanças na composição dos custos e receitas do sistema bancário privado brasileiro após o Plano Real. A terceira frente enfoca a comparação de alguns indicadores de rentabilidade do sistema bancário privado brasileiro antes e após a implementação do Plano Real.

2.2.1 - RECEITA INFLACIONÁRIA

Ficou em voga por parte da imprensa, entre 1995 e 1997, justificar as falências e posições de insolvência das instituições bancárias privadas brasileiras após a implementação do Plano Real devido à perda da receita inflacionária após a redução rápida e abrupta de elevadas taxas de inflação a patamares abaixo de dois dígitos ao mês.

O ano de 1993 encerrou com inflação média de 2.500%²⁹. Em junho de 94, o IGP-M apontava inflação acumulada no mês de 45,2%, o IPC da Fipe de 50,8% e o INPC de 48,2%, com estimativa de fechar o ano com inflação, em média, de cerca de 5.000%. Em dezembro de 94, ou seja, seis meses após a vigência do real, o IGP-M registrava inflação mensal de 0,8%,

²⁹Segundo média do IGP-DI (2.708,6%), IGP-M (2567,5%), INPC (2.489,1%) e IPC-Fipe (2.491%).

enquanto o IPC da Fipe apontava alta de 1,2% e o INPC de 1,7%. O ano de 1995 encerrou com inflação entre 15% e 20%³⁰, ou seja, com taxas de inflação cerca de 90% menores³¹.

Estima-se ainda que por conta dessa queda no nível de preços a receita inflacionária, em 1995, caiu a 1% do total de receitas dos 40 maiores bancos privados e públicos brasileiros³². No final de 1994, a receita inflacionária totalizava 16% do total de receitas desses 40 maiores bancos, enquanto que em 1993, a participação da receita inflacionária representava 26% do total. De acordo com estimativas do Dieese³³ - vide Tabela 2.2.1 A - , para os nove maiores bancos privados nacionais, os ganhos com a inflação totalizaram cerca de R\$ 5 bilhões em 93, recuando 27%, para R\$ 3,5 bilhões em 94. O sistema financeiro como um todo, porém, contabilizando tanto os bancos privados nacionais, como os de capital estrangeiro e os bancos oficiais, obtiveram receitas inflacionárias brutas entre R\$ 7 bilhões e R\$ 8 bilhões³⁴ (Carvalho, 1996).

Tabela 2.2.1 A – Brasil: receita inflacionária – 9 maiores bancos privados nacionais por ativo total (1993 e 1994)
em reais (R\$) - milhões

INDICADOR	1993	1994
Receita inflacionária	5.000	3.500
participação do ganho com inflação nas receitas totais	14,66%	9,15%
Receita inflacionária – média mensal	408,5	298,5

Fonte: Dieese

Apesar de ser difícil calcular precisamente o montante, a receita inflacionária dos bancos comerciais e múltiplos foi elevada no Brasil nos anos anteriores ao Plano Real, caindo no segundo semestre de 94 em diante e acompanhando o recuo da inflação com o desenrolar do plano de estabilização.

³⁰De acordo com os índices: IGP-DI (14,78%), IGP-M (15,25%), INPC (21,98%) e IPC da Fipe (23,17%).

³¹ Segundo dados obtidos do Instituto de Pesquisas Econômicas da USP (IPC), da Fundação Getúlio Vargas (IGP-M) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (INPC). A inflação projetada pela FGV em junho de 94 para o ano era de 5000%, enquanto 12 meses depois, em junho de 95, a inflação projetada era de 76%.

³² Vide Humbert (1996) página 6.

³³Dados da publicação do Dieese Estudos Setoriais Dieese - Desempenho dos Bancos Privados Nacionais em 1992, 1993 e 1994 / Linha Bancários. O estudo analisa o desempenho dos nove maiores bancos privados nacionais de acordo com o patrimônio líquidos dos resultados contábeis divulgados pelos bancos. Em 91: Bradesco, Itaú, Unibanco, Bamerindus, Mercapaulo, Econômico, Nacional, Real e BCN. Em 93 e 94, no lugar do Mercapaulo ficou o Mercantil.

³⁴Em Carvalho, Carlos Eduardo - Bancos e Inflação no Brasil. Comentários Depois do Plano Real, Fundap/Iesp, São Paulo, 1996.

Tabela 2.2.1 B - Receita Inflacionária em relação ao PIB e ao total das receitas bancárias

em porcentagem (%)

Ano	Receita Inflacionária/ PIB	Receita Inflacionária/ Receita Total das Instituições Bancárias
1990	4,0	35,7
1991	3,9	41,3
1992	4,0	41,9
1993	4,2	35,3
1994	2,0	20,4
1995	0	0,6

Fonte: Andima/ IBGE – 1990-1995

A receita inflacionária depende da taxa de inflação e dos saldos sobre os quais ela incide, ou seja, sobre os depósitos à vista e outros recursos de terceiros captados sem remuneração, como cobrança de títulos, arrecadação de impostos, menos os recursos recolhidos sem remuneração ao Banco Central (reservas e encaixes obrigatórios). A receita inflacionária resulta da perda de valor real dos recursos depositados no sistema bancário, sendo tal perda apropriada pelos bancos. Deve-se deixar claro que a receita inflacionária pode ser decomposta em **arbitragem inflacionária** e **float**³⁵.

A arbitragem inflacionária seria, assim, obtida pelos bancos quando esses não pagam aos titulares dos depósitos um rendimento para compensar a corrosão desses valores pela inflação, mas incluem essa compensação na taxa cobrada do tomador dos empréstimos financiados por tais recursos, apropriando-se da diferença (ganhos obtidos com o chamado *spread*). Há ainda os chamados ganhos de *float*, referentes ao rendimento adicional gerado pelos depósitos não remunerados ao serem aplicados em diversas operações ativas no sistema bancário. A magnitude desses ganhos de *float* não depende da taxa de inflação. Quando a inflação sobe, os ganhos de *float* tendem a representar parcela menor dos rendimentos totais propiciados pelos recursos de terceiros captados sem remuneração (devido à queda na demanda por M1). No entanto, essa receita pode ser afetada pelas políticas adotadas para combater a inflação, como taxas de juros altas e medidas de restrição ao crédito.³⁶

Sobre a importância do *float*, como fonte de receita, porém, o diretor-presidente do Itaú, Carlos da Câmara Pestana, em entrevista à Gazeta Mercantil em 31 de março de 1993, observou que a inflação, tida sempre como alimentadora dos lucros bancários, deixou de ter

³⁵ Vide Radeco (junho de 1996) e Carvalho (1996)

“aquela significação antiga nas receitas do setor” nos anos que antecederam o Plano Real. Segundo Pestana:

“(…)o volume de moeda não-remunerada é cada vez mais baixo. O dinheiro de pernoite que não ficava no FAF (Fundo de Aplicações Financeiras) tinha um custo muito elevado. O Banco Central esteriliza metade dos depósitos à vista e o que sobra no caixa tem um custo que também cresce com a inflação. Quem mais lucra mesmo com os depósitos à vista é o governo, que toma metade deles para si sem nenhum custo de captação (...). Outra receita de *float* que deixou de existir é a da arrecadação das contribuições para o INSS. Antes, esse órgão da previdência social remunerava indiretamente o serviço dos bancos, permitindo à instituição manter em caixa por determinado número de dias o dinheiro arrecadado antes de recolhê-lo ao Tesouro. No final de 1992, o serviço passou a ter uma remuneração fixa (...). Os bancos trocaram o *float* por uma tarifa (...).”

Acredita-se que, embora o montante de depósitos não remunerados tenha se tornado muito baixo com a criação e desenvolvimento de mecanismos de remuneração de curtíssimo prazo, ou seja, criação de uma moeda indexada que praticamente substituiu o M1 tradicional a fim de proteger os correntistas de perdas reais, as altas taxas de inflação faziam com que o ganho inflacionário bancário se tornasse um componente importante da receita dos bancos varejistas. Para os anos de alta inflação atribui-se algo entre 80% e 90% das receitas inflacionárias dos bancos à arbitragem e 10% a 20% a ganhos de *float* gerados pelos depósitos não remunerados ao serem aplicados em diversas operações ativas no sistema bancário³⁷.

Costa (1997), Barros & Almeida Junior (1996), Canuto & Lima (1999) e Maia (1999), porém, não diferenciam arbitragem e *float* da receita inflacionária, caracterizando-a apenas de *float*. Independentemente disso, é inquestionável que os bancos obtiveram receita inflacionária quando da ocorrência de período de altas taxas de inflação. Na comparação de 1994 com a média dos anos entre 1990 e 1993, estima-se que os bancos tenham perdido cerca de R\$ 19 bilhões em receita inflacionária devido à estabilidade monetária.

O que se questiona, assim, com base na análise acima apresentada, é se a redução dessa receita inflacionária seria o principal determinante das falências e insolvências dos bancos após a implementação do Plano Real.

Entre os desdobramentos que se seguiram à estabilização monetária após o Real estão o reaparecimento do crédito, e em especial, do crédito para consumo. Esse crescimento atende a uma demanda reprimida, ao mesmo tempo em que as receitas com operações de crédito eram uma alternativa à receita inflacionária. Essa compensação da perda da receita

³⁶Vide Carvalho (1996) e Troster (1997)

³⁷Segundo estimativas de Lázaro de Mello Brandão (1998), o *float* representa após queda da inflação no Plano Real algo em torno de 0,5% das receitas bancárias nos anos de 96, 97 e 98.

inflacionária foi mais intensa nos primeiros meses do Plano Real, sendo o fator que postergou a reestruturação do sistema financeiro mais contundente para o ano de 1995.

É importante destacar que o fim da receita inflacionária, como fonte de ganhos, aconteceu abruptamente após um longo período inflacionário em que bancos privados estiveram concentrados quase exclusivamente em atividades de tesouraria.

“(...) a relativa falta de experiência na concessão do crédito acabou produzindo uma situação em que a realidade dos mesmos não acompanhou, em princípio sua expansão. As flutuações na política econômica (...) também contribuíram para elevar a inadimplência no sistema financeiro, complicando ainda mais o processo de reestruturação do sistema bancário desencadeado com a estabilidade dos preços. Com isso, as autoridades econômicas tiveram que lançar mão de um conjunto de medidas destinadas a garantir a solvência e solidez do sistema financeiro: (...) criação do Proer e Proes, a capitalização do Banco do Brasil, maior exigência de Patrimônio Líquido nas instituições financeiras com ajustamento com base nos riscos dos ativos, a criação do Seguro Garantidor de Crédito e a criação de uma Central de Risco de Crédito.” (Cerqueira, 1998)

A perda da receita inflacionária é, contudo, **um dos determinantes** da crise bancária brasileira da segunda metade da década de 90. A perda da receita inflacionária levou os bancos a uma rápida adaptação a uma economia com estabilidade de preços. Tal adaptação desencadeou distorções na “solidez” da indústria bancária.

“O número elevado de agências bancárias, que antes se viabilizava por essas transferências inflacionárias, não era mais economicamente viável, levando a que vários bancos comessem seu processo de ajuste pelo fechamento de agências. No entanto, esse ajuste, de fato, não se concretizou, o que pode ser atestado pela pequena redução no número de dependências bancárias, que passou de 17.939, em dezembro de 1994, para 17.865, em dezembro de 1995, segundo dados do Banco Central” (Barros e Almeida Júnior, 1997)

O aniquilamento dos ganhos inflacionários é apenas o começo de uma série de fatos encadeados, os quais levaram o sistema bancário brasileiro a se reestruturar. O fim da receita inflacionária, por si só, não é o tido como único determinante do aumento do risco moral dos bancos no Plano Real. Outras questões – como a condução da política monetária, os problemas de liquidez, a concentração da carteira de clientes, o “clientelismo” bancário e a precariedade da regulamentação do sistema também determinaram o aumento do grau de fragilidade do sistema bancário brasileiro após o segundo semestre de 1994.

“No Brasil, a queda das transferências inflacionárias, o encolhimento do setor financeiro dentro do PIB e a política monetária e creditícia altamente restritiva, que vigorou de novembro de 1994 a julho de 1995, formam os ingredientes que desencadearam a reestruturação do sistema financeiro nacional” (Cerqueira, 1998)

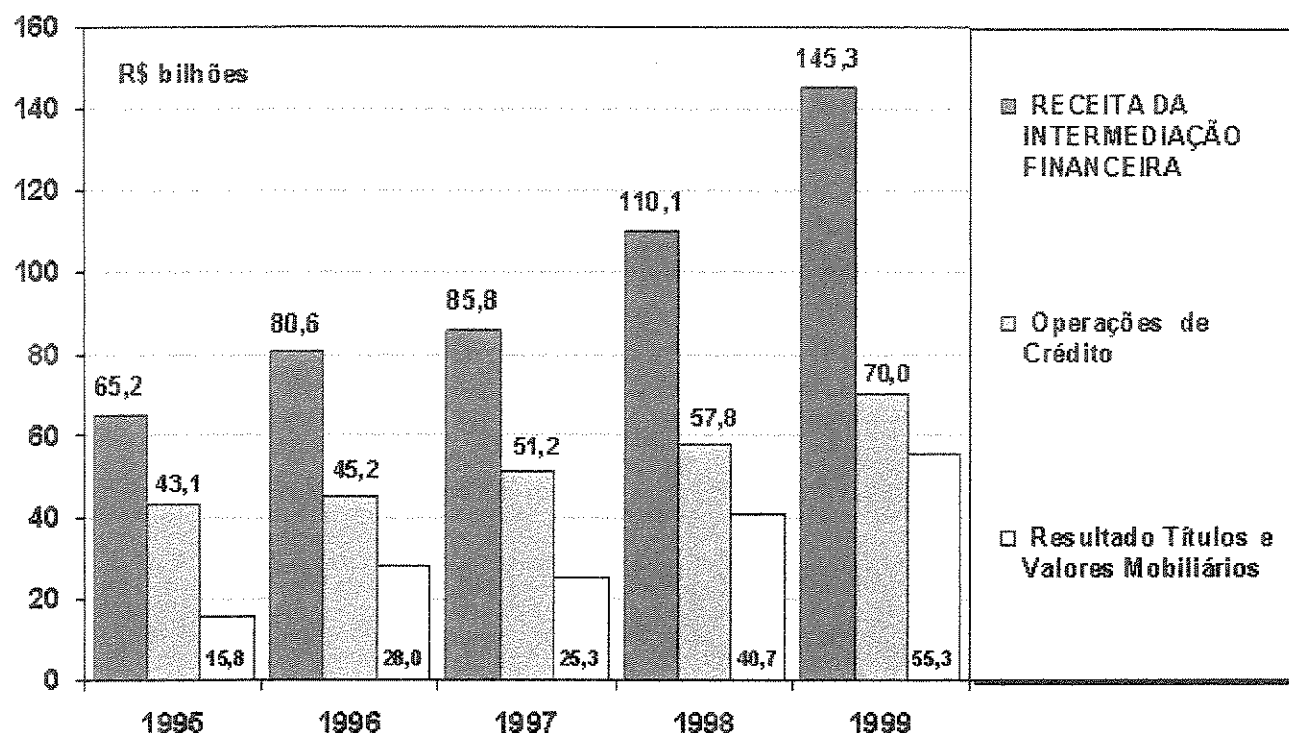
2.2.2 – ESTRUTURA DE RECEITAS E DESPESAS

Após a implementação do Plano Real, verifica-se uma mudança na composição das receitas dos bancos do setor privado varejista. Nos três primeiros anos do Plano Real os bancos privados varejistas brasileiros mantiveram seus esforços em aumentar suas receitas, a fim de compensar o fim da receita inflacionária, principalmente por meio das operações de crédito com vistas a atender uma demanda reprimida. Observa-se (Tabela 2.2.2 A) que o fim da receita inflacionária dos bancos privados varejistas brasileiros, não resultou em queda de suas receitas totais. Pelo contrário, a perda da receita inflacionária foi rapidamente substituída por outras receitas, destacando a ágil adaptação dos bancos privados varejistas ao novo cenário de estabilidade monetária.

O sistema bancário privado varejista brasileiro registrou receitas de intermediação financeira³⁸ de R\$ 145,3 bilhões em dezembro de 1998, com significativo aumento em face do saldo de R\$ 65,2 bilhões no mesmo período em 1995, apresentando, assim, um crescimento nominal de 68,8%. Tal desempenho justifica-se pelo aumento, nos dois primeiros anos do Plano Real das operações de crédito, sendo a partir de 1997 entendido pelo aumento nas operações com títulos e valores mobiliários e, por outra parte, pelo aumento, mesmo que mais discreto nas receitas oriundas de operações de crédito. Quanto ao resultado positivo com operações de crédito, o sistema contabilizou maiores receitas nessas operações menos pelo crescimento de volume e mais pelos altos juros na ponta cobrados em diversas modalidades de crédito disponíveis ao público. Quanto às títulos e valores mobiliários o resultado é explicado pelo fator câmbio e altas de juros na medida em que o maior peso era de papéis pós-fixados ou atrelados à desvalorização do câmbio.

³⁸ Receita de Intermediação Financeira (RIF) = Receita com Operações de Crédito + Resultado das Operações com Títulos e Valores Mobiliários

Figura 2.2.2 A – Receita com Intermediação Financeira: crédito e valores mobiliários – sistema bancário privado varejistas brasileiro – 1995 a 1999



Fonte: Austin Asis (apud Relatório Anual: fevereiro de 2000)

Com o fim da receita inflacionária, surgiu a necessidade de um rápido e expressivo aumento nas receitas de serviços. A adoção da cobrança de um pacote de tarifas pela maioria dos bancos privados de varejo contribuiu para explicar o aumento nominal de receitas com serviços ao longo dos quatro anos após o Plano Real, que passou de R\$ 7,7 bilhões em 1995 para R\$ 12,3 bilhões ao final de 98. As receitas com serviços tiveram forte crescimento entre 1995 e 1997, recuando em 1998. Deve-se destacar, contudo, que as receitas de serviços para os bancos privados varejistas do sistema brasileiro representaram 10,1% das receitas totais no final do exercício de 1998, valor praticamente igual ao obtido em dezembro de 1995 (10,5%). Em outras palavras, comparativamente ao total de receitas dos bancos privados varejistas brasileiros, as receitas de serviços não cresceram significativamente. Ao meu ver, e segundo os dados acima, a parcela da receita inflacionária perdida com a estabilização monetária foi compensada, majoritariamente, pelo aumento das operações de crédito e com títulos e valores mobiliários.

A Tabela 2.2.2 A abaixo ilustra o crescimento da participação das receitas de serviços após a implementação do Plano Real para bancos comerciais e múltiplos no setor privado.

Tabela 2.2.2 A – Brasil: receita de intermediação financeira e de serviços – bancos comerciais e múltiplos do setor privado - 1995 a 1999

	Dez/95	Dez/96	Dez/97	Dez/98	Dez/99
Receita de Intermediação Financeira + Receita de Serviços (R\$ milhões)	72.928	90.797	97.853	122.440	159.600
Receitas de Serviços (R\$ milhões)	7.690	10.180	12.074	12.369	14.303
Receita de Serviços/Receita total (%)	10,5	11,2	12,3	10,1	8,96
Crescimento da Rec. de Serviços (%)	n/d	32,4	18,6	2,4	15,6

Fonte: Banco de dados da Austin Asis

Pode-se, então, afirmar que apesar de - em valores monetários nominais - a receita de serviços ter aumentado entre 1995 e 1999, relativamente à sua participação no total de receitas dos bancos comerciais e múltiplos de capital privado, não se observa impacto significativo que justifique a hipótese difundida pela imprensa sobre a crise bancária brasileira: de que o receita inflacionária teria sido substituído pelas receitas de serviços. A receita inflacionária foi, em parte, substituída pelas receitas de serviços, mas não majoritariamente. Deve-se levar em conta, fundamentalmente, as operações de crédito e as operações no mercado de títulos e valores mobiliários.

Observa-se, como já foi apontado acima, para o conjunto de bancos privados varejistas brasileiros que a reação foi rápida à perda da receita inflacionária, substituindo-a por outras, sem que tivessem registrado diminuição na receita total após a passagem de um ambiente com altas taxas de inflação para a estabilização monetária. Em suma, a estrutura de receitas dos bancos privados varejistas brasileiros mudou após o Plano Real, sem que a perda do receita inflacionária impactasse negativamente sobre o total de receita. Os bancos brasileiros de capital privado e atuantes no segmento varejista mostraram eficiência e rapidez na adaptação da sua estrutura de receitas à estabilização, o que explica a rápida substituição do receita inflacionária por outras fontes de receitas.

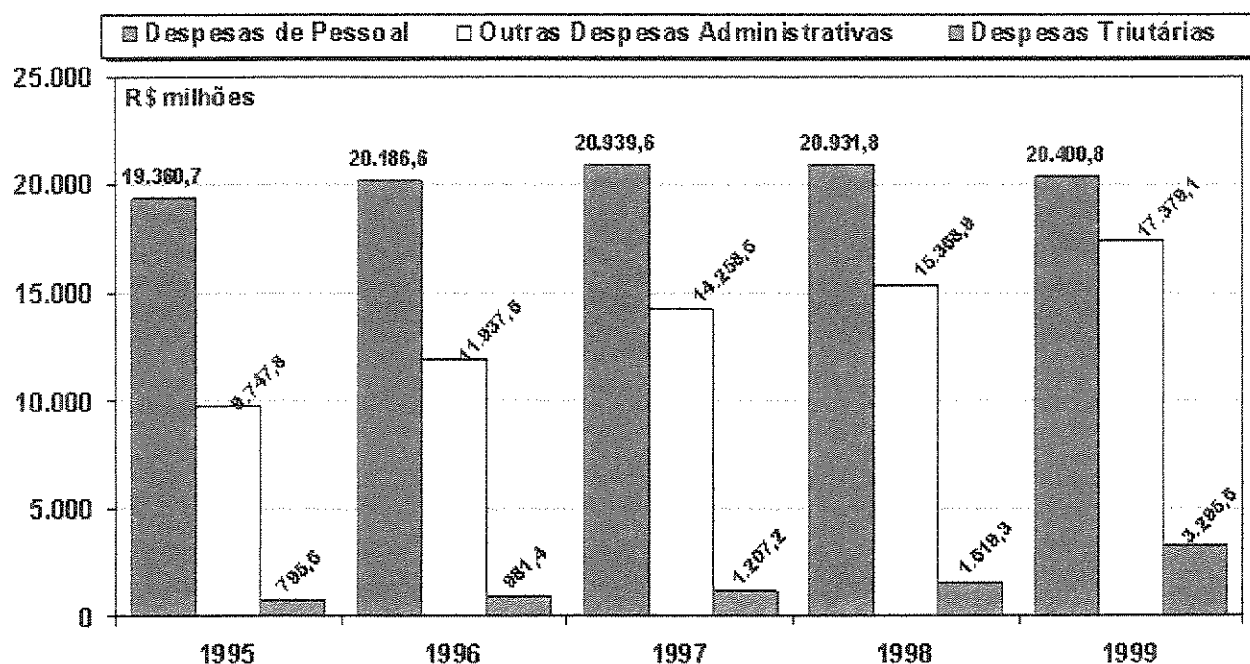
No que diz respeito às despesas e custos, observa-se que o sistema bancário privado varejista brasileiro não realizou uma reestruturação completa em um ambiente de estabilidade monetária, diferentemente à agilidade com que atuou na reestruturação de suas receitas. Os custos operacionais, quando analisados utilizando como indicador a relação entre despesas de pessoal e administrativas em relação aos ativos, mantiveram-se elevados nos primeiros quatro anos do Plano Real quando comparados à experiência internacional. No Brasil, o total de despesas dos bancos privados varejistas com pessoal e operações administrativas correspondia, em média entre 1995 e 1998, a 5,5% dos ativos. Tal indicador correspondia para o setor bancário privado na Inglaterra a 3,4%, nos EUA a 3,3%, no Canadá a 2,6%, na Alemanha a 2,4%, na França a 2,3% e no Japão a 1,3%. Na América Latina, os bancos privados apresentam uma média de custos operacionais em relação ao ativo na ordem de 3,5%³⁹. Portanto, a indústria bancária privada no Brasil apresentou, após o Plano Real, uma reestruturação incompleta, mantendo uma elevada estrutura de custos operacionais relativamente ao sistema bancário privado mundial.

As despesas operacionais totais (pessoal + administrativas + tributárias) do sistema bancário privado varejista brasileiro totalizavam R\$ 37,9 bilhões em dezembro de 1998 ante os R\$ 28,9 bilhões contabilizados em dezembro de 1995, registrando um crescimento de cerca de 30%. Para a mesma comparação, verifica-se um ligeiro aumento de R\$ 1,5 bilhão nas despesas de pessoal, com um crescimento de 8,11%. Até 1997 observa-se que a redução nas despesas de pessoal foi menor do que o aumento das despesas administrativas. Estas últimas, no entanto, cresceram em R\$ 6,6 bilhões, para um saldo de R\$ 15,3 bilhões em dezembro de 1998, e as despesas tributárias passaram de R\$ 785,5 milhões (1995) para R\$ 1,5 bilhão no final do período de 1998 (vide Figura 2.2.2 B)

A necessidade de adequar a “pesada” estrutura de custos dos bancos privados varejistas brasileiros em face da estabilidade monetária foi atendida principalmente pelo esforço de reduzir as despesas de pessoal. Esse corte nos custos, porém, ficou comprometido, principalmente, pelo aumento nas despesas administrativas. Isso deve-se, à grande necessidade de ganhos de produtividade por meio da continuidade da modernização da indústria bancária brasileira após a estabilidade monetária, comparativamente aos padrões internacionais. A estabilidade monetária exigiu a continuidade do processo de investimentos em automação e informatização, por parte dos bancos privados varejistas brasileiros.

³⁹ Vide Demirgüç-Kunt & Detragiache (setembro de 1997)

Figura 2.2.2 B – Despesas de pessoal, administrativas e tributárias – sistema bancário privado brasileiro – 1995 a 1999



Fonte: Austin Asis (apud Relatório Anual: fevereiro de 2000)

Tabela 2.2.2 B – Custos⁴⁰ no sistema bancário privado brasileiro– 1993 a 1999

CUSTOS (%)	12/93	12/94	Dez/95	Dez/96	Dez/97	Dez/98	Dez/99
Intermediação / Captação Total	44,72	16,04	13,6	16,6	13,2	16,4	18,8
Pessoal / Captação Total	4,62	5,80	5,8	4,9	4,0	3,9	3,3
Administrativo / Captação Total	2,86	3,79	2,9	2,9	2,8	2,8	2,8
Despesas Pessoal+Administrativas / Ativo Total	6,78	8,57	7,5	6,9	6,1	5,9	5,6

Fonte: Austin Asis

A soma das despesas com pessoal e administrativas (vide Tabela 2.2.2 B), em relação ao ativo total dos bancos privados, apresentou pequena diminuição. Isso porque, reiterando o que fora dito acima, era necessário avançar no processo de modernização tecnológica dos bancos após o Plano Real, além do que a redução das despesas com pessoal implica

⁴⁰ Vide Explicação sobre os indicadores selecionados na seção 3 do Anexo

demissões e esbarra nas reivindicações sindicais e na legislação trabalhista (inflexibilidade na redução das despesas).

Tabela 2.2.2 C – Brasil: estrutura de captação – sistema bancário privado brasileiro – 1995 a 1998

em R\$ milhões	1995	%	1996	%	1997	%	1998	%
Depósitos	228.980	57,14	230.190	55,54	275.108	54,93	292.802	58,93
Notes, Eurobonds	9.929	2,47	14.141	3,41	20.070	3,96	21.653	4,36
Captação no Mercado Aberto	81.345	20,30	90.230	21,77	116.969	23,08	83.573	16,82
Empréstimos e Repasses	80.440	20,07	79.884	19,27	94.554	18,66	98.811	19,89
Total	400.694	100	414.445	100	506.701	100	496.839	100

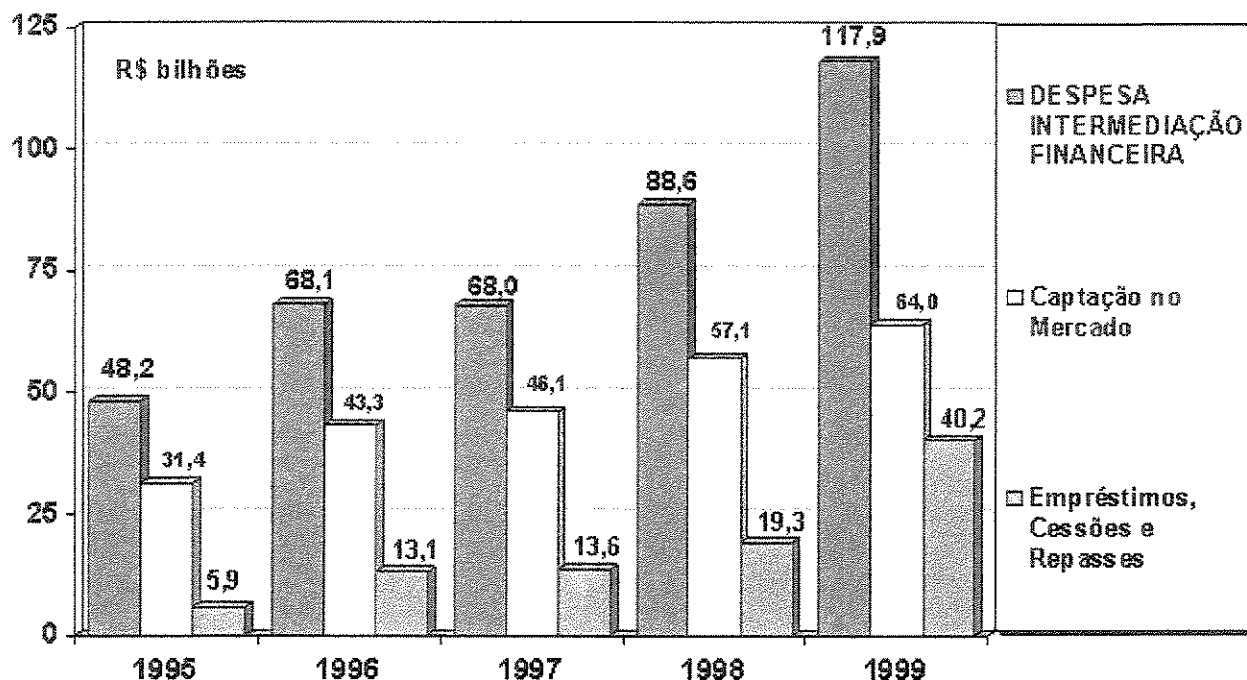
Fonte: Austin Asis

Enfatiza-se, então, a adequação limitada da estrutura de custos da indústria bancária privada brasileira, após a estabilização monetária. Essa adequação ficou, de fato, aquém das expectativas e da real necessidade do segmento.

Especificamente sobre a estrutura de captação do sistema bancário privado brasileiro, pode-se evidenciar, mesmo que sucintamente, a não ocorrência de modificações muito relevantes, conforme observa-se na Figura 2.2.2 C. No final do ano de 1998, o total das despesas de intermediação, excluindo provisões para créditos de liquidação duvidosa, somava R\$ 88,6 bilhões enquanto no mesmo período em 1995 era de R\$ 48,2 bilhões. As despesas de captação de depósitos e no mercado aberto refletiram o aumento no custo do dinheiro com a alta dos juros e o aumento no saldo médio de depósitos compulsórios por outra parte, com um saldo de R\$ 57,2 bilhões em dezembro de 1998 ante os R\$ 31,4 bilhões em dezembro de 1994.

As despesas com empréstimos e repasses também se elevaram de R\$ 5,9 bilhões em dezembro de 1995 para R\$ 19,3 bilhões em dezembro de 1998, o que reflete o aumento no custo de captação após as crises internacionais gerada nas bolsas de valores no Leste Asiático e na Rússia.

Figura 2.2.2 C – Despesa de intermediação financeira, captação de depósitos no mercado aberto e empréstimos– sistema bancário privado brasileiro – 1995 a 1999



Fonte: Austin Asis (apud Relatório Anual: fevereiro de 2000)

Ao longo dos quatro anos após a implementação do Plano Real, as margens da intermediação financeira - excluindo provisões nas despesas da intermediação - praticamente não se alteraram, mantendo-se em torno dos 30% (em notas explicativas do Relatório Anual da Austin Asis: fevereiro de 2000, in www.securities.com.br). As maiores receitas de intermediação financeira do sistema bancário privado no Brasil nos quatro primeiros anos após a implementação do Plano Real foram praticamente neutralizadas pelo aumento proporcional no custo de captação⁴¹.

A busca da eficiência foi almejada pelos bancos privados varejistas brasileiros após o Plano Real na medida em que ficou nítida a necessidade de revisão da estrutura operacional. De acordo com estudo realizado pela Austin Asis (1997) e publicado, em 12 de agosto de 1997, no jornal O Estado de São Paulo, para fazer frente à concorrência internacional a indústria bancária brasileira necessita reduzir ainda mais os custos operacionais. Num conjunto de 31 importantes bancos do sistema financeiro nacional (tanto públicos como privados), analisados pela consultoria, comprovou-se que o processo de redução dos custos foi incompleto. Em média, os custos desse grupo de bancos declinaram de 10% em ativos em 1993 para 9% em

1994, 7,5% em 95 e 7,2% em 96. Na análise da Austin Asis, as despesas operacionais ainda continuavam quase três vezes mais elevadas do que a média mundial, de apenas 2% dos ativos.

De acordo com outra pesquisa, realizada pela Engenheiros Financeiros & Consultores, de São Paulo, publicada na Gazeta Mercantil no Relatório de Bancos em 12 de dezembro de 1997, o custo de operação dos bancos – por unidade de ativo gerenciável⁴² – no Brasil é praticamente o dobro da média registrada para os dez maiores bancos norte-americanos, nos últimos quatro anos. Nos Estados Unidos, tal indicador é de 3,8% enquanto no Brasil estava em 7,9% em 1997.

Conclui-se, com base na análise da estrutura de receitas e despesas após o Plano Real, que um dos fatores da crise bancária ocorrida no segmento de bancos privados varejistas entre 1995 e 1998 justifica-se pela pesada estrutura de custos e difícil enxugamento das despesas, devido principalmente às necessidades de investimentos em automação e informática, à inflexibilidade para baixo de diminuição nas despesas com pessoal além do aumento nos custos de captação. Ao contrário do que muitos economistas e analistas afirmaram, a crise bancária brasileira para os bancos privados brasileiros não pode ser compreendida pela perda do total de receitas, uma vez que tal fato não ocorreu. O processo de ajuste do sistema bancário privado varejista no Brasil e a necessidade de redução dos custos após a estabilidade monetária foram incompletos (relembrando que nos quatro primeiros anos do Plano Real as margens da intermediação financeira não recuaram). O esforço de uma mudança qualitativa na estrutura de custos dos bancos privados varejistas foi insuficiente em face das rápidas mudanças da economia, da política monetária e do contexto internacional. É plausível, então, afirmar que a inflexibilidade da redução na estrutura de custos do setor bancário privado varejista é tida, como um dos determinantes da crise bancária brasileira após a implementação do Plano Real. Essa busca por uma maior eficiência no sistema bancário privado varejista brasileiro estava limitada, devido à inflexibilidade na estrutura de custos.

⁴¹ O sistema provisionou R\$ 13,2 bilhões para créditos de liquidação duvidosa no período de janeiro a dezembro de 1999 ante um saldo em torno de R\$ 10 bilhões em dezembro de 1995.

⁴² Ativo Gerenciável corresponde ao ativo total menos o permanente, que dessa operação resulta o quociente que representa o custo bancário.

2.2.3- INDICADORES DE RENTABILIDADE

No que diz respeito aos indicadores de rentabilidade selecionados na tabela 2.2.3 A, aponta-se o fato de que o plano de estabilização monetária impactou sobre a indústria bancária privada varejista brasileira, levando-a a buscar ganhos de eficiência. Esse processo, no entanto, apresentou limites. As margens operacional e bruta do sistema bancário privado no Brasil recuaram, ao longo dos primeiros quatro anos da vigência do Plano Real, assim como a rentabilidade do patrimônio líquido (vide tabela 2.2.3 A). Essa última apresentou, forte recuo, passando de 15,57% em dezembro de 1994 para 8,4% em dezembro de 98, segundo dados da Austin Asis.

No caso da margem bruta, nas últimas duas décadas esse indicador situava-se, em média, em 30%. No caso da margem operacional, nos últimos 20 anos, o retorno das operações bancárias sobre a receita de intermediação financeira e de serviços oscilou entre 10% e 7,5%⁴³. Entre 1994 e 1998, a margem bruta (relação percentual entre o resultado bruto da intermediação financeira e a receita de intermediação financeira somada à receita de serviços) recuou de 36,28% para 17,5%. Tal fato deve-se basicamente pelo aumento da receita de intermediação financeira e de serviços (vide Tabela 2.2.2 A) maior do que proporcionalmente o aumento no resultado bruto da intermediação. Da mesma forma, para a margem operacional – que recuou de 9,66% em dezembro de 1994 para 5,3% ao final de 98 - o crescimento do resultado operacional foi menor comparativamente ao aumento das receitas totais. Observa-se, assim, que a estrutura de receitas dos bancos privados varejistas brasileiros reagiu rapidamente às mudanças impostas pela política econômica do Plano Real.

As margens bruta e operacional recuaram devido à inflexibilidade de baixa da estrutura de custos desse grupo de bancos. Isso se reflete também na baixa rentabilidade da atividade bancária (vide Tabela 2.2.3 A), que recuou abruptamente entre 1994 e 1995, passando de 22,93% para 2,56%, apresentando nos anos seguintes rentabilidade negativa.

⁴³ Dados apurados a partir de séries históricas do banco de dados da Austin Asis.

Tabela 2.2.3 A – Indicadores de rentabilidade do sistema bancário privado varejista brasileiro – 1994 a 1999

RENTABILIDADE (%)	12/94	12/95	12/96	12/97	12/98	12/99
Margem Bruta	36,28	25,88	19,52	22,84	17,5	17,1
Margem Operacional	9,66	7,33	5,07	7,82	5,3	8,6
Rentabilidade do PL	15,57	10,97	9,67	9,19	8,4	8,6
Retorno sobre Ativo	1,58	1,05	1,05	1,14	1,02	1,8
Rentabilidade da Atividade Bancária	22,93	2,56	-6,15	-6,60	-8,0	0,9
Rentabilidade das Operações de Câmbio	n/c	5,3	15,0	9,1	11,1	37,8
Rentabilidade das Operações de Tesouraria	n/c	11,9	16,8	11,9	17,4	20,4
Spread	n/c	3,9	2,2	2,8	3,1	3,1

Fonte: Austin Asis

A rentabilidade da atividade bancária privada varejista no Brasil recuou significativamente nos primeiros quatro anos da vigência do Plano Real devido à diminuição do resultado operacional, frente ao crescimento do patrimônio líquido (vide Figura 2.3 A).

Sobre a rentabilidade do Patrimônio Líquido (PL) dos bancos privados varejistas brasileiros, constata-se expressiva baixa no auge da crise (1996 e 1997) comparativamente ao final de 1994. Vale destacar que tal resultado não corresponde a um contexto de queima de capital ou de ativos. O patrimônio líquido bancário vinha crescendo desde o início de 1980 a uma taxa média histórica de 18%. Entre 1996 e 1997, porém, o PL dos bancos privados brasileiros cresceu a uma taxa nominal de 7,06%. Verifica-se ainda (vide Figura 2.3 A) que os bancos mantiveram suas reservas de lucros a taxas crescentes aos longo dos quatro anos após o Plano Real.

No que diz ao recuo do retorno sobre o ativo bancário do setor varejista privado, que era de 1,58% em dezembro de 1994, caindo para 1,02% no mesmo mês de 1998, a justificativa deve-se à queda no resultado líquido, uma vez que total de ativos dos bancos cresceu entre 1994 e 1998 (vide Figura 2.3.2 A).

Os *spreads* (diferença entre a taxa de captação e aplicação) apresentaram, nos quatro anos seguintes à implementação do Plano Real, um achatamento apontando para a necessidade de os bancos melhorarem sua eficiência, dada a inadimplência elevada, com melhora na administração do crédito.

O aumento da rentabilidade das operações de tesouraria e de câmbio, por sua vez, confirma a maior importância de tais operações compensatórias ao fim da receita inflacionária e respectivas contribuições ao resultado consolidado do sistema bancário varejista privado no ano de 1999.

Em suma, observa-se por meio dos indicadores de rentabilidade do sistema bancário privado varejista brasileiro limites nos ganhos de eficiência quando analisados os resultados operacionais da atividade bancária, sendo tal fato justificado pela manutenção de uma estrutura engessada de custos, enquanto a estrutura de receitas dos bancos varejistas privados reagia ao fim da receita inflacionária.

Desde a estabilidade monetária promovida pelo Plano Real, as instituições estão empenhadas na redução de seus custos ao mesmo tempo em que há a necessidade de realizarem pesados investimentos em tecnologia de automação bancária e Internet. Até então, o ambiente econômico inflacionário, com altas taxas de juros, permitia aos bancos obterem boa rentabilidade com as carteiras de títulos públicos federais praticamente sem risco. Desde 1994, a participação das operações com papéis públicos na receita dos bancos saltou de 6,9% para 25,3%, no caso das instituições privadas nacionais, e de 3,9% para 43,5% para os bancos estrangeiros. Por outro lado, os créditos concedidos atingiram 27%, um ponto percentual abaixo do registrado no período entre 1980/1993.

As saídas são aumentar as receitas de serviços - por meio da captação de novos clientes -, aumentar a capitalização e de segurados, por exemplo, ou então, adquirir outros bancos para aumentar escala (Gazeta Mercantil, 7 de agosto de 2000). No período analisado, fica clara a dificuldade de os grandes bancos de varejo do setor privado diminuir suas despesas para alcançar melhores resultados. A questão relevante é, ao meu entender, a necessidade de **ganhos de escala**. Esse fato terá consequências decisivas quanto a continuidade do processo de reestruturação do sistema financeiro nacional.

2.2.4- ADEQUAÇÃO DO CAPITAL: RESOLUÇÃO 2.099

“Quando a legislação permitiu a criação de bancos múltiplos (1988), o Brasil não havia ainda aderido ao Acordo da Basileia, que prevê um capital mínimo de R\$ 12 milhões para constituição de um banco, e limites adicionais de acordo com o grau de risco de estrutura dos ativos bancários. Logo após o início do Plano Real, o Banco Central do Brasil editou a Resolução no. 2.099, de 17/08/94, que estabeleceu a adesão. Cerca de 30 bancos ficaram acima de seu limite de alavancagem: empréstimos até 12,5 vezes o valor do patrimônio líquido. Eram bancos brasileiros, que, ao contrário do padrão dos grandes bancos privados varejistas, trabalhavam com grande alavancagem, para alcançar alta

rentabilidade, e estavam vulneráveis a qualquer problema de fuga de investidores e/ou depositantes".(Costa, 1999:29)

A implementação do Plano Real veio acompanhada da Resolução 2.099 de 17 de agosto de 1994, que modificou a regulamentação do capital mínimo dos bancos brasileiros. Segundo destaca Troster (1995), tal medida, aprovada pelo Banco Central do Brasil, engloba duas questões: o capital mínimo relativo – sendo este relacionado ao Acordo da Basiléia – e o capital mínimo absoluto, sem relação ao Acordo da Basiléia. A determinação do capital mínimo relativo visa restringir a alavancagem, por meio da maior participação relativa de recursos próprios sobre o total de recursos. O Acordo da Basiléia trata dos níveis adequados de capital mínimo relativo, o que ficou conhecido na literatura econômica como “capital ajustado ao risco” (*risk-based capital*). Entende-se, por sua vez, por capital mínimo absoluto a quantidade de capital necessária para que os bancos possam operar. Dessa maneira, a Resolução 2.099 do Banco Central regulamentou normas conhecidas como Acordo da Basiléia no Anexo IV e, conjuntamente, no Anexo II elevou o capital mínimo absoluto dos bancos.

O Acordo da Basiléia trata, especificamente, dos níveis adequados de capital mínimo relativo. Por meio das regras da Basiléia, implementou-se uma regulamentação prudencial fundamentada no capital ajustado ao risco. Deve-se destacar que a norma 2.099 do Banco Central impactou fortemente sobre o sistema bancário brasileiro (setor público e privado) no que diz respeito aos novos limites fixados para o capital mínimo absoluto.

Anteriormente à Resolução 2.099, o risco dos bancos no Brasil estava limitado a uma alavancagem (A)⁴⁴ correspondente à proporção de 15 a 20 vezes entre a captação total (excluída a carteira de terceiros) e o patrimônio líquido. Pela nova normatização, o capital mínimo exigido aos bancos (públicos e privados) passou a ser mensurado por um índice de capitalização (Ic), sendo: $Ic = 1/(A+1)$.

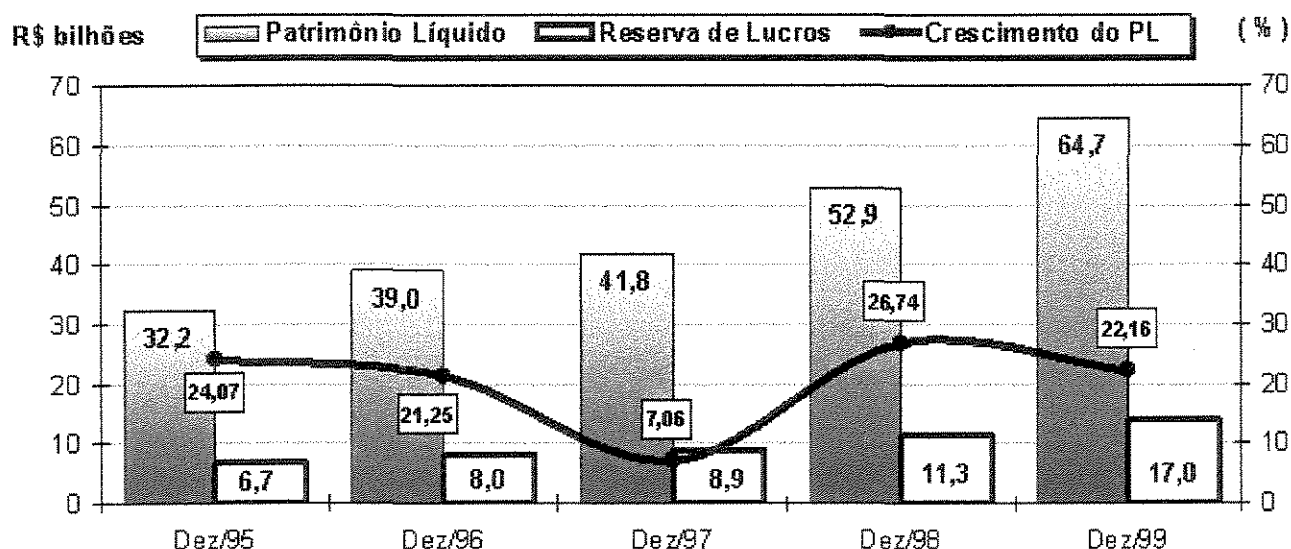
“Ou seja, o índice de capitalização mínimo anterior era de $Ic = 4,76\%$. Pela Resolução 2.099, esse índice passa a ser $Ic = 8,00\%$. Em outras palavras, o valor de Ic se elevou mais de três pontos percentuais. Contudo, a ponderação dada aos ativos mudou. Enquanto na sistemática anterior todos os ativos tinham o mesmo peso – o risco ponderado de um título do governo era idêntico ao de um empréstimo sem garantias – no novo sistema, ativos com riscos diferentes têm pesos diferentes. O novo sistema pondera cada ativo com um peso (0%, 20%, 50% e 100%)”. (Troster: junho 1995, 22)

⁴⁴ Alavancagem = ((Captação Total – Carteira de Terceiros) / Patrimônio Líquido) x 100.

No que tange ao capital mínimo absoluto, antes do Plano Real este estava fixado em Obrigações do Tesouro Nacional (OTNs), unidade atualmente extinta. Para os bancos comerciais o patamar mínimo exigido era de 1,2 mil OTNs, com adicionais por agências e categorias. A Resolução 2.099 alterou tal cenário, impondo um elevado aumento de capital mínimo absoluto. Segundo Troster (junho de 1995), para os bancos comerciais (públicos e privados), o limite mínimo de capital exigido registrou acréscimo médio de 82%, passando de R\$ 4,3 milhões anteriormente a 17 de agosto de 1994, para quase R\$ 8 milhões após a Resolução 2.099. Tal norma fixou, ainda um curto prazo de adequação: até abril de 1995.

Serão analisados a seguir os indicadores de adequação do capital para os bancos comerciais e múltiplos do setor privado.

Figura 2.2.4 A – Brasil: evolução do patrimônio líquido e reserva de lucros– 1995 a 1999



Fonte: Austin Asis (apud relatório sobre bancos de Fevereiro de 2000)

O patrimônio líquido do sistema alcançou R\$ 52,9 bilhões em dezembro de 1998, o que indica um crescimento de 64% com respeito aos R\$ 32,2 bilhões registrados em dezembro de 1994 (Figura 2.2.4 A). Tal crescimento é atribuído ao aumento nas reservas de lucros, o que sustenta, a hipótese defendida de que a crise bancária brasileira não se caracteriza por queima de capital. Vale a pena ressaltar, contudo, que apesar desse indicador ir de encontro à teoria defendida pelo BIS, de que por tal fato nega-se a ocorrência de crise bancária no Brasil, outros indicadores devem ser analisados para que se possa confirmar a crise na indústria bancária brasileira após o Plano Real. O nível de imobilização também apresentou decréscimo passando de 95,3%, em 1993, para 76,7% em 1997 (vide Tabela 2.2.4 A). A redução da imobilização e

conseqüentemente aumento do capital de giro contribuiu para a flexibilidade na gestão de recursos em operações de crédito, câmbio e tesouraria.

Quanto à alavancagem, o sistema financeiro privado varejista fechou o ano de 1997 com 979,8%, o maior índice de alavancagem dos quatro anteriores, justificado pela evolução da captação total vis à vis o patrimônio líquido. A queda da alavancagem entre 1994 e 1995 é fruto do efeito do ajuste às regras da Basileia. O aumento posterior desse indicador entende-se devido à rápida adaptação dos bancos.

Tabela 2.2.4 A – Brasil: indicadores de adequação do capital – bancos comerciais e múltiplos do setor privado - 1993 a 1999

ADEQUAÇÃO DO CAPITAL (%)	12/93	12/94	12/95	12/96	12/97	12/98
Capitalização	9,78	11,35	10,61	9,99	8,80	9,4
Imobilização	95,26	80,45	75,86	77,61	76,69	84,4
Capital de Giro	3,82	18,75	23,54	21,97	23,07	14,1
Alavancagem	955,13	838,05	822,33	860,40	979,77	986,0

Fonte: Austin Asis

Em síntese, os bancos privados varejistas adaptaram-se rapidamente às novas exigências de capital – com aumento do capital de giro, diminuição da imobilização do ativo e adequação dos níveis de capitalização e alavancagem (vide Tabela 2.2.4 A) –, descartando-se, assim, tal fato como determinante da crise bancária para esse grupo de bancos após a implementação do Real.

2.2.5- QUALIDADE DO CRÉDITO

O maior problema enfrentado pelos bancos privados varejistas brasileiros, após a implementação do Plano Real foi a administração da qualidade dos ativos de crédito. A inadimplência do sistema privado varejista aumentou, nos quatro primeiros anos após a implementação do Plano Real, de 1,3%, da carteira líquida, para 3,97%. Deve-se destacar que o nível de cobertura dos créditos também aumentou, passando de 89,75% em dezembro de 1993 para 132,93% no fim do exercício de 1997 e para 108,8% em dezembro de 1998 (vide Tabela 2.2.5 A).

Tabela 2.2.5 A - Indicadores de qualidade de ativo – sistema bancário privado brasileiro – 1993 a 1998

QUALIDADE DO ATIVO (%)	12/93	12/94	12/95	12/96	12/97	12/98
Inadimplência	1,34	2,45	5,66	4,71	3,97	10
Provisionamento	1,20	2,77	5,42	4,84	5,28	10,9
Cobertura com Provisões	89,75	112,84	95,74	102,67	132,93	108,8
Comprometimento do PL	5,29	9,15	18,23	16,07	14,18	30,5

Fonte: Austin Asis

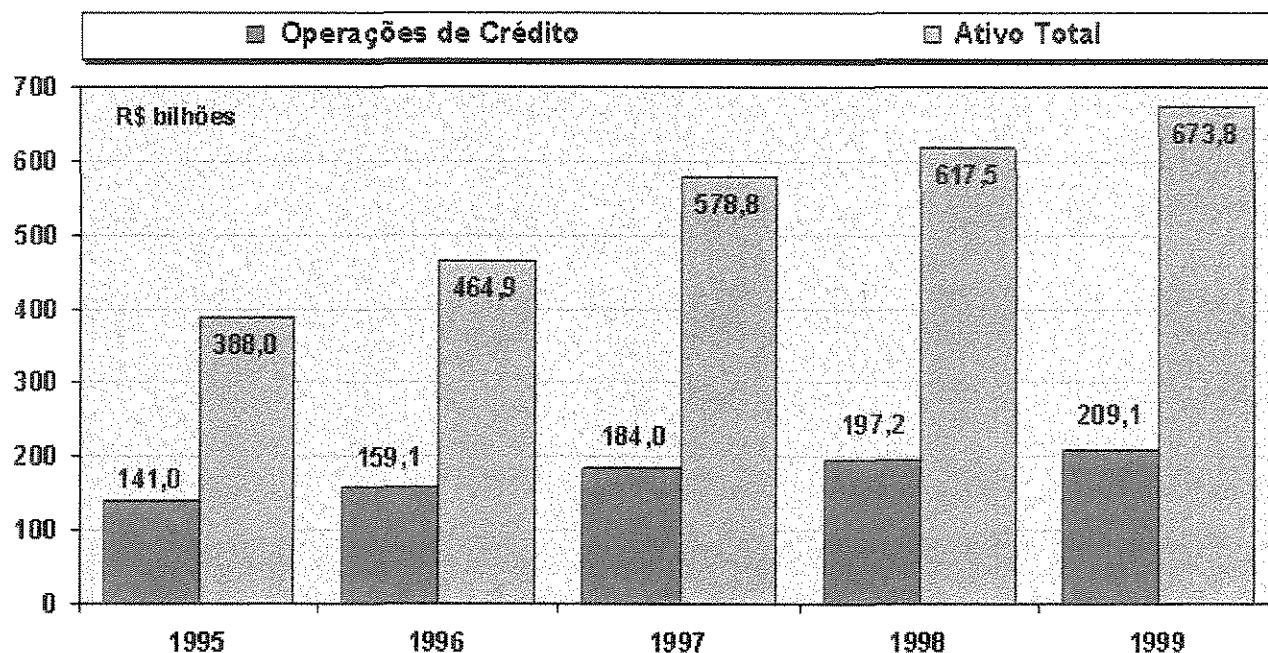
As despesas com provisões atingiram o volume recorde de R\$ 11,7 bilhões, em 1995 e R\$ 11,6 bilhões em 1996, comprometendo a lucratividade do sistema bancário privado varejista. Em 1997, as provisões encontravam-se bem menores, ao redor de R\$ 7,1 bilhões possibilitando uma melhor rentabilidade dos bancos do setor privado varejista, mas com deterioração no ano de 1998, decorrência das crises do México, asiática e russa.

Um importante ponto a ser destacado como determinante da crise bancária brasileira após a vigência do Plano Real refere-se diretamente ao ciclo de crédito. Observa-se, ao longo dos anos após o Real um expressivo aumento no comprometimento do patrimônio líquido dos bancos privados varejistas brasileiros, fruto do provisionamento, que resultou do aumento das taxas de inadimplência. A crise bancária brasileira é manifestação de uma piora da qualidade dos ativos bancários, o que demonstra uma ineficiente ação do órgão fiscalizador e regulamentador da indústria bancária.

De acordo com a Figura 2.2.5 A, abaixo, verifica-se o crescimento ano a ano das operações de crédito. A crescente oferta de crédito deve ser entendida pela pressão exercida da demanda reprimida até então e pela necessidade de os bancos privados varejistas brasileiros obterem novas fontes de receitas.

As incertezas existentes em uma economia altamente inflacionária praticamente eliminam a demanda por crédito no setor bancário privado. A oferta privada se tornou igualmente escassa, devido à falta de *funding* em prazos e condições adequados aos financiamentos do investimento produtivo. O crédito ao consumidor, por sua vez, perdeu importância, devido à dificuldade de o potencial devedor avaliar o grau de comprometimento de sua renda futura. Com a queda da inflação, pessoas físicas e jurídicas voltam gradualmente a demandar crédito. As estatísticas mostram que a renda da população aumentou, em termos reais, em 20% nos primeiros 12 meses do Plano Real, incorporando ao mercado massa considerável de consumidores. Em uma primeira etapa, reage o crédito ao consumidor. Já numa segunda etapa, com a consolidação da estabilização, ressurgem a demanda por financiamentos de novos investimentos (Barros & Bodganski, janeiro de 1998).

Figura 2.2.5 A – Brasil: evolução das operações de crédito e do ativo total – sistema bancário privado 1995 a 1999



Fonte: Austin Asis (apud relatório de Fevereiro de 2000)

O volume de operações de crédito do sistema bancário privado varejista brasileiro evoluiu entre 1995 e 1998 de R\$ 141 bilhões para R\$ 197,2 bilhões (vide Figura 2.2.5 A). Verifica-se (Tabela 2.2.5 B) que tanto as operações de crédito de curto e longo prazo aumentaram após a implementação do Plano Real. As operações de crédito de curto prazo que passaram de R\$ 74,5 bilhões em junho de 1993 para cerca de R\$ 138 bilhões ao final do aniversário de quatro anos do Plano Real (junho de 1998).

Tabela 2.2.5 B - Bancos múltiplos e comerciais privados brasileiros - evolução dos empréstimos (R\$ bilhões)

Bancos/total	junho 93	junho 94	junho 95	junho 96	junho 97	Junho 98
Operações de crédito curto prazo	74,513	85,082	84,942	93,247	115,752	137,911
Operações de Crédito longo prazo	18,953	20,267	22,022	27,690	32,433	33,085
Rendas de Operações de crédito	46,586	13,828	19,815	20,420	19,304	20,583

Fonte: Austin Asis

Para a operações de longo prazo, observou-se crescimento parecido, passando de R\$ 18,9 bilhões em junho de 1993 para R\$ 33 bilhões em junho de 1998. Em contrapartida, a

receita obtida com operações de crédito para os bancos privados varejistas brasileiros recuou: de R\$ 46,5 bilhões em junho de 1993 para R\$ 20,5 bilhões em junho de 1998.

O setor privado teve substancial peso como beneficiário destas operações em detrimento do setor público, proibido de contrair empréstimos com os sucessivos esforços por parte do governo em reduzir o aumento do endividamento das diversas instâncias públicas. O que preocupava, nessa expansão creditícia após o Real, era o aumento do grau de vulnerabilidade das instituições financeiras privadas varejistas devido à nova regulamentação e fiscalização da qualidade dos ativos bancários (risco).

2.2.6- PROBLEMAS DE LIQUIDEZ

Com a estabilidade monetária, os clientes dos bancos privados tendem a manter por um período maior os depósitos em conta corrente, devido ao fim das perdas inflacionárias. A partir de dezembro de 1994, o total de depósitos à vista cresceu em relação às disponibilidades. Quanto aos depósitos interbancários, verifica-se que as instituições financeiras do setor privado diminuíram a sua captação passando de 18,7% do total de depósitos em 1994, para 10,18% em 1999 (vide tabela 2.2.6 A). A menor recorrência ao interbancário deve-se, primordialmente, à correlação estabelecida entre a quebra dos grandes bancos e à recorrência diária desse tipo de depósito como *funding* no período que antecedeu à intervenção por parte do Banco Central. Esse foi o caso do Banco Econômico, Nacional e Bamerindus. Após a quebra de grandes bancos privados varejistas, os quais recorriam diariamente ao interbancário, desencadeou-se uma onda especulativa sobre a saúde financeira de bancos que também tivessem grande participação do interbancário na composição de seus depósitos.

No que diz respeito à queda dos depósitos a prazo, os quais recuaram de 54% do total de depósitos dos bancos privados varejistas brasileiros logo após a implementação do Real para 44% no final do exercício de 1998, a justificativa decorre da migração para operações mais tradicionais, apesar de menos rentáveis, como a poupança.

Tabela 2.2.6 A – Sistema bancário privado brasileiro: composição dos depósitos - 1995 a 1999

Composição dos Depósitos (%)	Dez/95	Dez/96	Dez/97	Dez/98	Dez/99
Vista	7,60	6,83	10,75	10,39	11,78
Poupança	27,13	30,44	33,03	34,15	33,90
Prazo	53,96	53,24	46,09	44,03	44,14
Interbancário	11,31	9,49	10,13	11,43	10,18
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Austin Asis

A liquidez do sistema apresentou-se em um patamar mais estável ao final de 1998 e 1999, fechando esse último ano com capital de giro próprio (PL - permanente) positivo da ordem de R\$ 15,6 bilhões (Relatório Bancos Austin Asis , fevereiro de 1999). O sistema encerrou 1999 com uma base de depósitos superior a 1998 o que comprova a tese de que a despeito das crises externas, em nenhum momento se verificou no Brasil uma fuga em massa para ativos reais e/ou dolarização da economia algo que se deu em outros mercados emergentes.

Tabela 2.2.6 B – Brasil: indicadores de liquidez em bancos privados– 1993 a 1999

LIQUIDEZ (%)	12/93	12/94	12/95	12/96	12/97	12/98	12/99
Encaixe	64,15	32,36	62,74	73,83	46,47	30,2	36,6
Dependência Interbancária	8,71	5,91	4,12	4,30	3,85	5,4	4,2
Solvência Corrente	98,41	96,60	97,65	97,98	97,47	84,4	85,1
Adequação de Prazos	59,40	67,86	67,49	67,30	74,52	81,3	112,7
Liquidez Imediata	68,71	53,98	62,61	65,86	67,33	58,7	56,7

Fonte: Austin Asis

No entanto, de acordo com os indicadores de liquidez selecionados na Tabela 2.2.6 B, é inquestionável que o sistema bancário privado brasileiro tenha passado por problemas de liquidez, uma vez constatada queda nos encaixes monetários, menor acesso ao interbancário, queda na solvência corrente e maior descasamento na adequação de prazos e diminuição na liquidez imediata.

Outro indicador que sustenta a hipótese de problemas da liquidez no sistema bancário privado brasileiro após o Plano Real refere-se à solvência corrente. Em dezembro de 1993,

pouco mais de 98% do ativo corrente correspondia ao passivo corrente. Com a condução da política econômica de alta nos juros e aumento dos depósitos compulsórios, além das crescentes taxas de inadimplência, observa-se gradativa queda dessa proporção devido ao aumento do passivo circulante em detrimento ao menor aumento do ativo circulante. Observa-se também um aperto na liquidez imediata, que passou de 68,71% em dezembro de 1993 para 58,7% em dezembro de 1998.

A condução da política monetária – conforme discutida anteriormente - conjuntamente à crise nos mercados de economias emergentes (México, Ásia e Rússia) após a vigência do Plano Real configura um cenário macroeconômico característico de problemas de liquidez: elevadas taxas de inadimplência.

Com a implementação do Real, o BC decidiu pela fixação de metas para a expansão dos agregados monetários, como forma de controlar a inflação. Para tanto, utilizou-se de um conjunto de recolhimentos compulsórios para evitar a expansão do crédito. No início de 1995 a autoridade monetária adotou outras medidas restritivas ao crédito ao consumidor e um pacote de medidas de contenção de demanda (afetando consórcios, operações de leasing para veículos automotores). Em abril de 95 o BC intensificou ainda mais as medidas para conter o crédito: proibiu as instituições financeiras de fazer a intermediação e adquirir *commercial papers* e *export notes*. Aumentou ainda o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) de 6% para 18% ao ano sobre operações de crédito contratadas por pessoas físicas.

Verificou-se, como resultado, uma onda de inadimplência no sistema bancário. De acordo com levantamento realizado pela Austin Asis para os 100 maiores bancos privados por ativos, o nível de inadimplência (crédito em atraso e em liquidação/ total de créditos no período) passou de 1,94% em junho de 94 para 6,27% em junho de 95, subindo para 7,22% em junho de 96 e 7,02% em junho de 97, ficando nesse patamar no final do primeiro semestre de 1998. Ou seja, a inadimplência bancária praticamente triplicou nos quatro primeiros anos de vigência do Plano Real para o grupo dos 100 maiores bancos privados de acordo com os respectivos ativos totais.

Além do fato de os bancos apresentarem provisões necessárias para cobrir eventuais reconhecimentos de prejuízos, as tentativas de contenção do crédito pelo Banco Central após julho de 94 levaram os bancos a buscarem novas formas de oferta de empréstimos. O período foi, então, marcado também pelo aumento das inovações financeiras. No Brasil, com a volta da demanda por crédito, os bancos varejistas de capital privado encontraram na captação externa, via eurobônus, *commercial papers*, uma maneira para contornar os compulsórios do Banco Central e suprir a demanda.

O efeito colateral dessa saída encontrada para driblar as medidas restritivas do Banco Central em face da política de juros altos e de controle monetário configurou-se sob a forma de problemas patrimoniais de instituições de menor porte que não tiveram acesso às novas modalidades de captação. E mais, ao mesmo tempo em que contornavam as medidas de restrição ao crédito, os bancos privados varejistas brasileiros aumentavam as exigências e as taxas de juros dessas novas operações.

Verifica-se, então, para as instituições bancárias do setor privado brasileiro, de um lado fatores negativos (juros elevados e aumento do recolhimento compulsório) e de outro, novas oportunidades de negócios. O grande desafio para essas entidades era o de se adaptar às novas condições da economia. Essa adaptação, a qual exigiu em muitos casos capitalização adicional da instituição, foi fácil para alguns tipos de intermediários financeiros e difícil para outros. Para a manutenção da rentabilidade patrimonial em um ambiente de estabilidade monetária, as novas fontes de ganhos ficaram, então, submetidas ao diferencial entre as taxas de captação no exterior e às aplicações no mercado doméstico, além do aumento das receitas com serviços bancários, das comissões com administração de fundos e até mesmo com provisão para créditos de liquidação duvidosa.

O quadro macroeconômico configurou-se por um forte empocamento da liquidez e tensões no interbancário, provocadas especulativamente pela correlação entre a quebra de grandes bancos varejistas privados e sua recorrência diária ao interbancário meses antes da intervenção por parte do Banco Central. Bancos em posições de insolvência, que normalmente, antes do Plano Real, conseguiam fechar suas posições diárias recorrendo ao interbancário, passaram a encontrar grandes dificuldades de captação junto a bancos do setor privado. As únicas instituições que ainda ofereciam crédito no interbancário, eram os bancos públicos, com destaque para o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. No caso da quebra do Banco Econômico, o Banco do Brasil e a Caixa desempenharam papel fundamental como credores, na ausência de oferta privada⁴⁵. O caso do Econômico será analisado posteriormente, no capítulo 3.

⁴⁵ Nos casos dos bancos Econômico e Nacional fica evidente a atuação do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal na ausência de crédito privado no interbancário. Vide capítulo 3.

2.3 – GESTÃO DA CRISE PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL: PROER, FUSÕES E AQUISIÇÕES

No meu parecer, a crise no sistema bancário privado brasileiro teve início após decretada a intervenção do Banco Econômico. Por mais de um ano, após o impasse gerado sobre a venda do Banco Econômico, optou-se por vender o banco, desencadeando um crescente aumento nas incertezas quanto à solvência dos bancos (em especial dos grandes bancos varejistas, tidos como sólidos unicamente pela sua dimensão no mercado) e uma diminuição na confiança por parte dos depositantes no setor bancário privado. A solução tardia de gerenciamento da crise no Banco Econômico, desencadeou, em "efeito dominó", o risco de uma crise sistêmica e um movimento especulativo para saber qual seria o próximo grande banco a quebrar ou ficar insolvente. A decisão de optar pelo gerenciamento da crise bancária no segmento privado, iniciada após o caso Econômico, coincide com os problemas de um outro grande banco privado varejista: o Nacional. Acredito que o sistema bancário privado varejista entraria em colapso quando do anúncio de mais um grande banco quebrado ou insolvente, enquanto havia mais de um ano o impasse do Econômico não se resolvia.

Em função da iminência do aumento do risco sistêmico (efeito dominó de quebras consecutivas devido a movimentos especulativos), o Banco Central criou, no final de 1995, por meio da Resolução nº 2.208, o PROER - Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional. Um dos principais instrumentos do Proer é a concessão de créditos para reorganizações administrativas, operacionais e societárias que resultem na transferência do controle acionário da instituição financeira e/ou na modificação de seu objeto social. O Proer visa garantir aos correntistas a recuperação de seus depósitos em bancos que tiveram a falência decretada ou que se encontram insolventes, evitando uma crise de confiança no sistema financeiro nacional.

Em outras palavras, o Brasil optou pela alternativa de gestão da crise bancária em detrimento à solução da disciplina de mercado. O Banco Central do Brasil assumiu a posição de *lender of last resort*, cujo papel está na "prontidão para transformar uma escassez de ativos financeiros líquidos e reais em moeda, aumentando a disponibilidade desta. O quanto? Para quem? Em que condições? Quando?" (Kindleberger, 1992:207) Essas perguntas, contudo, constituem o grupo de dilemas do emprestador de última instância. Ao meu ver, a ação da autoridade monetária brasileira como emprestador de última instância foi tardia, chegando o mercado à iminência do caos. A aceitação do Banco Central na posição de emprestador enfrentou obstáculos e recebeu várias críticas, mas foi inevitável quando da quebra/insolvência

do Banco Nacional, com o sistema bancário sendo diariamente desafiado pela iminência de um *boom* especulativo.

O montante de recursos destinado a esse programa, de aproximadamente R\$ 20 bilhões (3,5% do PIB ou 2% do PNB), foi o menor custo de ajuste já realizado em outros países de mercados emergentes onde ocorreram processos semelhantes, como foi visto no capítulo 1. Entre os países latino-americanos, o que apresentou maior custo de reestruturação, após uma crise bancária, foi o Chile, em 1985, com despesas equivalentes a 19,6% do PIB. Na Argentina, em 1982; e na Venezuela, em 94, foram despendidos recursos com a reestruturação dos respectivos sistemas bancários equivalentes a 13% de cada PIB.

Tabela 2.3 A – Distribuição de recursos do o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro (Proer) no sistema bancário brasileiro – 1995 a 1999

Nome do banco	R\$ milhões
Antônio de Queiroz	120,0
Banorte	476,0
Bamerindus	2.3.400,0
CEF	5.038,0
Econômico	5.226,3
Mercantil	530,1
Nacional	5.898,2
Pontual	115,0
TOTAL	19.903,6

Fonte : Banco Central do Brasil - Posição de abril/97 (vide site www.bcb.gov.br)

A Constituição de 1988 restringiu a presença do capital estrangeiro no sistema bancário, mas deu ao presidente da República a faculdade de remover a restrição em função do interesse nacional. Em 28 de agosto de 1995, o Ministério da Fazenda submeteu ao presidente uma Exposição de Motivos (EM) na qual se propunha que o capital estrangeiro poderia ajudar e muito na reestruturação e fortalecimento do sistema bancário se fosse direcionado para as áreas de fragilidade. O presidente aprovou a EM e também, individualmente, a presença estrangeira nas operações que envolveram a aquisição de cada um dos bancos mencionados.

O inglês HSBC adquiriu o Bamerindus em março de 1997, o espanhol Santander adquiriu o Banco Geral do Comércio e o Noroeste e o Banco BoaVista foi comprado pelo grupo português Espírito Santo. A Caixa Geral de Depósitos de Portugal comprou o Banco Bandeirantes e o espanhol Bilbao e Vizcaya assumiu o controle do Excel Econômico (antigo Banco Econômico), entre outras operações apresentadas na Tabela 2.3 B.

Tabela 2.3. B – Cronograma das fusões e aquisições Brasil – 1995 a 1998

Data	Comprador/Parceiro	Vendedor/Parceiro/Associação
Out/95	Itaú	BFB
Nov/95	Unibanco	Nacional
Jan/96	50% Unibanco/50% Icatu	Fininvest
	Pontual	Continental
	Reciparque	COFIPSA Portugal
	Banco AGF Braseg	AGF Brasil e Braseg
Mar/96	Crefisul (Banqueiros)	United
	Goldman Sachs Bank	Multishopping
	RMC DTVM	Termo DTVM
	Pontual	Martinelli
	BBA Creditanstalt	Capital Asset Management
Abr/96	BNP	Comercial de SP
	Dibens	Battistela
	Tokyo-Mitsubishi Brasil	Tokyo e Mitsubishi
Mai/96	Excel	Econômico
Mai/96	Rural	Mercantil
Mai/96	Dresdner Bank Lateinamerika	Grande Rio
Mai/96	Ford	Columbia
Mai/96	Volkswagen	Autolatina
Mai/96	Bandeirantes	Banorte
Jun/96	Pontual	Martinelli
Jul/96	Fonte e Cindam	Fonte e Cindam
	BBA Creditanstalt	Mappim Adm Crédito
	BBA Creditanstalt	Cia Fianciadora Mappin
	BCN	Itamarati
Set/96	Chase Manhattan	Chase e Norchem

(continua)

(continuação)

Data	Comprador/Parceiro	Vendedor/Parceiro/Associação
Nov/96	Socimer, Su. (50%)	Milbanco
Dez/96	Barclays Bank e associados	BCN Barclays
Jan/97	Santander, Espanha	Geral do Comércio
Fev/97	Wachovia	Banco Português do Atlântico
Mar/97	HSBC	Bamerindus
Mar/97	Arab Banking Corporation	ABC Roma
Mar/97	Lloyds Bank	Multiplic
Jul/97	Itaú	Banerj
Ago/97	BCN	Credireal
	Santander	Noroeste
	Caixa Geral de Depósitos	Bandeirantes
	Bradesco	BCN
Mar/98	Sudameris	América do Sul
Mar/98	Unibanco	Dibens
Abr/98	Bradesco	BCR
Abr/98	Bilbao Vizcaya	Excel Econômico
Maio/98	Itaú	Banco Del Buen Ayre
Jun/98	Credit Suisse	Garantia
Jul/98	ABN Bank	Real (40 %)
Set/98	Itaú	Bemge
Out/98	Excel Econômico	Bilbao Viscays
Nov/98	ABN – AMRO Bank	Bandepe

Fonte: KPMG e Centro de informações da Gazeta Mercantil, em 03/07/99.

Tabela 2.3 C - Fusões, aquisições e joint ventures no Brasil – 1997
em número de operações

	1º semestre/97	2º semestre/97
Setor financeiro	20	15
Setor alimentício	15	21
Setor de autopeças	10	3
Setor de seguros	13	6
Setor de telecomunicações	10	1
Setor eletroeletrônico	10	8

Fonte: KPMG (Folha de São Paulo, em 31/07/97)

De acordo com a Tabela 2.3 C, observa-se que o sistema financeiro foi o setor da economia que mais estimulou as associações e a entrada ao capital estrangeiro. Um primeiro ponto, diz respeito à questão da regulamentação do sistema, ainda bastante flexível e permissível. Por outro lado, apresenta um mercado com perspectivas de diversificação de produtos e serviços, além da expansão do nível de bancarização. A opção da abertura ao capital bancário estrangeiro, ao meu ver, leva em consideração gerir a crise elevando também a liquidez do mercado a partir da entrada de bancos estrangeiros, interessados em atuar em uma

indústria com vários nichos potenciais. A outra solução, de abrir o sistema bancário ao capital internacional visa, entre outros pontos, minimizar o custo da reestruturação do sistema em meio a uma crise, por parte do prestador de última instância.

Em suma, a gestão da crise foi realizada por várias frentes. Uma diz respeito à atuação da autoridade monetária como prestador de última instância, por meio do Proer. Por outro lado, a crise também foi gerenciada pelo Banco Central, ao permitir uma maior entrada do capital bancário internacional no sistema bancário brasileiro. Vale lembrar ainda, que o Banco Central também administrou o processo de privatização de bancos públicos⁴⁶. Em vários momentos o Banco Central estimulou o processo de fusões e aquisições.

2.4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre as causas da crise bancária no Brasil para o setor privado varejista na segunda metade da década de 90, destacam-se:

- queda da receita inflacionária,
- condução da política monetária (volatilidade macroeconômica)
- aumento da inadimplência,
- tensões na captação junto ao interbancário (especulação),
- choques adversos (crise nos mercados de capitais de economias emergentes) e
- problemas de liquidez

Os problemas de liquidez podem ser constatados de acordo com os indicadores selecionados na Tabela 2.2.6 B. Apesar da tardia⁴⁷ intervenção do Banco Central em instituições bancárias insolventes após o Real, as correções de rumo e políticas de reestruturação foram adotadas rapidamente e com certa eficácia. As iminentes quebras de grandes bancos (Econômico, Nacional e Bamerindus), que provavelmente desencadeariam um “efeito dominó” de falências e insolvências no sistema como um todo - dadas as incertezas

⁴⁶ Entre 1997 e 1998, o Banco Central realizou cinco importantes desestatizações, de um total de seis leilões de privatização efetivados até o final de 1999: Banerj, Credreal, Meridional, Bemge e Bandepe. Com exceção do Bandepe, comprado pelo holandês ABN-Amro Bank, os demais foram adquiridos por bancos nacionais: Itaú, Bradesco e Bozano, Simonsen. As vendas somaram R\$ 1,47 bilhão. O Banespa, cuja venda se arrastou por mais de cinco anos, foi vendido ao Santander em dezembro de 2000.

⁴⁷ O Banco Central do Brasil somente decidiu gerir a crise bancária iniciada com a falência do Banco Econômico quando constatada a falência de um segundo grande banco varejista: o Nacional. Inicialmente, no caso do Econômico, o Banco Central não interveio diretamente nas negociações de compra dos seus ativos, voltando-se para o caso do Econômico quase um ano após sua falência. Até então, o Banco Central havia optado pela solução de mercado para o Econômico, a qual não foi eficiente.

geradas junto aos depositantes e aumento do risco moral -, foram contornadas e evitadas por meio de políticas adotadas pela autoridade monetária.

O fim do ganho inflacionário, por sua vez, explicitou problemas quanto à “solidez” do sistema bancário brasileiro após vigência do Plano Real, ao contrário da tradicional justificativa de que seria esse o principal fator da insolvência dos bancos privados brasileiros após 1994. Para os pequenos bancos, sendo esses representativos de 87% no número de instituições bancárias que estiveram sob intervenção do Banco Central, o principal determinante da situação de insolvência foi a estratégia adotada pelo Banco Central de exigir maior Patrimônio Líquido como função do grau de risco assumido⁴⁸. Os bancos de médio e grande porte (13% no número de bancos até 1998), por outro lado, que ficaram mais vulneráveis após a estabilidade monetária, não apresentaram agilidade suficiente para enfrentar a volatilidade macroeconômica, a condução da política monetária, os problemas de liquidez, além das crescentes provisões para créditos duvidosos.

Segundo estimativas do estudo realizado pela Andima e IBGE, cerca de 86% dos ganhos inflacionários eram obtidos em instituições de grande e médio porte nos primeiros anos da década de 90. Já para o Dieese, mais de 90% da receita inflacionária advinha dos grandes bancos – tanto públicos quanto privados. Em suma, a reestruturação do sistema financeiro brasileiro, após o Plano Real, foi apressada com o fim dos ganhos inflacionários, mas não tida como consequência dessa única variável.

A constatação de uma crise bancária no Brasil após a implementação do Plano Real é inquestionável, mas não caracterizada pela queima de ativos e capital – como consideram o BIS e o FMI. Dados os argumentos desses órgão internacionais, muitos autores discutem se as quebras sistêmicas de instituições de grande e médio porte no setor privado varejista, após o Real se caracterizam por uma crise, quando comparadas às experiências dos demais mercados emergentes. No meu entender, no entanto, nunca antes na história do setor bancário brasileiro verificou-se a quebra de bancos de grande porte. A dimensão da crise bancária brasileira foi evidentemente menor, particularmente quanto à falta de credibilidade dos depositantes em relação à manutenção de seus ativos no setor bancário privado, principalmente pela eficácia do Banco Central como gestor da crise.

⁴⁸ Circular 2.099.

CAPÍTULO 3 – FRAGILIDADE DOS GRANDES BANCOS VAREJISTAS PRIVADOS BRASILEIROS APÓS O PLANO REAL: OS CASOS DOS BANCOS ECONÔMICO, NACIONAL E BAMERINDUS

"Grandes demais para quebrar. Esta parece ser a regra do jogo predominante para os que têm a responsabilidade de fiscalizar os bancos. Os exemplos dessa postura estão restritos ao Brasil, onde o governo já gastou R\$ 13 bilhões apenas para salvar o Econômico, Nacional e outros bancos privados de pouca expressão. Na América Latina não faltam exemplos significativos de "proteção" a grandes bancos privados em dificuldades. Nos países do G-7 (...) a mesma história se repete. (...) No Japão, apesar dos protestos da opinião pública, o governo está tentando diferir mais de R\$ 500 bilhões de rombos do sistema bancário privado que se atolou em atividades especulativas nos mercados imobiliário e de ações. (...) Na Itália estiveram ameaçados o Banco de Roma, o (...) Populare de Novara e o Banco de Napole. Esse último (...) perdeu mais de R\$ 2 bilhões em 95 e só não foi à falência porque o governo entrou em cena". (Tavares, Folha de São Paulo, 28 de julho de 1996)

O risco sistêmico e a ocorrência de crises bancárias estão diretamente relacionados a abalos na solidez e ao grau de fragilidade financeira dos grandes bancos do sistema financeiro, detentores de significativa parcela da indústria bancária do país. No Brasil, a intervenção por parte do Banco Central nos bancos Econômico, Nacional e Bamerindus trouxe à tona o questionamento sobre os determinantes da insolvência de bancos que se encontravam na liderança do setor. Seriam esses determinantes estruturais, que passaram despercebidos da fiscalização da autoridade monetária, ou determinantes conjunturais, fruto do quadro macroeconômico e da condução da política monetária após o Plano Real.

A crise de confiança inicia-se com a intervenção no Banespa, no final de 1994, e seis meses depois, vê-se ampliada com a quebra do Banco Econômico, quando, ao meu ver, inicia-se a crise bancária no setor bancário privado brasileiro. A partir de então, o mercado passou a duvidar da solidez de outros dois grandes conglomerados financeiros: Nacional e Bamerindus.

Este capítulo está dividido em três partes, cabendo a cada uma caracterizar os determinantes da insolvência dos três grandes bancos citados acima que estiveram sob intervenção do Banco Central a partir de 1995. Para os extintos Banco Econômico, Nacional e Bamerindus serão analisados os determinantes das respectivas quebras, o quadro de insolvência e a eficácia da gestão da crise, pelo Banco Central como prestador de última instância e por meio do Proer como instrumento de reestruturação do sistema bancário privado brasileiro na segunda metade da década de 90.

Os casos de⁴⁹ falências e insolvências bancárias de grandes bancos brasileiros desde 1964 tiveram, sempre, como soluções algum tipo de política de ajuda com recursos públicos,

⁴⁹ Vide Tabela 3 A.

via Banco Central⁵⁰. De acordo com um relatório divulgado pelo Banco Central (1985), estima-se que o governo tenha gastado R\$ 3,35 bilhões em operações para salvar bancos entre 1964 e 1985. Na maioria dos casos de intervenção em instituições bancárias pelo Banco Central, os determinantes que levaram a tal medida devem-se principalmente à concentração dos empréstimos às empresas coligadas ao grupo financeiro - sem adequada análise do risco envolvido na operação e ausência ou insuficientes garantias contratadas -, e operações fraudulentas. São isolados⁵¹ (como se verificou no episódio do Banco Halles) os casos dos bancos brasileiros de médio porte que ficaram insolventes e descobertos devido a problemas macroeconômicos e conjunturais adversos.

Tabela 3 A – Falências em bancos de médio e grande porte no Brasil desde 1964⁵²

Instituição	Data da intervenção	Justificativa e Soluções
Banco Halles	16/04/1974	No dia 30 de maio o banco foi incorporado ao Banco do Estado da Guanabara – cuja razão social foi renomeada para Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj) - com apoio do Banco Central. Em 1998 o Banerj foi privatizado.
Banco União Comercial	09/09/1974	O banco foi comprado pelo Itaú, em operação de salvamento montada pelo Banco Central.
Banco Comercial Ipiranga	25/03/1975	O banco foi comprado pelo Banco de Crédito Nacional (hoje incorporado ao Bradesco), após gestão do BCN sobre as empresas do grupo, estimulada pelo governo.

(continua)

(continuação)

Instituição	Data da intervenção	Justificativa e Soluções
Coroa S.A.	12/08/ 1983	Decretada a liquidação das empresas do grupo (Coroa-Brastel).

⁵⁰ Em novembro de 1985, quando o BC decretou as liquidações dos bancos Comind, Auxiliar e Maisonnave, os três apresentavam um passivo a descoberto de aproximadamente R\$ 780 milhões. Ao longo dos três anos, anteriores à intervenção, os bancos receberam recursos oriundos da autoridade monetária que totalizaram R\$ 390 milhões para cobrir seu passivo. Na liquidação, o Banco Central desembolsou R\$ 111 milhões para pagar os correntistas. O governo interveio extrajudicialmente em abril de 1973, sem qualquer tipo de política de socorro ao banco. Em maio desse ano, a autoridade acabou por liberar recursos para que o Halles fosse adquirido pelo Banco do Estado da Guanabara, a fim de evitar um aumento do risco moral. De acordo com o escritor José Carlos de Assis, no livro “A Chave do Tesouro”, em junho de 1974 o Banco Central já havia gastado cerca de R\$ 1,2 bilhão com a crise do banco Halles. Logo em seguida à intervenção do Halles, o Banco Central interveio no Banco União Comercial (BUC), do grupo Soares Sampaio (hoje Unipar), com mais de 230 agências. O BUC entrou em crise conjuntamente com um de seus maiores clientes, o grupo Lume, que estava com um passivo a descoberto de Cr\$ 1,8 bilhão⁵⁰. A autoridade monetária disponibilizou recursos financeiros para que o banco Itaú adquirisse o BUC, em agosto de 1974. No início da década de oitenta, as irregularidades e fraudes constatadas nos casos dos grupos Delfin e Coroa-Brastel também levaram a autoridade a intervir e disponibilizar recursos para minimizar o risco moral no sistema bancária brasileiro. No caso do Produban, o banco do Estado de Alagoas, entre o final de 1988 e 1989, o BC concedeu aproximadamente R\$ 40 milhões para que a instituição normalizasse suas atividades e cobrisse seu passivo. O banco alagoano apresentava uma dívida junto a usineiros locais de aproximadamente R\$ 215 milhões.

⁵¹ Ver relação de bancos na Tabela 3 A.

⁵² Em 1964 foi organizado o Sistema Financeiro Nacional (SFN), tal como existe hoje, pela lei 4.595. Até 1964 os bancos brasileiros, exceto o Banco do Brasil, tinham caráter regional. Em 1964 o SFN foi reorganizado, surgindo as bases para a formação dos grandes bancos atuais. Quanto as séries históricas que têm como fonte o Banco Central, essas foram obtidas junto ao site da instituição na Internet (www.bcb.gov.br), não devendo ser esquecido que formalmente o Banco do Brasil foi criado em 1964.

Instituição	Data da intervenção	Justificativa e Soluções
		A intervenção resultou em processo judicial devido à emissão de letras não contabilizadas.
Delfim Capitalização	10/01/1984	Decretada a liquidação de empresas do grupo. As lojas de poupança foram incorporadas à Caixa Econômica Federal (CEF).
Banco Sulbrasileiro	08/02/1985	Decretada a liquidação de empresas do grupo, com sede no Rio Grande do Sul. Em maio de 85 o governo decidiu criar o Banco Meridional do Brasil, como forma de evitar a falência do Sulbrasileiro. O Meridional foi privatizado em 1998.
Banco Habitasul	08/02/1985	Decretada a liquidação no mesmo dia que o Sulbrasileiro, foi conjuntamente com o banco gaúcho incorporado para formar o Meridional.
Maisonnave S.A.	19/11/1985	Com sede no Rio Grande do Sul, sua intervenção foi justificada pela crise de confiança gerada no sistema financeiro gaúcho após a quebra do Sulbrasileiro.
Comind (Banco do Comércio e da Indústria de São Paulo)	19/11/1985	Quando da intervenção pelo Banco Central, o Comind posicionava-se no 11º. lugar do ranking dos maiores banco do país, com depósitos totais de Cr\$ 1,68 trilhão.
Banco Auxiliar de São Paulo	19/11/1985	O BC decretou sua liquidação juntamente com o Maisonnave e o Comind. Era o 18º. maior banco do país , com depósitos totais de Cr\$ 810 bilhões.
Produban (Banco do Estado de Alagoas)	16/11/1988	A intervenção deve-se à insolvência do banco junto a usineiros alagoanos, com uma dívida de cerca de R\$ 76,5 milhões. Devido aos recursos concedidos pelo governo federal (via o BC), a liquidação foi suspensa e o banco reaberto em 6 de setembro de 1989.
Banco Econômico	11/08/1995	Foi o primeiro grande banco brasileiro sob intervenção da autoridade monetária após implementação do Plano Real, aumentando o risco moral do sistema financeiro brasileiro. Com a ajuda do Proer o banco foi comprado pelo Excel e reaberto em 1996 com o nome de Excel-Econômico.
Banco Nacional	18/11/1995	Sua intervenção foi simultânea ao anúncio de compra pelo Unibanco, com a ajuda dos recursos do Proer. O programa de ajuda ao sistema financeiro foi criado junto com a crise de insolvência a qual o Nacional foi acometido. Após a intervenção dói descoberta uma contabilidade paralela no banco, a qual escondia problemas estruturais.
Bamerindus	26/03/1997	No mesmo dia em que o Banco Central decretou a liquidação da instituição paranaense anunciou também sua venda para o inglês Hong Kong and Shanghai Banking Corp. (HSBC), então, o segundo maior banco do mundo. O HSBC já detinha 6% do Bamerindus. Para viabilizar a operação de venda de parte da instituição brasileira, o BC destinou R\$ 5,7 bilhões de recursos do Proer.

Fonte: Banco de Dados da Gazeta Mercantil (pesquisa realiza junto às matérias publicadas no Jornal Gazeta Mercantil de janeiro de 1973 a novembro de 1999).

3.1 – BANCO ECONÔMICO

O Banco Econômico era, no início de 1995, a mais antiga instituição financeira privada do Brasil, com 161 anos, 9,5 mil funcionários e cerca de 800 mil correntistas em 279 agências espalhadas por todo o território nacional. No fechamento do exercício de 1994, o Econômico divulgou ter obtido lucro líquido de R\$ 80,5 milhões, correspondendo a um aumento de 69,5% sobre o apurado no ano anterior. Tal resultado proporcionou uma rentabilidade de 13,1% sobre o patrimônio líquido (R\$ 616,3 milhões).

Tabela 3.1 A – Banco Econômico: resultados contábeis 1993 e 1994

Discriminação	Dezembro de 1994 (12 meses) R\$ milhões	Dezembro de 1993 (12 meses) R\$ milhões	Taxa de Variação 1994 / 1993 (%)
Depósitos Totais	3.016,0	3.100,7	(-5,80)
Depósitos à vista	255,2	107,3	137,8
Depósitos de Poupança	643,1	599,2	7,3
Depósitos Interfinanceiros	250,9	320,2	-21,6
Depósitos a prazo	1.866,8	2.174,1	(-14,1)
Captações no mercado aberto	872,2	171,1	409,8
Patrimônio Líquido Declarado (PLD)	616,3	530,0	16,3
Patrimônio Líquido Real	598,3	495,2	20,8
Operações de Crédito	2.761,9	3.128,9	(-11,7)
Títulos e Valores Mobiliários	2.040,4	1.314,5	55,2
Ativo Real	7.465,8	6.099,3	22,4
Créditos de Liquidações Duvidosas	11,8	7,6	55,3
Receitas de Atividades Financeiras	928,9	1.783,1	(-47,9)
Despesas de Atividades Financeiras	534,9	1.587,4	(-66,3)
Despesas Administrativas	363,0	279,1	30,1
Lucro Operacional	90,6	10,2	788,2
Lucro antes da Tributação	87,1	50,9	71,1
Lucro Líquido (LL)	80,5	47,5	69,5
Indicadores	(%)	(%)	
Lucro Líquido / Patrimônio Líquido Declarado (PLD)	13,1	9,0	
Patrimônio Líquido Declarado / Passivo Total	8,3	8,7	
Crédito Liquidação Duvidosa / Patrimônio Líquido Declarado	1,9	1,4	
Lucro Líquido / Depósitos Totais	2,7	1,5	
Lucro Líquido / Operações de Crédito	2,9	1,5	
Depósitos a Prazo / Depósitos Totais	61,9	67,9	
Operações de Crédito/ Patrimônio Líquido Declarado	448,1	590,4	

Fonte: Austin Asis (apud balanço publicado na Gazeta Mercantil em 16 de fevereiro de 1995)

Tabela 3.1.B – Banco Econômico: indicadores de desempenho –1990 a 1994

Variações percentuais* (%)

	1990	1991	1992	1b993	1994	Padrão do mercado	Nível(1)
A - ESTRUTURA							
capitalização	8,9	14,9	10,1	10,1	8,2	10,0	Baixo
imobilização própria	105,7	107,9	98,6	106,1	63,1	74,1	Moderado
imobilização total	16,5	61,4	49,8	39,3	26,7	36,5	Baixo
capital de giro	-11,1	-12,4	-2,7	-6,1	36,9	25,4	Moderado
alavancagem	1007,3	555,2	861,1	852,3	965,1	827,9	Elevado
B – SOLVÊNCIA							
Encaixe	5,7	6,7	317,3	76,8	51,9	53,9	Elevado
cobertura voluntária	0,2	0,2	4,3	0,9	1,8	1,3	Muito elevado
liquidez corrente	78,5	73,9	68,8	63,4	64,7	96,4	Muito baixo
assistência financeira	25,7	21,8	8,1	6,6	5,1	0,0	Muito elevado
adequação de prazos	230,2	203,3	303,8	210,0	308,6	141,3	Muito elevado
Inadimplência	4,8	2,7	1,6	1,7	1,0	1,9	Elevado
Provisionamento	1,4	0,6	1,3	0,9	1,9	1,2	Elevado
comprometimento	31,0	8,2	6,3	7,9	4,4	5,6	Elevado
C – CUSTO							
de intermediação	200,6	-24,0	33,5	36,2	8,1	10,9	Muito baixo
de pessoal	7,6	3,1	0,1	3,8	3,0	5,5	Baixo
Administrativo	6,7	6,3	5,0	2,4	3,1	3,3	Baixo
Total	219,2	-0,4	39,5	42,3	15,1	24,6	Muito elevado
D - RENTABILIDADE							
geração de rendas	217,4	26,5	45,5	42,6	14,4	23,4	Muito baixo
margem bruta	14,5	147,4	22,8	11,0	42,4	45,2	Elevado
margem operacional	-0,6	9,0	1,5	0,6	9,8	10,6	Moderado
margem líquida	0,5	5,7	2,4	2,7	8,7	6,3	Muito elevado
rentabilidade do patrimônio líquido	11,7	7,8	9,0	9,2	13,1	11,3	Moderado
E -CRESCIMENTO							
aplicações totais		-20,4	68,7	-2,6	110,1	31,3	Muito elevado
captações totais		-0,6	59,3	0,6	85,5	25,1	Elevado
receita de intermediação financeira		-76,9	184,9	-7,9	-28,2	-58,2	Baixo
resultado líquido		20,3	18,5	3,8	133,6	43,8	Elevado

Fonte: Austin Asis (apud balanço publicado na Gazeta Mercantil em 16 de fevereiro de 1995)

(1) nível de classificação dos indicadores de acordo com a da Austin Asis de acordo com a média apurada para o sistema bancário privado na época.

* Vide especificações dos indicadores selecionados na Tabela 3 do Anexo.

Segundo estudo realizado pela Austin Asis em julho de 1995, e conforme os dados da Tabela 3.1 B (assistência financeira, alavancagem e crescimento das aplicações totais), o nível de captação do Econômico junto ao Banco Central era muito elevado, o que indicaria a

existência de assistência financeira. Além disso, a capitalização do banco ficou, em 1994, abaixo dos padrões do sistema financeiro nacional, com um índice de 8,2% para uma alavancagem acima da média. No caso do Econômico, a alavancagem aumentou de 8,25% em 1993 para 11,15%, revelando uma utilização mais expressiva de recursos de terceiros, comparativamente ao uso de recursos próprios.

Diante de tal cenário, a insolvência do Econômico foi inicialmente atendida pelas linhas de redesconto do Banco Central, além de a autoridade monetária ter orientado o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal a fornecerem linhas de crédito para o banco baiano. Em 11 de agosto de 1995 o Banco Central decreta a intervenção no Banco Econômico. Segundo relatório preliminar do Banco Central, a crise de liquidez no banco deveu-se, em grande parte, à considerável parcela dos créditos concedidos a empresas do grupo Econômico sem que fossem acordadas garantias adequadas. Além disso, a perda da credibilidade do banco no sistema também contribuiu para aumentar o seu grau de fragilidade, exaurindo sua capacidade de captação para cobrir os saques. No início de agosto de 1995, a necessidade de financiamento do banco totalizava R\$ 3 bilhões, enquanto as garantias disponíveis na Assistência Financeira de Liquidez (o redesconto) estavam em R\$ 1,9 bilhão. No dia em que o BC decretou a intervenção, além dos R\$ 1,9 bilhão concedidos, a conta de reserva bancária ficou negativa em R\$ 1,1 bilhão. Dados os problemas de liquidez do Banco Econômico, é questionável o nível de confiabilidade das demonstrações de resultados publicadas pelos bancos.

Meses antes da intervenção, o banco baiano já recorria ao redesconto em um patamar de R\$ 1,6 bilhão, o dobro do solicitado no início do ano. No dia primeiro de agosto de 95 o Econômico solicitou uma linha de empréstimo de assistência à liquidez (redesconto) de R\$ 2,6 bilhões. Com a divulgação da crise, os boatos de insolvência que circulavam no mercado e os sucessivos impasses sobre a entrada de novos sócios e transferência do controle acionário, além da corrida dos clientes do Econômico às agências e o aumento dos saques efetuados, o Banco Central optou pela intervenção. Nas duas semanas que antecederam à intervenção, a diferença entre saques e depósitos, por dia, totalizava um montante entre R\$ 40 milhões e R\$ 50 milhões. No início de 95, essa diferença oscilava entre um saldo diário de R\$ 5 milhões e não ultrapassava um déficit de R\$ 15 milhões.

Ao meu ver, e conforme consta no relatório do Banco Central, a crise de liquidez do Econômico decorre de problemas de má gestão, além de irregularidades na administração, como a existência de contas fantasmas, empréstimos irregulares e práticas de operações com as empresas não financeiras coligadas ao banco. A Lei 4.595/86, que regula o Sistema Financeiro Nacional, no seu artigo 34, inciso 4, proíbe empréstimos à empresa em cujo capital o

banco participe em mais de 10%. Foram encontradas, porém, operações desse tipo em mais de 10 empresas do grupo Econômico na segunda metade da década de 80.

Além disso, foram constatados repasses diretos de recursos para as empresas coligadas do banco, o que, segundo a Lei 4.595 do Sistema Financeiro Nacional, é proibido pelo Manual de Normas Internas do Banco Central 16.9.9.5, na sua alínea "h". A banco captava recursos no exterior e os remetia diretamente para a Econômico Empreendimentos, a holding que controlava as participações do banco nas empresas não-financeiras. Por tal modalidade, no ano de 1988 a empresa obteve R\$ 1,34 milhão. A rede de participações do banco em empresas não financeiras era grande e ficou ainda maior com as privatizações do setor petroquímico no Pólo de Camaçari, na Bahia.

As irregularidades apontadas pelo Banco Central

- ❏ **Empréstimos a empresas coligadas** – o Econômico fez 101 empréstimos a empresas coligadas do próprio grupo, somando R\$ 63,315 milhões entre 27 de dezembro de 1984 e 18 de julho de 1995.
- ❏ **Gestão temerária** – o Econômico emprestou R\$ 30 milhões a duas empresas, a Moviplan Projetos e Incorporações Ltda e Personal Empreendimentos Ltda, que tinham, juntas, capital de R\$ 1,2 mil.
- ❏ **Distribuição disfarçada de lucros** – o banco distribuiu lucros aos acionistas obtidos de forma fraudulenta com a venda "fantasma" de um terreno em Recife (PE). Também autorizou a venda de debêntures da Siderbrás, gerando lucro artificial.
- ❏ **Evasão de divisas** – o Econômico usou a empresa do músico João Luiz Biato para remeter de forma ilegal R\$ 10 milhões ao Paraguai. A operação envolveu a agência do Banco Nacional, em Foz do Iguaçu. A empresa de Biato tinha capital total de R\$ 287,70.
- ❏ **Gestão fraudulenta** – no dia da intervenção, pelo BC, o Econômico comprou a preços superfaturados 2,7 milhões em ações emitidas pela Econômico Empreendimentos, repassando cerca de R\$ 270,8 milhões à sua coligada, causando prejuízo aos aplicadores.

Fonte: Relatório do Banco Central do Brasil sobre a intervenção do Banco Econômico em 11 agosto de 1995.

Banco Econômico - Empréstimos a empresas coligadas enquadrados na Lei do "Colarinho Branco"

- ❏ Econômico S.A. Empreendimentos –quatro operações de empréstimo totalizando R\$ 6,67 milhões, entre 7 de outubro e 28 de dezembro de 1993.
- ❏ Promotora Econômico Consultoria e Vendas Ltda – quatro empréstimos no valor total de R\$ 2,38 milhões em 11 de novembro de 1988.
- ❏ Companhia Cítricos do Brasil (CCB) – 15 empréstimos no total de R\$ 40,89 milhões entre 28 de janeiro e 30 de dezembro de 1993.
- ❏ Companhia Habitacional Santa Vitória – cinco empréstimos somando R\$ 2,94 milhões, entre 4 de abril e 24 de março de 1990.

- Econômico Agro Pastoril S.A. – 15 empréstimos somando R\$ 3,63 milhões, entre 24 de maio de 1989 e 15 de junho de 1990.
- Nova Aliança S.A. - uma operação de R\$ 189,3 mil em 27 de dezembro de 1984.
- CST Expansão Urbana – oito empréstimos totalizando R\$ 2,68 milhões entre 30 de dezembro de 1987 e 27 de dezembro de 1988.
- Curtume Alinaça S.A. – 27 empréstimos num total de R\$ 43 mil, entre 5 de junho de 1991 e 18 de julho de 1995.
- Kontik Trantur S.A. – 18 empréstimos que somaram R\$ 1,28 milhão, entre 30 de dezembro de 1987 e 4 de outubro de 1988.
- Agro Pecuária Senhor do Bonfim – três empréstimos somando R\$ 2,05 milhões, entre 30 de dezembro de 1987 e 4 de outubro de 1988.
- Engenho Nóbrega Agropecuária Ltda – um empréstimo de R\$ 569 mil em 22 de março de 1993.

Fonte: Gazeta Mercantil, 18 de setembro de 1995

De acordo com os resultados contábeis, a saúde financeira do Econômico parecia adequada no que diz respeito às adaptações necessárias ao novo cenário macroeconômico e programa de reestruturação em andamento. Nos relatórios não havia ressalvas que alertassem para o aumento da fragilidade financeira do banco nos últimos anos nem no tocante à inadimplência. De acordo com dados apurados pelo Banco Central, a reestruturação do Econômico necessitaria, na data da intervenção, de um aporte de cerca de R\$ 1,8 bilhão. Desse total, R\$ 1,5 bilhão correspondiam aos recursos necessários para equilibrar o patrimônio do banco baiano e os R\$ 300 milhões restantes para adequar a instituição às regras do Acordo da Basiléia.

Ao todo, teriam sido repassados às empresas, das quais o Econômico era acionista majoritário, R\$ 12 milhões desde 1987. O balanço do Banco Econômico, publicado em 30 de junho de 1995, apresentava irregularidades: o lucro de R\$ 36 milhões correspondia, porém, a um prejuízo de R\$ 5,9 milhões. Não foram contabilizados: R\$ 1,8 milhão, referente à provisão de reserva legal; uma insuficiência na carteira de crédito imobiliário de R\$ 70,6 milhões; uma deficiência de operações de crédito de R\$ 22,79 milhões; e provisões de receitas provenientes da carteira de crédito imobiliário e de operações de créditos, no valor de R\$ 53,23 milhões.

O passivo a descoberto do Econômico, na data da intervenção, totalizava R\$ 2,63 bilhões e a dívida total das empresas não-financeiras do Grupo Econômico no sistema bancário somava R\$ 1,13 bilhão. O Banco Central constatou 125 tipos de operações irregulares e ilegais realizadas pelo Banco Econômico no sistema financeiro entre 1987 e 1995, no valor total de R\$ 47 milhões. Seis meses após a intervenção, o banco contabilizava uma dívida total de R\$ 6,6 bilhões, sendo R\$ 3,6 bilhões junto ao Banco Central e o restante junto aos correntistas. O passivo total somado ao patrimônio líquido (negativo em R\$ 2,6 bilhões) equivalia a R\$ 7,4 bilhões.

Tabela 3.1 C – Dívida das empresas⁵³ coligadas ao Banco Econômico – posição com base nos saldos em 31 de agosto de 1995 – em R\$ mil

Empresa	Vencida	vencimento em setembro 95	vencimento out. 95 a mar. 96	vencimento após março de 96	Total
Econômico Empreendimentos	33.754	31.020	225.246	600.505	890.525
CST-Expansão	1.549	2.418	4.201	11.217	19.385
CCB	0	584	2.109	4.023	6.716
Nova Aliança	213	1.782	832	1.707	4.534
Econômico Agro-Pastoral	452	522	490	136.946	138.410
Senhor do Bonfim	0	0	797	72.475	73.172
Santana de Parnaíba	2.011	0	0	0	2.011
CST-Divisão Termoplás	0	0	398	0	398
TOTAL	37.979	36.326	234.073	826.873	1.135.251

Fonte: Banco Central do Brasil

O ativo total do Econômico correspondia a R\$ 5,2 bilhões, valor insuficiente para cobrir as dívidas contabilizadas. Em 12 de abril de 1996, após mais de seis meses de negociações entre a área técnica do Banco Central e o banco Excel, ficou acertada a transferência do controle do banco baiano para o Excel. O Banco Central acordou a liberação de R\$ 2,950 bilhões do Proer para efetivar a compra. Desse total, R\$ 2,3 bilhões foram destinados a quitar parte da dívida do Econômico junto ao próprio Banco Central e os restantes R\$ 650 milhões foram utilizados para saldar compromissos contabilizados no passivo do Econômico. Com a operação, surge o Excel/Econômico, com um capital de R\$ 500 milhões. O Excel, por sua vez, assumiu ativos e passivos de R\$ 2,3 bilhões.

O BC aprovou posteriormente a liberação de mais R\$ 3,21 bilhões, com um total de recursos destinados a auxiliar a venda do Econômico ao Excel de R\$ 6,164 bilhões. Ao Excel foram transferidos R\$ 400 milhões, os demais recursos foram utilizados para compensar as dívidas e compromissos assumidos pelo Econômico. Cabe também ressaltar como imprópria a justificativa da crise do Banco Econômico devido, principalmente, ao fim da receita inflacionária. Bancos de dimensões expressivas no mercado, basicamente por tal fato, encontram à sua disposição caminhos alternativos para novas receitas, primeiro, devido ao seu maior poder de barganha no mercado.

É latente, como principal determinante da quebra e risco sistêmico gerado pelo Banco Econômico, a extensa rede de conexões entre o banco e outras instituições que atuam no setor financeiro e não-financeiro. Associadas a isto, estão as linhas de crédito concedidas a essas empresas coligadas sem uma adequada análise do risco.

Para o caso da crise no Econômico, a volatilidade macroeconômica contribuiu para acentuar a crise, porém, em menor proporção se considerados os aspectos microeconômicos, com falhas na análise de risco às empresas coligadas e fraudes contábeis. Tal fato foi ainda endossado com a implementação das regras do Acordo da Basiléia no Brasil e mudanças no capital ajustado ao risco.

A crença da existência de uma grande homogeneidade entre a causalidade da quebra de bancos privados de grande porte, tidos como sólidos exclusivamente por seu porte, e a quebra de outros bancos e/ou instituições financeiras, promoveu a difusão de descontentamento e desconfiança quanto à credibilidade do sistema bancário como um todo. Isto porque o Econômico configurava-se como o sexto maior banco privado do Brasil em ativos e o terceiro maior em número de correntistas.

“Crises (...) financeiras estão intimamente relacionadas com transações que ultrapassam os limites da lei e da moral, independentemente do quão vagos são estes limites. (...) Crash e pânico, com seu mote de *sauve qui peut* induzem ainda mais a enganar, como medida de sobrevivência. E o sinal para o pânico é geralmente a revelação de alguma fraude, furto, desfalque e falcatruas” (Kindleberger: 1992, 107)

Neste sentido, a atuação do Banco Central como prestador de última instância foi fundamental - mesmo que um pouco tardia - para evitar que a crise tomasse dimensões que resultariam na queima de capital e deflação de ativos bancários.

Reiterando, a crise do Econômico foi assim, o estopim da crise bancária brasileira após o Plano Real. Os determinantes de sua quebra estão diretamente relacionados à forte concentração de sua carteira de empréstimos às empresas coligadas ao grupo Econômico. A gravidade de uma ameaça sistêmica, que foi o caso da quebra do Econômico, refere-se ainda à extensão das rede de conexões entre o banco e outras instituições que atuam no setor financeiro. Por este sentido, deve-se destacar a questão da qualidade do crédito, como uma gestão para concessão de ineficiente avaliação do risco. Para o Econômico, o caso clássico de quebra bancária devido à volatilidade macroeconômica não se configura como principal determinante, mas como fator coadjuvante e propulsor de uma crise intrínseca e enraizada na cultura administrativa do banco.

⁵³ Empresas com mais de 50% do capital controlado pelo Banco Econômico.

Para a crise bancária brasileira observa-se uma grande homogeneidade entre a causa da quebra de um banco tipo como sólido – única e exclusivamente por seu porte e representatividade no mercado – e a quebra de outros bancos. No caso do Econômico, a falta de uma ação preventiva, por parte do órgão fiscalizador e a demora no socorro ao banco e aos correntistas, generalizou a crença de causalidade de falência em efeito “dominó”, por meio do fluxo de informações, resultando em uma crise sistêmica.

3.2 – BANCO NACIONAL

No início de 1993 o Banco Nacional posicionava-se no oitavo lugar entre os 100 maiores bancos por ativos⁵⁴. No ano seguinte, estava classificado como o sexto maior banco por total de ativos, de acordo com o mesmo ranking. No primeiro semestre de 1994 o Banco Nacional divulgou ter obtido ao longo do ano de 1993 R\$ 20 milhões com receita inflacionária, o que corresponde a cerca de um terço do lucro apurado no período.

Para 1994 o banco contabilizou R\$ 30,8 milhões em receita inflacionária somente no primeiro semestre e R\$ 426 milhões nos seis primeiros meses. Em face da perda de tal receita, o banco previu a dispensa de 4 mil funcionários no segundo semestre de 94, o equivalente a 20% do quadro de pessoal. Além disso, o banco planejava uma redução de 20% nos custos, redução no número de postos de atendimento, aumento de tarifas da ordem de 55%.

Logo após a intervenção no Banco Econômico, começaram a circular informações de que os bancos Nacional e Unibanco negociavam uma fusão. Nessa época, a Moody's Investor Service, agência de classificação de risco nos Estados Unidos, rebaixou a classificação para os bancos Nacional e Bamerindus. A agência classifica os bancos em cinco categorias, com risco crescente, de A a E. O Econômico, na ocasião da intervenção, tinha nota E (risco elevado). Os bancos Nacional e Bamerindus, que tinham classificação B foram reclassificados em D+.

⁵⁴ De acordo com o ranking da Fundação Getúlio Vargas, publicado anualmente em Conjuntura Econômica.

Tabela 3.2 A – Banco Nacional – resultados contábeis - 1993 e 1994

Discriminação	Dezembro de 1994 (12 meses) R\$ milhões	Dezembro de 1993 (12 meses) R\$ milhões	Taxa de Variação 1994 / 1993 (%)
Depósitos Totais	6.367,9	5.712,6	11,5
Depósitos à vista	483,9	292,8	65,3
Depósitos de Poupança	778,3	750,9	3,6
Depósitos Interfinanceiros	436,5	670,6	-34,9
Depósitos a prazo	4.669,1	3.998,3	16,8
Captações no mercado aberto	304,3	563,8	-46,0
Patrimônio Líquido Declarado	872,4	668,3	30,5
Patrimônio Líquido Real	770,8	560,1	37,6
Operações de Crédito	5.766,1	5.380,2	7,2
Títulos e Valores Mobiliários	2.419,5	865,0	179,7
Ativo Real	12.593,1	10.722,9	17,4
Créditos de Liquidações Duvidosas	48,4	6,0	706,7
Receitas de Atividades Financeiras	2.727,9	2.762,0	-1,2
Despesas de Atividades Financeiras	1.635,5	1.547,4	5,7
Despesas Administrativas	1.147,4	1.105,2	3,8
Lucro Operacional	300,5	141,3	112,7
Lucro Líquido	136,2	87,6	55,5
Lucro Líquido / Patrimônio Líquido Declarado	15,6	13,1	
Patrimônio Líquido Declarado / Passivo Total	6,9	6,2	
Crédito Liquidação Duvidosa / Patrimônio Líquido Declarado	5,5	0,9	
Lucro Líquido / Depósitos Totais	2,1	1,5	
Lucro Líquido / Operações de Crédito	2,4	1,6	
Depósitos a Prazo / Depósitos Totais	73,3	70,0	
Operações de Crédito/ Patrimônio Líquido Declarado	660,9	805,1	

Fonte: Austin Asis (apud Centro de Informações da Gazeta Mercantil)

Em novembro de 1996, o Banco Central anuncia a intervenção no Banco Nacional, submetendo-o ao Regime de Administração Especial Temporária (Raet). O anúncio da intervenção foi conjunto com o anúncio da compra do banco pelo Unibanco e a criação do Proer. O primeiro empréstimo subsidiado do Banco Central, inicialmente de R\$ 4,180 bilhões, foi absorvido pelo Unibanco, ao assumir os ativos e passivos do Nacional. O passivo do Nacional junto ao público foi estimado entre R\$ 5,5 bilhões e R\$ 6 bilhões. Os recursos do Proer visavam cobrir dívidas do Nacional da ordem de R\$ 3,5 bilhões junto ao Banco Central, à CEF e a bancos privados, referentes a empréstimos concedidos nas últimas duas semanas antes da intervenção. Outra medida adotada pelo BC, para ajudar o Nacional, foi o resgate de R\$ 400 milhões em créditos "podres" do Nacional, que possuía 335 agências, 420 postos de serviço e 1,2 milhão de clientes em todo o Brasil.

Entre novembro de 95 e fevereiro de 96 o BC já havia liberado, por meio do Proer, R\$ 5,9 bilhões, chegando a R\$ 9 bilhões no final do primeiro semestre de 1996. Enquanto o

Nacional encontrava-se sob o Raet, foram constatados cerca de R\$ 3 bilhões em empréstimos irregulares e fraudulentos nas contas do Nacional. O déficit patrimonial total do Nacional totalizava R\$ 4 bilhões. Constatou-se ainda que as despesas administrativas do Nacional eram bastante acima da média do mercado financeiro nacional. Enquanto o patrimônio do banco estava contabilizado em torno de R\$ 1 bilhão e o total de ativos em R\$ 8,5 bilhões, as despesas administrativas chegavam a R\$ 650 milhões (dados de 1995). Se adicionados os contratos com mão-de-obra, serviços de consultorias, esse total sobe para R\$ 950 milhões. Em outras palavras, o banco consumia um patrimônio por ano com despesas administrativas.

Havia também mais de mil pequenas e médias operações de crédito impagáveis (podres), concedidas a empresas ou pessoas físicas fictícias, avaliadas em cerca de R\$ 5 bilhões. Ao meu ver, esse é o principal motivo do déficit contábil do Nacional, que ficou estimado em R\$ 4 bilhões, depois de descontado o R\$ 1 bilhão do patrimônio que sobrou do banco, revertido ao Banco Central. As operações fraudulentas que levaram à falência e intervenção no Nacional, contudo, são de natureza diferente daquelas constatadas no caso do Banco Econômico. Enquanto no banco baiano (Econômico) as operações irregulares concentravam-se nas empresas coligadas ao banco, no caso do Nacional as fraudes relacionavam-se principalmente às transferências de recursos do banco para o patrimônio pessoal dos altos executivos da instituição.

Adicionalmente, foram encontradas concessões de créditos sem critérios plausíveis, com elevado grau de risco e em muitos casos para pessoas e empresas inexistentes. Foram mais de 650 empréstimos duvidosos, em 652 contas-correntes fraudadas, no valor de R\$ 5,3 bilhões, que começaram a ser liberados desde 1987. Tais créditos, em média, de R\$ 8,15 milhões por operação, foram pulverizados no valor total do balanço do banco ao longo dos últimos dois anos anteriores à intervenção.

Tais contratos de crédito eram renovados de maneira fictícia, gerando uma receita artificial com créditos que não entravam no caixa do banco. O balanço era maquiado e encerrava o exercício com lucro. Mais de dois meses antes de o Banco Central articular a incorporação do Nacional ao Unibanco, em novembro de 1996, a autoridade monetária admitiu ter conhecimento sobre a insolvência do Nacional. O Raet não foi aplicado antes, no entanto, visando preservar o Plano Real, lembrando que após a crise do Econômico, a quebra de outro grande banco poderia desencadear uma crise irreversível no sistema bancário e financeiro.

As irregularidades – Banco Nacional

- Havia 652 contas correntes, com R\$ 5,3 bilhões manipuladas pelos dirigentes do banco. Estavam registradas na rubrica “natureza 917”.
- Os empréstimos eram fictícios e concedidos a empresas falidas e concordatárias. Tinham o objetivo de maquiar o balanço e gerar lucros artificiais.
- Os 18 maiores devedores das contas 917 não constam de documento que deve ser enviado obrigatoriamente ao BC.
- O maior empréstimo fictício apurado pelo BC era no valor de R\$ 40,984 milhões.
- O valor das remessas ao exterior feitas pelo Banco Nacional e não comunicadas ao BC somavam R\$ 14,2 milhões.
- O Nacional fez Adiantamentos de Contratos de Câmbio (ACCs) no total de R\$ 32,273 milhões sem exigir garantias.
- O banco não arquivava documentos das operações de câmbio trimestralmente, como determina a autoridade monetária.
- O Nacional intermediou remessas ao exterior feitas por outros bancos. Três desses bancos enviaram ao mercado externo R\$ 78,6 milhões. As remessas não foram registradas no BC e a comissão de inquérito considera incalculável a perda com tal irregularidade.
- O Icatu comprou R\$ 48,7 milhões do Interbanco em 29 de novembro de 1993. Vendeu os títulos pelo mesmo valor para o Nacional que, por sua vez, enviou o dinheiro para o Banque Nationale de Paris. A operação não foi comunicada ao Banco Central.
- O Nacional não guardou recursos para cobrir dívidas trabalhistas e judiciais decorrentes de processos em andamento ou concluídos. O valor das dívidas trabalhistas do banco totalizavam R\$ 380,2 milhões, enquanto as judiciais R\$ 1,2 bilhão.

Fonte: Relatório preliminar da Comissão de Inquérito do Banco Central que analisou a insolvência do banco

Constata-se, no caso da quebra do Banco Nacional, que os determinantes associam-se às operações irregulares e fraudulentas realizadas ao longo da última década de atuação do banco no sistema financeiro brasileiro. Para a insolvência do Nacional posta-se como principais determinantes aspectos microeconômicos, em um ambiente de ineficiente regime de supervisão e regulamentação. Tais aspectos microeconômicos dizem respeito ao envolvimento político de empréstimos e fraudes visando objetivos pessoais.

A evidente falta de transparência contábil e de informação, como a ausência de eficácia nas ações fiscalizadoras do Banco Central culminam com o ápice da crise bancária brasileira na segunda metade da década de 90. Foi no limiar do pânico sistêmico que a autoridade monetária entrou em cena como prestador de última instância. O dilema que envolve “quando” o *lender of last resort* deve agir, porém, foi resolvido, evitando que a crise tomasse proporções maiores, exigindo um custo maior na reestruturação.

“Em relação ao tempo, trata-se de uma arte. Isto não diz nada – e diz tudo”.
(Kindleberger, 1992: 228)

3.3 – BANCO BAMERINDUS

“As especulações a respeito do futuro do Bamerindus não desanimam o analista Francisco Abreu, da agência norte-americana de avaliação de risco de crédito (rating) Moody's. Abreu (...) disse que os investidores estrangeiros que adquiriram bônus do Bamerindus ou são credores de linhas externas não correm risco de perder dinheiro. O Brasil, disse, depois dos casos do Econômico e do Nacional, desenvolveu a habilidade de encontrar soluções para problemas difíceis no sistema financeiro. Abreu confia que o governo aplicará essa habilidade no caso do Bamerindus porque o banco, quarta maior instituição privada, é o que os norte-americanos classificam de *'too big to fail'* (muito grande para quebrar)”. (Gazeta Mercantil, 11 de novembro de 1996, pág. A1 - capa)

No ano de 1994 o Bamerindus, a quinta maior instituição bancária no Brasil e o quarto maior banco privado do país, contabilizava 2,5 milhões de correntistas com a segunda maior rede de agências (1.350). No primeiro semestre de 1994 o Bamerindus registrou lucro líquido de R\$ 61 milhões, com a rentabilidade sobre patrimônio líquido de 8,06%. O lucro do Bamerindus, nesse período, evoluiu 76,3% sobre o desempenho registrado no mesmo período do ano de 1993, de acordo com dados publicados no Balanço Patrimonial do Bamerindus que fora entregue à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e ao Banco Central.

Em agosto de 1995 começam a surgir os primeiros boatos sobre dificuldades de liquidez que o Bamerindus estaria passando. No segundo semestre de 1995, o Bamerindus anuncia uma parceria com o Hong Kong & Shanghai Group (HSBC), um dos maiores conglomerados financeiros no mundo. O HSBC, com sede em Londres, adquiriu 6,14% do capital social do Bamerindus, como uma aliança estratégica entre os dois bancos, visando expandir seus mercados de atuação. Desde a promulgação da Constituição de 1988, essa foi a primeira autorização de ampliação da participação do capital externo em empresas financeiras.

Os depósitos à vista do banco caíram de R\$ 1,1 bilhão em dezembro de 1994 para R\$ 670,5 milhões em dezembro de 95 (Vide Tabela 3.3 A). Para a mesma comparação, os depósitos a prazo declinaram de R\$ 5 bilhões para R\$ 2 bilhões. Isso enquanto para o sistema bancário privado como um todo tanto os depósitos à vista cresciam como os depósitos de poupança (vide Tabela 2.3.2 B). Para o Bamerindus, porém e ao contrário da média do sistema bancário privado varejista brasileiro, os depósitos de poupança também declinaram, passando de R\$ 3,4 bilhões em junho de 1994 para R\$ 2,7 bilhões em março de 1996. Tais dados indicam perda de confiança por parte dos depositantes no Banco Bamerindus.

Segundo relatório da administração apresentado no balanço do exercício de 95, o Bamerindus precisou recorrer ao longo daquele ano a empréstimos no interbancário, mas não utilizou a linha de assistência financeira do Banco Central. Os depósitos interfinanceiros foram

de R\$ 500 milhões em junho de 1994, para R\$ 1,2 bilhão em dezembro de 1995, contra o R\$ 1 bilhão ano exercício de 1994. A captação no mercado aberto passou de R\$ 361,9 milhões (dezembro de 94) para R\$ 1,576 bilhão (dezembro de 95), dos quais, R\$ 1,339 bilhão de carteira própria, contra R\$ 11,5 milhões no ano anterior (de acordo com dados publicados nos Balanços Patrimoniais do Banco Bamerindus e divulgados publicamente nos anos de 1994 e 1996).

Tabela 3.3 A – Volume de depósitos – Banco Bamerindus / em R\$ mil

	Junho/94	Dezembro/94	Junho/95	Dezembro/95	Março/96
Depósitos à vista	1.762.990	1.109.882	681.166	670.544	550.506
Depósitos a prazo	5.228.422	5.012.391	4.818.216	2.020.745	1.912.817
Depósitos de poupança	3.396.409	3.181.197	3.009.216	2.916.544	2.714.318
Depósitos interfinanceiros	509.100	1.091.773	1.156.408	1.239.548	1.313.640

Fonte: Austin Asis

O Banco Bamerindus registrou para os três primeiros meses de 1996 prejuízo líquido de R\$ 10 milhões e patrimônio líquido de R\$ 1,3 bilhão em 31 de março daquele ano, o que representa uma rentabilidade anualizada de 3,1% negativos. Tal perda veio da equivalência patrimonial do banco, na qual houve resultado negativo de R\$ 14,2 milhões. A holding que controlava o banco, a seguradora, a Inpacel e a Bamerindus Participações e Empreendimentos, registrou prejuízo de R\$ 8,6 milhões.

Observa-se, assim, que desde 1994 a situação do Bamerindus vinha se deteriorando. O banco sofreu um processo de saques de mais de R\$ 2,5 bilhões em depósitos entre 1994 e 1995, conseguindo atrair, depois, 800 mil novos pequenos poupadores para a caderneta de poupança, após permitir a abertura de contas em poupança com o depósito mínimo de R\$ 30,00. Apesar dessa estratégia, o montante total de depósitos de poupança não aumentaram. No primeiro trimestre de 96 o banco teve despesas operacionais de R\$ 308,5 milhões, além de despesas com pessoal e outras despesas administrativas de R\$ 410 milhões. Adicionalmente houve uma redução de 50, entre as 1.371 agências no Brasil, e de 10% do quadro de funcionários, quando o Bamerindus contava com 26,6 mil funcionários.

No final de 1996 o Bamerindus estimava ser necessário R\$ 1,5 bilhão para equilibrar seu balanço. Desse total, R\$ 930 milhões seriam utilizados para pagar a dívida do banco junto à Caixa Econômica Federal (CEF), que na ocasião emprestava diariamente recursos para o Bamerindus fechar seu caixa. De acordo com o relatório da Comissão de Inquérito do Banco Central, responsável pela intervenção no Bamerindus, os depósitos interfinanceiros cresceram,

em 1996, passando de R\$ 733 milhões em julho para R\$ 1,074 bilhão em setembro, o que sugere que o banco estaria recorrendo a linhas de financiamento junto ao Banco Central, Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal.

No período de 30 de junho e 30 de setembro de 1996, os depósitos a prazo do banco caíram de R\$ 4,9 bilhões para R\$ 3,3 bilhões. Além disso, outros R\$ 59,3 milhões em depósitos à vista migraram, no mesmo período, para outras instituições financeiras, sendo que mais de 75% foram para o Banco do Brasil. Tal recuo, que vinha ocorrendo desde o início do Plano Real, deve-se à situação de insegurança e falta de credibilidade na qual encontrava-se o sistema financeiro nacional, dada a crise do Econômico e os boatos de falta de liquidez do Nacional. Os saques no Bamerindus foram realizados, na grande maioria, por grandes clientes. Em novembro de 1996, o banco teve ainda rebaixada sua classificação de risco feita pela agência de análise norte-americana Moody's Investors Service, reduzindo a avaliação de D+ para E+. No acumulado dos nove primeiros meses de 96, a soma das operações de crédito do Bamerindus chegou a R\$ 6,6 bilhões, com nível de inadimplência de 5,9%. No acumulado do exercício de 1996 até setembro o banco obteve lucro de R\$ 91 milhões, resultado 11% abaixo do registrado no mesmo período do ano anterior.

A falta de credibilidade dos depositantes e do mercado financeiro no sistema bancário privado, antes da criação do Proer, podia ser observada na cotação das ações dos bancos (Vide Tabela 3.3 B).

Tabela 3.3 B – Cotação das ações dos principais bancos privados do Brasil no segundo semestre de 1995 – em R\$ mil

Ações	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Varição 12 meses em novembro de 1995	Varição em mensal em novembro de 1995
Bamerindus ON	3.067	4.222	3.138	4.948	4.428	-3,9%	-10,5%
BCN PN	564	1.417	1.875	1.390	1.047	-16,5%	-24,6%
Bradesco PN	54.823	56.514	46.030	47.882	22.180	10,4%	-53,67%
Itaú PN	20.787	37.487	24.992	21.614	13.912	11,8%	-35,0%
Real PN	873	317	381	625	202	-11,3%	-1,1%
Banorte ON	214	308	249	177	122	-26,9%	-67,8%
Unibanco ON	117	287	412	335	312	14,6%	-6,8%
Unibanco PN	6.114	8.417	2.353	5.803	4.960	33,5%	-14,5%
Nacional ON	179	710	272	346	153	15,6%	-55,78%
Nacional PN	8.948	27.205	15.283	21.489	5.964	-1,6%	-72,1%

Fonte: Máxima Corretora

Para enfrentar os boatos sobre dificuldades de liquidez, o Bamerindus procurou diminuir a imobilização de ativos, colocando à venda sua participação de 9,4% no capital da Companhia

Siderúrgica Nacional (CSN), as ações que tinha da Usiminas (cerca de R\$40 milhões) e os 25% do capital ordinário que detinha na Umuarama, holding do grupo Prosdócimo, que controlava com 59% a Refrigeração Paraná (Refripar). Além disso, as dificuldades de caixa do banco eram pressionadas pela dívida de R\$ 723 milhões da Inpacel, uma fábrica de papel e celulose da qual o banco detinha 12% do capital total.

A queda da inflação reduziu a receita inflacionária do Bamerindus, de janeiro a setembro de 1995, em R\$ 527,6 milhões. Essa fonte de ganhos representava 21,44% do total de receitas obtidas nas operações de intermediação financeira do banco. No auge da crise de confiança experimentada pelo sistema bancário brasileiro após implementação do Plano Real, entre o segundo semestre de 1995 e o primeiro semestre de 1996, a receita inflacionária do Bamerindus correspondia a 1,33% do total das receitas do banco.

O Bamerindus também registrou diminuição nas receitas obtidas com as operações de leasing, área de forte atuação do banco. A queda, de R\$ 52,3 milhões em 1994 para R\$ 17,7 milhões ao final de setembro de 1995, deve-se, principalmente às restrições impostas pelo governo para conter a demanda e o consumo. Enquanto em 1994 o lucro líquido equivalia a menos de 20% do ganho obtido com receita inflacionária, no terceiro trimestre de 95, o lucro líquido foi quase três vezes superior à receita inflacionária.

A perda da receita inflacionária foi compensada pelo aumento das operações de crédito. Até setembro de 1994, essas operações representavam receitas de R\$ 968,5 milhões. No mesmo período de 1995, atingiram quase R\$ 2 bilhões. Por outro lado, o volume de provisões de créditos de liquidação duvidosas aumentou seis vezes, chegando a R\$ 245,3 milhões ou 25% do patrimônio líquido do banco.

No final do exercício de 1995, o Bamerindus contava com lucro líquido de R\$ 102,4 milhões. Por trás desse resultado, porém, vale a pena ressaltar a venda de ativos do banco, no valor de cerca de R\$ 500 milhões e a entrada do HSBC como sócio do banco. Do total de operações de crédito em atraso junto ao setor privado, de R\$ 407,5 milhões, o Bamerindus fez provisão para créditos duvidosos de R\$ 119,1 milhões. Embora representando apenas cerca de um quarto do total de créditos em atraso e de a provisão estar abaixo da média do mercado, encontrava-se dentro das normas do Banco Central.

Dois anos antes da intervenção, o Banco Central começa a planejar a reestruturação do Bamerindus em três fases. Num primeiro momento, ficaria acordada a transferência para outras empresas do grupo créditos de difícil recebimento, no valor de R\$ 680 milhões. Em contrapartida, a seguradora do conglomerado, que era lucrativa, seria incorporada ao banco. A participação da holding na seguradora, repassada ao banco, representava 60,16% do capital

total da empresa e a R\$ 140 milhões de patrimônio líquido e ativos. Além disso, a seguradora receberia da holding a participação de 50,55% no capital votante da Inpacel que teve em 95 prejuízo de R\$ 44,7 milhões. A seguradora perderia ainda sua participação no banco para a holding, de 29,35% do capital votante.

Na segunda fase, a CEF compraria a carteira de crédito imobiliário do Bamerindus, avaliada em R\$ 2,3 bilhões. Por fim, a terceira fase previa a entrada de um novo sócio a ser incorporado ao banco e/ou a venda do controle acionário do banco. Esse acordo, entretanto, configura-se como um arranjo contábil, o qual visava melhorar o balanço patrimonial do Bamerindus (vide Tabela 3.3 C).

Tabela 3.3 C – Arranjo contábil: acordo com o Banco Central para a reestruturação do Banco Bamerindus (em R\$ milhões) - 1995
Projeção para o exercício de 1995.

	ANTES (1)	DEPOIS
Seguradora Bamerindus		
Patrimônio líquido	678	644,7
Lucro líquido	47,4	29
Banco Bamerindus		
Patrimônio líquido	1.400	1.787
Lucro líquido	102	694
Holding do grupo		
Patrimônio líquido	1.000	645
Lucro líquido	29,2	29,7

Fonte: Villas e Rodil Auditores e Consultores e Austin Asis

(1) Projeção feita sob a hipótese de o banco transferir para a holding sua carteira de crédito em atraso, que era de R\$ 575 milhões no final do exercício de 1995.

A estratégia do acordo centralizava-se na transferência para a holding da carteira de crédito em atraso do Banco Bamerindus, que era de R\$ 575 milhões no final do exercício de 1995. Por lei, o banco é obrigado a fazer provisão para esses créditos, o que significaria prejuízo. A holding, por sua vez, não apresentaria prejuízo, pois não precisa, pelas normas do Banco Central, fazer provisões para os créditos em atraso. Nos seis primeiros meses de 1996 o Bamerindus registrou lucro líquido de R\$ 20,4331 milhões, refletindo as medidas adotadas na primeira fase do acordo com o Banco Central. Foi apurada ainda rentabilidade anualizada de 3,01% (sem correção integral).

Tabela 3.3 D – Banco Bamerindus – resultados contábeis 1995 e 1996

Discriminação	Junho de 1996 (12 meses) R\$ milhões	Junho de 1995 (12 meses) R\$ milhões	Taxa de Variação 1995 / 1996 (%)
Depósitos Totais	7.137,8	9.019,4	-32,6
Depósitos à vista	362,1	627,6	-50,8
Depósitos de Poupança	2.842,7	2.772,7	12,6
Depósitos Interfinanceiros	1.962,1	701,7	138,3
Depósitos a prazo	1.970,9	4.917,4	-65,8
Captações no mercado aberto	5.393,6	246,5	1.764,4
Patrimônio Líquido Declarado	1.368,8	1.239,8	-5,9
Patrimônio Líquido Real	1.221,4	1.152,8	-9,7
Operações de Crédito	5.857,7	6.219,5	-19,8
Títulos e Valores Mobiliários	2.293,4	1.937,1	0,9
Ativo Total	18.398,8	16.292,4	-3,8
Créditos de Liquidações Duvidosas	145,2	105,6	17,2
Receitas de Atividades Financeiras	1.705,7	2.532,0	-44,7
Despesas de Atividades Financeiras	1.077,2	1.976,0	-55,3
Despesas Administrativas	837,8	720,9	-4,7
Lucro Operacional	44,0	36,2	-0,3
Lucro Líquido	20,4	62,7	-72,3
Indicadores	(%)	(%)	
Lucro Líquido / Patrimônio Líquido Declarado	1,5	5,1	
Patrimônio Líquido Declarado / Passivo Total	7,4	7,6	
Crédito Liquidação Duvidosa / Patrimônio Líquido Declarado	10,6	8,5	
Lucro Líquido / Depósitos Totais	0,3	0,7	
Lucro Líquido / Operações de Crédito	0,3	1,0	
Depósitos a Prazo / Depósitos Totais	27,6	54,5	
Operações de Crédito / Patrimônio Líquido Declarado	427,9	501,7	

Fonte: CVM e Centro de Informações da Gazeta Mercantil

O Bamerindus registrou, no terceiro trimestre de 1996, prejuízo de R\$ 54,2 milhões, consumindo o lucro de R\$ 20,4 milhões do primeiro semestre e acumulando resultado negativo de R\$ 33,8 milhões no balanço do acumulado dos nove meses primeiros meses de 1996 (segundo dados apurados junto ao Balanço Patrimonial divulgado pelo Banco Bamerindus à CVM e ao Banco Central). O banco fechou o exercício encerrado em junho de 1996 com lucro no acumulado de 12 meses de R\$ 20 milhões (vide Tabela 3.3 D), inferior em mais de 70% do lucro fechado no exercício de junho de (12 meses) 1995. O banco teve também prejuízo operacional no acumulado dos nove primeiros meses de 1996, no valor de R\$ 172,2 milhões. As medidas de reestruturação patrimonial adotadas em acordo com o BC não deram os resultados esperados. Os depósitos totais também recuaram, em mais de 30%: de R\$ 9,019 bilhões em junho de 1995 para para R\$ 7,137 bilhões em junho de 1996 (vide Tablea 3.3 D).

As dificuldades enfrentadas pelo Bamerindus são resultado de uma combinação de fatores que se agravaram a partir do Plano Real, com redução da receita inflacionária e aumento nas taxas de inadimplência em 1995. Agrega-se a isso o fato de a crise do Econômico e do Nacional ter aumentado o risco moral do sistema bancário brasileiro. Somado a isso, o

Bamerindus apresentou deficiências internas nas áreas de avaliação de risco e concessão de crédito.

Analisando os balanços de 1993 a 1995 observa-se crescimento de 10% nas despesas com pessoal e 20% nas despesas com administração. Isso em um momento caracterizado pelo fim da receita inflacionária, o qual exigia a busca de novas fontes de receitas e contenção nas despesas: Nesse mesmo período, a captação de depósitos de curto prazo recuava e o lucro diminuía em 34% (de acordo com dados contabilizados nos balanços patrimoniais divulgados pelo Bamerindus dos exercícios de dezembro de 1993 e dezembro de 1995).

Entre 1993 e 1995 a carteira de crédito cresceu de R\$ 3,8 bilhões para R\$ 5 bilhões, enquanto os depósitos totais caíram de R\$ 7,3 bilhões para R\$ 6,7 bilhões. Ao mesmo tempo, a inadimplência passou de R\$ 24 milhões para cerca de R\$ 60 milhões. Além disso, o banco estava fortemente concentrado em duas áreas: crédito imobiliário e agrícola, sendo esses dois setores bastante afetados pelas restrições ao crédito. No caso do Banco Bamerindus, os provisionamentos para créditos duvidosos eram os mínimos necessários ao cumprimento das normas do Banco Central.

No primeiro semestre de 1996 o passivo circulante do banco estava bem maior do que o ativo circulante, o que indicava problema de liquidez. O banco concentrava ainda boa parte do ativo em investimentos (o que inclui participação em empresas coligadas e controladas) e em imobilizado. A deficiência de liquidez do Bamerindus era, na ocasião, estimada em cerca de R\$ 3 bilhões, exatamente a diferença entre o passivo (R\$ 15,8 bilhões) e o ativo (12,8 bilhões).

No meu entender, o principal determinante da insolvência do Bamerindus centrava-se na questão da liquidez. Tais dificuldades de liquidez do Bamerindus tiveram origem a partir da baixa rentabilidade de uma de suas empresas associadas: a Inpacel. A conjuntura macroeconômica de elevadas taxas de juros e problemas de liquidez no mercado financeiro, somados aos boatos e à queda da credibilidade, ao fim da receita inflacionária, à inflexibilidade de baixa nos custos e à má avaliação no risco crédito, agravaram a capacidade de solvência do Bamerindus.

Nos três primeiros meses de 1997 a situação do Bamerindus era de uma dívida de R\$ 1,2 bilhão junto ao Banco Central, devido a recorrer diariamente ao redesconto, além de uma dívida de R\$ 1,5 bilhão para com a CEF, em empréstimos no interbancário. O patrimônio do banco estava em R\$ 1,3 bilhão. A diferença entre o ativo e o passivo do banco era de cerca de R\$ 6 bilhões no final do exercício de 1996, enquanto a necessidade de caixa do banco era de aproximadamente R\$ 3 bilhões. O banco encerrou 1996 com prejuízo de R\$ 246 milhões, contra um lucro de R\$ 104 milhões no ano anterior. Enquanto a média do sistema financeiro era

de uma inadimplência de 4,7% sobre o total de créditos concedidos, a do Bamerindus saltou de 1,5% em 1994 para 8,6% em 1995, chegando a 10,5% em 1996. O comprometimento do patrimônio, que era de 8,4% em 1994, chegou a 54% em 1996.

Em 26 de março de 1997 o Banco Central decreta a intervenção do Bamerindus, sob o Raet, e anuncia conjuntamente a venda do banco, a corretora de câmbio e valores mobiliários, a distribuidora, a empresa de leasing e a seguradora, além da Fundação Bamerindus de Assistência Social, a Bamerindus Participações e Empreendimentos (holding) e Bastec Tecnologia e Serviços. O comprador foi o banco inglês HSBC, que já detinha 6,14% das ações ordinárias do banco. O novo banco recebeu o nome de HSBC-Bamerindus. A transferência do controle acionário do banco brasileiro para o HSBC foi viabilizada com aporte de R\$ 5,7 bilhões de recursos do Proer e de R\$ 1 bilhão de capitalização imediata por parte do HSBC. Os recursos provenientes do Proer foram destinados ao processo de transferência da carteira imobiliária do Bamerindus para a CEF, avaliada em R\$ 2,5 bilhões.

O banco inglês pagou ágio de R\$ 400 milhões para comprar o banco brasileiro, sendo que a parte não negociada, considerada a “parte podre do banco”, foi assumida pelo BC, com passivos e ativos no valor de R\$ 5 bilhões. Ou seja, o BC ficou com parte do banco, a Inpacel, todas as participações de empresas não-financeiras (fazendas do grupo), os créditos da Superintendência Nacional da Marinha Mercante (Sunaman) e da Siderbrás, dívidas de securitização e a carteira de créditos em liquidação (de R\$ 113,5 bilhões segundo balanço de dezembro de 1996).

Com base nos dados apurados acima, é possível afirmar, no meu entender, que os problemas de liquidez do Bamerindus devem-se, principalmente a determinantes relacionados à volatilidade macroeconômica, associados a uma administração que não conseguiu se antecipar aos efeitos provocados pela redução do ganho inflacionário e às pressões da inadimplência. Os determinantes da quebra do Bamerindus dizem respeito também à concentração da sua carteira de clientes e a aspectos microeconômicos associados aos empréstimos com deficiente análise de risco para empresas coligadas, porém, com menor proporção.

3.4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos três casos analisados neste terceiro capítulo é possível afirmar que a quebra dos grandes bancos varejistas privados após o Plano Real tem como determinante comum a volatilidade macroeconômica e a má qualidade dos seus ativos. A questão do fim do

receita inflacionária, porém, pode ser observada, nos casos do Econômico e do Nacional como um determinante coadjuvante. Isso, devido, principalmete à elevada capacidade de adaptação que normalmente, e acredito ser este o caso do Econômico e do Nacional, a mudanças na conjuntura macroeconômica.

No que diz respeito ao Banco Econômico, sua crise tem como especificidade a elevada rede de conexões com as empresas coligadas e o envolvimento político de seus dirigentes, os quais interferiam diretamente na tomada de decisões da instituição. Outro destaque, acerca da quebra do Econômico, deve-se à sua grande dimensão no mercado e à sua extensa rede de informações no segmento bancário privado, fatores que possuem correlação direta, em "efeito dominó", com a crise bancária e de confiança no sistema após o Plano Real.

Deve-se destacar ainda que, tanto no caso do Econômico quanto do Nacional, a falta de transparência na divulgação de informações, no que diz respeito à constante recorrência às linhas de crédito no interbancário e quanto às falhas contábeis, também podem ser destacados como determinantes da crise de confiança, um dos elementos que caracterizam a crise bancária brasileira na segunda metade da década de 90. Sobre a quebra do Banco Nacional, destacam-se as fraudes como principais determinantes da sua crise. É claro que a volatilidade macroeconômica e o envolvimento político não podem ser desconsiderados.

Para o Bamerindus, sua singularidade deve-se à falta de agilidade na adaptação ao novo cenário macroeconômico. O Bamerindus não conseguiu adequar sua deficiente avaliação do risco dos ativos à rápida expansão do crédito e problemas de liquidez. Além disso, o banco já sinalizava, há algum tempo, sobre a necessidade de haver injeções de capital, devido a problemas de liquidez anteriores ao Plano Real.

4 – CONCLUSÃO

Como queria demonstrar, o Brasil vivenciou uma crise bancária após a implementação do Plano Real, determinada, majoritariamente, pela volatilidade macroeconômica, os problemas de liquidez, a má qualidade dos ativos e o envolvimento político. Em outras palavras, a crise bancária teve como determinantes fatores de ordem macroeconômica e microeconômica. Comprovou-se, também, que receita inflacionária não pode ser tida como único determinante da crise bancária brasileira. Foi também demonstrado que apesar de a crise bancária do setor privado no Brasil não ter sido caracterizada por queima de capital, devido basicamente à ação do Banco Central na gestão dessa crise, outros indicadores caracterizam o período após o Plano Real como crise do setor bancário privado.

Além disso, conclui-se que a quebra dos grandes bancos varejistas privados configura uma crise sistêmica ocorrida no Brasil entre 1994 e 1998, devido, basicamente, à sua importância e dimensão no sistema e à rede de informações que estão conectados. No início de 1995, era muito claro que o sistema bancário privado varejista brasileiro sinalizava com a possibilidade de uma crise sistêmica. A crise bancária para o segmento de bancos privados varejistas no Brasil após implementação do Plano Real foi gerida com sucesso graças a três fatores fundamentais: os programas de socorro aos bancos em dificuldades (o Proer); uma maior preocupação, por parte da autoridade fiscalizadora do sistema bancário, de aumentar a eficiência regulatória e dar maior transparência às atividades bancárias (adequação do sistema bancário às regras da Basileia), e à entrada do capital estrangeiro.

É importante destacar que o papel do capital nacional não foi insignificante, uma vez que parte do grupo que adquiriu o Boavista é nacional, e o Unibanco, que adquiriu alguns ativos e passivos do Banco Nacional, possui também controle nacional. O papel do capital nacional na reestruturação do sistema bancário brasileiro é mais visível no caso dos bancos estatais privatizados: Meridional, Banerj, Bemge e Credireal, de Minas Gerais, Baneb, da Bahia, e Bandepe, Pernambuco. Apenas este último foi adquirido por instituição estrangeira. Nem sempre era possível dirigir o interesse estrangeiro apenas para instituições com problemas.

Essa maior entrada de capital bancário internacional no Brasil, ocorrida durante os anos posteriores ao Plano Real, foi uma decorrência direta de uma opção política e do quadro internacional. Por meio do capital estrangeiro algumas operações no âmbito do Proer puderam ser concluídas, e algumas aquisições sem recursos do Proer lograram evitar liquidações.

Apesar de considerar adequado, no caso da gestão da crise bancária brasileira, após a implementação do Plano Real, o comportamento do Banco Central, isso não significa, porém,

que a reestruturação bancária tenha sido exemplarmente equacionada pela autoridade monetária. A crítica se dirige à atuação do Banco Central, no que diz respeito à supervisão e fiscalização ao longo da última década e meia, e não apenas durante o governo FHC.

No meu ponto de vista, a avaliação das dimensões da **crise bancária** brasileira foi tardia. Nacional, Econômico e Bamerindus eram “bombas-relógios”, à iminência de uma crise, comentadas no mercado havia anos. A atuação do prestador de última instância foi reativa, e não pró-ativa e/ou preventiva. A questão do tempo, e da prorrogação de uma atitude foi levada ao limite, tomando proporções maiores do que, suspeito, imaginava a autoridade monetária.

É inquestionável que já era sabido, por parte dos banqueiros e do governo, que o setor sofreria com o plano de estabilização e que sofreria mais ainda com as medidas de restrição creditícia tomadas no início de 1995, devido à crise cambial mexicana. Surgiu o caso do Econômico, seguido do Nacional. O governo viu logo que estava inserido em uma **crise bancária**. Criou-se o Proer, o programa que gastou R\$ 20 bilhões para que a crise não tomasse proporções ainda maiores e abriram-se as portas ao capital estrangeiro.

Quando foi instituído o Proer houve uma grande discussão sobre sua necessidade e seus eventuais custos. De um lado, alguns economistas criticaram-no porque quebraria a disciplina que o mercado imporia. Do outro lado ficaram os que acreditavam que a falta de socorro aos bancos em situação complicada poderia levar a uma crise sistêmica, da qual aquele banco pode ser apenas a primeira vítima.

Desde os anos 30, a maioria dos bancos centrais se utilizou de políticas econômicas e do papel de *lender of last resort* para administrar **crises bancárias**, porque os custos sociais em termos de perda de produto e emprego podem ser imensos. Foi por esse ângulo, no meu entender, que o governo brasileiro instituiu o seguro dos depósitos bancários, o qual visa evitar o pânico pela falta de credibilidade no sistema, e avançou em outras frentes quanto à regulamentação financeira.

O problema no Brasil é que, dado o histórico de impunidade, de fiscalização falha por parte da autoridade monetária e de publicação de balanços e demonstrações financeiras com pouca transparência, a sociedade duvida do acerto das intervenções saneadoras por parte do Banco Central. Como acreditar no diagnóstico de existência de risco sistêmico, como nos casos do Nacional e Econômico, se as autoridades admitiram que tinham um conhecimento falho dos montantes envolvidos? E como acreditar na lisura dos processos de intervenção se elas declararam que sabiam com grande antecedência das diversas irregularidades cometidas por tais instituições?

Portanto, não é à toa que a crise do sistema bancário brasileiro revela aspectos da crise do Banco Central do Brasil. A internacionalização e a desregulamentação da indústria bancária requerem coerência de procedimentos, fiscalização preventiva eficiente, transparência de balanços, punição exemplar dos culpados (com multas e ressarcimento dos prejudicados) e utilização de políticas provadas adequadas interna e externamente. Tudo isso requer alterações na legislação e vontade política.

Nesse contexto, os bancos do setor varejista privado devem continuar a busca da melhoria na eficiência, respondendo ao acirramento da concorrência no mercado financeiro nacional. O quadro macroeconômico e a dinâmica setorial pressionam as margens de ganhos das instituições e forçam ganhos de escala. Por isso, acredito, que o processo de reestruturação ainda está em curso.

Em particular, é preciso garantir continuidade administrativa ao órgão regulador, sujeita obviamente a uma política financeira. Levanta-se, então, a questão acerca do poder limitado da política monetária para resolver problemas associados à estabilização monetária e ao ciclo de crédito. Tais questões necessitam não somente de instrumentos de política monetária, como de um conjunto de medidas com vistas a alocar o crédito e a adequar as práticas bancárias. Deve-se ainda considerar a importância de um *lender of last resort*.

ANEXO

1 - INTERVENÇÕES DO BANCO CENTRAL DO BRASIL NO SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO DESDE 1946

Data de decretação	Tipo de regime especial	Nome	Data do encerramento
15/02/46	Intervenção	Banco Mercantil S.A.	15/10/46
30/04/46	Intervenção	Banco Ipanema S.A.	11/07/47
02/05/46	Intervenção	Casa Bancária R. I. Moreira S.A.	24/04/52
07/08/46	Liquidação Extrajudicial	Banco Central do Comercio S.A.	13/12/47
21/02/47	Liquidação Extrajudicial	Casa Bancária Cavalcanti Comand. P/ Ações	28/07/47
30/06/47	Intervenção	Banco Nacional da Cidade de São Paulo S.A.	19/12/49
06/08/47	Liquidação Extrajudicial	Banco Metropolitano do Brasil S.A.	31/03/48
05/02/48	Liquidação Extrajudicial	Banco Nacional Com. do Rio de Janeiro S.A.	30/01/51
10/08/48	Liquidação Extrajudicial	Banco Comercio e Ind. Rio de Janeiro S.A.	08/01/51
03/12/48	Liquidação Extrajudicial	Banco Brasileiro do Comércio S.A.	27/01/55
13/01/49	Liquidação Extrajudicial	Crédito Central do D.F. Casa Bancária	16/08/49
09/02/49	Liquidação Extrajudicial	Siqueira Cavanti & Cia Casa Bancária	06/12/49
07/07/49	Liquidação Extrajudicial	Banco Progresso do Brasil S.A.	07/07/49
04/02/53	Liquidação Extrajudicial	Banco da Barra do Pirai S.A.	15/12/54
09/02/53	Intervenção	Banco Popular de Minas Gerais S.A.	12/03/54
12/05/53	Intervenção	Banco Continental de São Paulo S.A.	29/04/66
04/07/53	Intervenção	Banco União Mercantil S.A.	13/05/64
09/07/53	Intervenção	Banco Mercantil de Minas Gerais S.A.	29/04/60
09/07/53	Intervenção	Banco Financial do Comércio Limitado	31/10/56
12/08/53	Intervenção	Banco Brasileiro de Crédito S.A.	10/12/60
14/08/53	Intervenção	Banco Comercial S.A.	07/03/61
14/08/53	Intervenção	Casa Bancária Pereira Lima Ltda.	12/08/53
20/08/53	Intervenção	Banco dos Estados S.A.	22/02/57
21/08/53	Intervenção	Banco Central Brasileiro S.A.	04/09/63
03/10/53	Intervenção	Banco Comercial da Cap. da República S.A.	10/01/56
03/10/53	Intervenção	Banco Crédito Mútuo de Minas Gerais S.A.	23/09/58
19/05/54	Intervenção	Banco União Comercial S.A.	15/07/60
05/11/54	Liquidação Extrajudicial	Casa Bancária Pinheiro S.A.	26/03/57
12/11/54	Liquidação Extrajudicial	Banco Central do Pernambuco S.A.	26/02/60
01/12/54	Liquidação Extrajudicial	Banco Imobiliário Brasileiro S.A.	04/05/59
02/12/54	Liquidação Extrajudicial	Banco Nacional Interamericano S.A.	27/03/58
14/02/55	Liquidação Extrajudicial	Banco Mercantil do Espírito Santo	25/02/59

Data de decretação	Tipo de regime especial	Nome	Data do encerramento
		S.A.	
25/03/55	Intervenção	Banco Comercial de Descontos S.A.	27/03/57
20/04/55	Liquidação Extrajudicial	Banco Financial da Produção S.A.	30/11/63
23/04/55	Intervenção	Banco Hipotecário Gramacho S.A.	01/06/59
09/05/55	Liquidação Extrajudicial	Banco do Distrito Federal S.A.	22/11/60
10/05/55	Liquidação Extrajudicial	Banco Crédito Geral S.A.	15/09/61
20/05/55	Liquidação Extrajudicial	Banco Brasileiro Unido S.A.	28/08/57
04/07/55	Intervenção	Banco Industrial Brasileiro S.A.	13/08/57
03/08/55	Liquidação Extrajudicial	Banco União do Brasil S.A.	24/02/58
23/11/55	Intervenção	Banco Mercantil da Metrópole S.A.	04/06/58
18/12/56	Liquidação Extrajudicial	Banco Crédito Manillo Gobbi S.A.	05/03/59
24/06/58	Liquidação Extrajudicial	Banco Comércio de São Paulo S.A.	24/08/58
12/09/58	Liquidação Extrajudicial	Casa Bancária Paulicea S.A.	01/12/59
16/09/58	Liquidação Extrajudicial	Banco Geral do Crédito Comercial S.A.	10/07/59
18/09/58	Liquidação Extrajudicial	Banco Crédito Comercial de São Paulo S.A.	03/09/59
18/09/58	Liquidação Extrajudicial	Banco São Bernardo S.A.	25/08/59
09/10/58	Liquidação Extrajudicial	Banco Paulista S.A. (1a.Fase-Suspensa)	27/11/62
17/10/58	Liquidação Extrajudicial	Banco Paulista da Produção S.A.	05/09/59
23/10/58	Liquidação Extrajudicial	Banco Latino Americano S.A.	26/11/59
27/10/58	Liquidação Extrajudicial	Casa Bancária Centenário S.A.	27/07/59
31/10/58	Liquidação Extrajudicial	Banco Popular do Brasil S.A.	18/03/59
11/01/60	Liquidação Extrajudicial	Banco Financial do Brasil S.A.	19/12/60
09/10/61	Liquidação Extrajudicial	Banco Cidade de Salvador S.A.	13/06/62
29/11/65	Intervenção	Banco Comercial Estado Guanabara S.A.	04/06/71
16/12/65	Liquidação Extrajudicial	Banco Pan Americano S.A.	02/10/67
17/02/66	Liquidação Extrajudicial	Banco Autocastro S.A.	07/02/68
17/06/66	Liquidação Extrajudicial	Banco Prolar S.A.	31/05/67
14/07/66	Liquidação Extrajudicial	Banco Comercial Brasileiro S.A.	29/03/68
10/11/66	Liquidação Extrajudicial	Banco Agropastoril de Minas Gerais S.A.	06/09/79
19/12/66	Liquidação Extrajudicial	Banco Paulista S.A. (2a.Fase-Anul.Concor)	31/03/70
11/03/69	Liquidação Extrajudicial	Banco Prolar S.A. (2a. Vez)	16/04/69
29/08/69	Liquidação Extrajudicial	Banco Comando S.A. (Ex-Cívia)	12/01/71
06/10/70	Liquidação Extrajudicial	Banco Faro S.A.	24/06/80
16/04/74	Intervenção	Banco Halles de Investimentos S.A.	05/07/74
16/04/74	Intervenção	Banco Halles S.A.	05/07/74
24/02/75	Intervenção	Banco Crecif de Investimentos S.A.	26/09/80
24/02/75	Intervenção	Banco Economia de São Paulo S.A.	25/04/80
25/03/75	Intervenção	Banco Ipiranga de Investimentos S.A.	30/08/88
25/03/75	Intervenção	Banco Comercial Ipiranga S.A.	31/03/75
22/04/76	Liquidação Extrajudicial	Financilar Banco de Investimento S.A.	20/10/89
25/01/77	Intervenção	Banco Nacional Brasileiro de	26/01/96

Data de decretação	Tipo de regime especial	Nome	Data do encerramento
		Investimentos S.A.	
25/01/77	Intervenção	Banco Nacional Brasileiro S.A.	26/01/96
19/04/77	Liquidação Extrajudicial	Banco Spi S.A.	23/04/80
11/05/77	Intervenção	Banco Independência Decred. Invests. S.A.	29/12/86
21/11/80	Intervenção	Banco Regional S.A.	25/10/95
27/06/83	Intervenção	Banco Credito Comercial S.A.	-
08/02/85	Intervenção	Banco Investimento Sul Brasileiro S.A.	04/02/86
08/02/85	Intervenção	Banco Sul Brasileiro S.A.	13/11/85
11/02/85	Intervenção	Banco Habitasul S.A.	31/01/86
19/03/85	Liquidação Extrajudicial	Brasilinvest S.A. Banco de Investimento	22/02/90
19/11/85	Liquidação Extrajudicial	Banco Comercio e Ind. de São Paulo	14/06/88
19/11/85	Liquidação Extrajudicial	Banco Auxiliar S.A.	13/04/89
19/11/85	Liquidação Extrajudicial	Banco Auxiliar de Investimento S.A.	13/04/89
19/11/85	Liquidação Extrajudicial	Banco Maisonnave de Investimentos S.A.	02/12/87
19/11/85	Liquidação Extrajudicial	Banco Maisonnave S.A.	02/12/87
19/11/85	Liquidação Extrajudicial	Comind Banco de Investimento S.A.	16/05/88
26/02/87	Administração Especial Temporária	Banco Desenvolvimento e. Rio Janeiro S.A.	28/06/89
26/02/87	Administração Especial Temporária	Banco do Estado do Mato Grosso S.A. Bernat	27/02/89
26/02/87	Administração Especial Temporária	Banco do Estado do Maranhão S.A.	22/09/88
26/02/87	Administração Especial Temporária	Banco do Estado do Ceará S.A.	30/12/88
26/02/87	Administração Especial Temporária	Banco Desenvolvimento do Ceará S.A.	30/12/88
26/02/87	Administração Especial Temporária	Banco do Estado de Santa Catarina S.A.	27/02/89
26/02/87	Administração Especial Temporária	Banco Desenvolvimento e. Maranhão S.A.	28/11/88
26/02/87	Administração Especial Temporária	Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A.	27/02/89
26/02/87	Administração Especial Temporária	Banerj Banco de Investimentos S.A.	27/02/89
26/02/87	Administração Especial Temporária	Banco Desenvolvimento e. Sta. Catarina S.A.	27/02/89
18/03/87	Administração Especial Temporária	Banco do Estado da Bahia S.A. Baneb	17/03/89
15/05/87	Administração Especial Temporária	Caixa Econômica do Estado Minas Gerais	15/05/89
15/05/87	Administração Especial Temporária	Banco Crédito Real de Minas Gerais Sa	15/05/89
29/05/87	Administração Especial Temporária	Banco do Estado do Pará S.A. Banpara	29/05/89
29/07/88	Liquidação Extrajudicial	Agrobanco Banco Comercial S.A.	22/02/90
16/11/88	Liquidação Extrajudicial	Banco do Estado de Alagoas S.A.	05/09/89

Data de decretação	Tipo de regime especial	Nome	Data do encerramento
07/03/89	Liquidação Extrajudicial	Banco Regional de Desenvolv. Extremo Sul	14/03/90
07/06/89	Administração Especial Temporária	Banco do Estado do Acre S.A.	31/07/90
07/06/89	Administração Especial Temporária	Banco do Estado do Piauí S.A.	10/10/90
05/09/89	Administração Especial Temporária	Banco do Estado de Alagoas S.A.	04/09/91
14/03/90	Administração Especial Temporária	Banco Regional de Desenvolv. Extremo Sul	31/01/92
14/09/90	Liquidação Extrajudicial	Banco Sibisa S.A. Coml. Inv. Cred. Cons. e Ci	27/03/92
20/09/90	Liquidação Extrajudicial	Banco do Estado do Rio Grande do Norte S.A.	20/01/00
20/09/90	Liquidação Extrajudicial	Caixa Econômica do Estado Goiás - Caixa	21/10/97
20/09/90	Liquidação Extrajudicial	Paraiban Banco do Estado da Paraíba S.A.	18/03/94
13/11/90	Liquidação Extrajudicial	Banco Columbia S.A.	15/05/96
13/11/90	Liquidação Extrajudicial	Banco Columbia de Investimento S.A.	25/04/97
21/01/91	Liquidação Extrajudicial	Banco Grande Rio S.A.	19/09/96
05/02/91	Liquidação Extrajudicial	Banco Desenvolvimento do Paraná S.A. Baderp	08/08/94
15/03/91	Liquidação Extrajudicial	Caixa Econômica do Estado Minas Gerais	24/08/98
09/04/91	Liquidação Extrajudicial	Banco do Estado do Piauí S.A.	27/01/94
27/09/91	Administração Especial Temporária	Banco do Estado de Pernambuco S.A.	17/03/92
20/07/94	Liquidação Extrajudicial	Banco Garavelo S.A.	27/12/96
28/07/94	Liquidação Extrajudicial	Banco Hércules S.A.	-
16/09/94	Liquidação Extrajudicial	Brasbanco S.A. Banco Comercial	23/01/96
14/11/94	Liquidação Extrajudicial	Banco Adolpho Oliveira & Associados S.A.	09/07/96
18/11/94	Liquidação Extrajudicial	Banco Seller S.A.	20/11/96
21/11/94	Liquidação Extrajudicial	Banco Atlantis S.A.	18/09/97
22/11/94	Liquidação Extrajudicial	Banco Bancorp S.A.	23/01/97
30/12/94	Administração Especial Temporária	Banco do Estado de São Paulo S.A.	26/12/97
30/12/94	Administração Especial Temporária	Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A.	-
30/12/94	Liquidação Extrajudicial	Banco Desenvolvimento Rio Grande do Norte S.A.	20/01/00
23/01/95	Administração Especial Temporária	Banco do Estado de Alagoas S.A.	-
23/01/95	Liquidação Extrajudicial	Banco Open S.A.	-
02/02/95	Administração Especial Temporária	Banco do Estado do Mato Grosso S.A. Bemmat	02/06/99
13/02/95	Liquidação Extrajudicial	Banco Comercial Bancesa S.A.	-
20/02/95	Administração Especial Temporária	Banco do Estado de Rondônia S.A. - Beron	14/08/98

Data de decretação	Tipo de regime especial	Nome	Data do encerramento
01/03/95	Liquidação Extrajudicial	Banco São Jorge S.A.	-
03/03/95	Liquidação Extrajudicial	Banco Rosa S.A.	27/08/97
12/04/95	Liquidação Extrajudicial	Banco Agrimisa S.A.	-
07/06/95	Administração Especial Temporária	Banco Banerj S.A. (Ex-Banerj Dtvn S.A.)	14/07/97
11/08/95	Intervenção	Banco Mercantil S.A.	-
11/08/95	Intervenção	Banco Econômico S.A.	-
11/08/95	Intervenção	Banco Comercial de São Paulo S.A.	20/01/97
25/08/95	Liquidação Extrajudicial	Big S.A. - Banco Irmãos Guimarães	-
18/11/95	Administração Especial Temporária	Banco Nacional S.A.	-
18/11/95	Administração Especial Temporária	Banco Nacional de Investimentos S.A.	-
04/12/95	Liquidação Extrajudicial	Bfc Banco S.A.	28/07/99
05/12/95	Liquidação Extrajudicial	Banco Investcorp S.A.	03/09/98
05/12/95	Liquidação Extrajudicial	Banco GNPP S.A.	-
21/03/96	Liquidação Extrajudicial	Banco Dracma S.A.	03/06/98
17/04/96	Liquidação Extrajudicial	Bfi - Banco de Financiamento Internacional	15/07/97
24/05/96	Intervenção	Banco Banorte S.A.	-
20/06/96	Liquidação Extrajudicial	Banco Universal S.A.	08/07/98
30/12/96	Liquidação Extrajudicial	Banco Interunion S.A.	-
21/02/97	Liquidação Extrajudicial	Banco Vetor S.A.	15/07/98
21/02/97	Liquidação Extrajudicial	Banco do Progresso S.A.	18/11/99
21/02/97	Liquidação Extrajudicial	Banco Sheck S.A.	28/11/97
26/03/97	Intervenção	Banco Bamerindus do Brasil S.A.	-
15/05/97	Liquidação Extrajudicial	Banco Vega S.A.	-
15/05/97	Liquidação Extrajudicial	Banfort - Banco Fortaleza S.A.	-
15/05/97	Liquidação Extrajudicial	Banco Empresarial S.A.	-
11/08/97	Liquidação Extrajudicial	Banco Porto Seguro S.A.	-
11/08/97	Liquidação Extrajudicial	Banco Interfinance S.A.	28/11/97
03/09/97	Liquidação Extrajudicial	Banco do Estado do Amapá S.A.	28/07/99
16/02/98	Liquidação Extrajudicial	Banco Aplicap S.A.	-
16/02/98	Liquidação Extrajudicial	Milbanco S.A.	-
15/05/98	Liquidação Extrajudicial	Banco BMD S.A.	-
15/05/98	Liquidação Extrajudicial	Banco Brasileiro Comercial S.A.	-
30/10/98	Intervenção	Banco Martinelli S.A.	-
30/10/98	Intervenção	Banco Pontual S.A.	-
23/03/99	Liquidação Extrajudicial	Banco Crefisul S.A.	-
13/04/00	Liquidação Extrajudicial	Banco Lavra S.A.	-

Fonte: Banco Central do Brasil

2 – CLASSIFICAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS POR PORTE⁵⁵

Ranking por ativo total - dezembro de 1995

	Nome da Instituição Financeira	Saldo em Mil R\$	Participação individual	Participação acumulada	porte
1	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	80.413.061	16,486%	16,486%	GP
2	BCO DO BRASIL S.A.	68.174.829	13,977%	30,464%	GP
3	BCO EST SÃO PAULO S.A. BANESPA	47.480.380	9,735%	40,198%	GP
4	BCO BRADESCO S.A.	28.847.096	5,914%	46,113%	GP
5	UNIBANCO-UNIAO BCOS BRAS S.A.	21.111.424	4,328%	50,441%	GP
6	BCO ITAU S.A.	19.616.485	4,022%	54,463%	GP
7	BCO SAMERINDUS-EM LIQ EXTRAJ	13.635.179	2,795%	57,258%	GP
8	BCO DO EST. DO RS S.A.	12.182.474	2,498%	59,756%	GP
9	BCO CREDITO NACIONAL S.A.	9.001.161	1,845%	61,602%	GP
10	NOSSA CAIXA-NOSSO BCO S.A.	8.730.695	1,790%	63,392%	GP
11	BCO APLICAP S.A-EM LIQ EXTRAJ	3.263.485	1,594%	65,099%	GP
12	BCO CREDITO REAL MG S.A.	6.623.317	1,358%	66,444%	GP
13	BCO ESTADO RJ S.A-EM LIQ EXT	6.200.546	1,271%	67,715%	GP
14	BCO REAL S.A.	5.931.567	1,216%	68,931%	GP
15	BCO SAFRA S.A.	5.773.603	1,184%	70,115%	MP
16	BCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	5.571.754	1,142%	71,257%	MP
17	BCO ECONOMICO-EM LIQ EXTRAJUD	5.458.755	1,113%	72,376%	MP
18	BCO CCF BRASIL S.A.	5.163.132	1,059%	73,435%	MP
19	BCO SUDAMERIS BRASIL S.A.	4.677.239	0,959%	74,394%	MP
20	BCO DO EST. DO PR S.A.	4.612.716	0,946%	75,340%	MP
21	BCO BBA-CREDITANSTALT S.A.	4.345.039	0,891%	76,230%	MP
22	BCO BANDEIRANTES S.A.	3.700.553	0,759%	76,989%	MP
23	BCO AMERICA DO SUL S.A.	3.622.762	0,743%	77,732%	MP
24	BCO MERCANTIL DE SAO PAULO S.A	3.609.475	0,740%	78,472%	MP
25	CITIBANK N.A.	3.491.406	0,716%	79,188%	MP
26	BCO SANTANDER NOROESTE S.A.	3.134.085	0,643%	79,830%	MP
27	BCO BOZANO, SIMONSEN S.A.	3.000.528	0,615%	80,445%	MP
28	LLOYDS TSB BANK PLC	2.925.866	0,600%	81,045%	MP
29	BCO BOAVISTA INTERATLANTICO	2.914.849	0,598%	81,643%	MP
30	BCO NACIONAL-EM LIQ EXTRAJUD	2.367.903	0,588%	82,231%	MP
31	BCO FRANCES E BRASILEIRO S.A.	2.833.727	0,581%	82,812%	MP
32	BCO ABN AMRO REAL S.A.	2.763.050	0,566%	83,378%	MP

⁵⁵ De acordo com a classificação das instituições por porte, pelo Banco Central do Brasil (BCB). A classificação das instituições por porte é feita com base no ativo total ajustado apresentado pelos bancos comerciais, bancos múltiplos que operam com carteira comercial e caixa econômica. Relaciona-se a participação relativa do ativo total ajustado de cada instituição com a soma dos ativos totais ajustados de todas as instituições consideradas. As instituições cujo percentual de participação individual é superior a 15% são consideradas de grande porte. Do restante das instituições, aquelas que compõem a faixa de 0 a 70%, inclusive, do montante de participação acumulada, também são consideradas de grande porte. As instituições que compõem a faixa acima de 70% até 95%, são consideradas de médio porte. As que compõem a faixa acima de 95% até 99%, são consideradas de pequeno porte. As demais instituições, que compõem a faixa acima de 99% até 100%, são consideradas de micro porte. Dado que o ativo Total Ajustado é igual ao Ativo Total menos a Conta de Compensação - Contas 3.9.9.99.99-3 e 3.0.0.00.00-1 do documento 4016 do COSIF.

	Nome da Instituição Financeira	Saldos em Mil R\$	Participação individual	Participação acumulada	porte
33	BCO BEMGE S.A.	2.691.241	0,552%	83,930%	MP
34	BCO NORCHEM S.A.	2.375.296	0,487%	84,417%	MP
35	BANCO SANTANDER MERIDIONAL S/A	2.154.080	0,462%	84,879%	MP
36	BANKBOSTON, N.A.	2.135.118	0,458%	85,337%	MP
37	BANKBOSTON BCO MULTIPLO S.A.	2.143.980	0,440%	85,777%	MP
38	BCO PACTUAL S.A.	2.117.810	0,434%	86,211%	MP
39	BCO CIDADE S.A.	2.011.525	0,412%	86,624%	MP
40	BCO PONTUAL S.A. EM L.I.O. EXTRAJUD.	1.928.019	0,393%	87,019%	MP
41	BCO VOTORANTIM S.A.	1.863.104	0,382%	87,401%	MP
42	BCO BANORTE S/A EM L.I.O. EXTRAJUD.	1.839.588	0,377%	87,778%	MP
43	BCO ICATU S.A.	1.671.542	0,343%	88,121%	MP
44	BCO BANEF S.A.	1.623.942	0,333%	88,454%	MP
45	BCO DO EST. DE SC S.A.	1.591.900	0,326%	88,780%	MP
46	BCO BMC S.A.	1.533.649	0,314%	89,095%	MP
47	BCO MULTIPLIC S.A.	1.495.933	0,307%	89,401%	MP
48	BCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.	1.458.356	0,299%	89,700%	MP
49	BCO CHASE MANHATTAN S.A.	1.427.646	0,293%	89,993%	MP
50	BCO ITAMARATI S.A.	1.395.762	0,286%	90,279%	MP
51	BCO SOGERAL S.A.	1.280.547	0,263%	90,542%	MP
52	BANCO MULTI STOCK S.A.	1.267.449	0,260%	90,801%	MP
53	BBV ARGENTARIA BRASIL S.A.	1.263.299	0,259%	91,060%	MP
54	BCO FIAT S.A.	1.263.044	0,259%	91,319%	MP
55	BCO CREDIBANCO S.A.	1.211.019	0,248%	91,568%	MP
56	MORGAN GUARANTY TRUST CO N Y	1.199.227	0,246%	91,814%	MP
57	BRB - BCO DE BRASILIA S.A.	1.194.404	0,245%	92,058%	MP
58	BCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.	1.163.752	0,239%	92,297%	MP
59	DEUTSCHE BANK S.A.BCO ALEMAO	1.060.775	0,217%	92,515%	MP
60	BCO FIBRA S.A.	1.055.817	0,216%	92,731%	MP
61	BCO DA AMAZONIA S.A.	1.014.199	0,208%	92,939%	MP
62	BCO INTER-ATLANTICO S.A.	1.010.053	0,207%	93,146%	MP
63	BCO DIBENS S.A.	1.008.097	0,207%	93,353%	MP
64	ING BANK N.V.	948.974	0,195%	93,547%	MP
65	BCO SANTANDER BRASIL S.A.	931.155	0,191%	93,738%	MP
66	BCO BARCLAYS E GALICIA S.A.	921.324	0,189%	93,927%	MP
67	DRESDNER BANK LATEINAMERIKA AG	909.057	0,186%	94,113%	MP
68	BCO RURAL S.A.	897.511	0,184%	94,297%	MP
69	BCO BANESTES S.A.	849.535	0,174%	94,472%	MP
70	BCO GENERAL MOTORS S.A.	843.344	0,173%	94,645%	MP
71	BCO LLOYDS TSB S.A.	765.432	0,157%	94,801%	MP
72	BCO DO EST. DO CE S.A.	759.062	0,156%	94,957%	MP
73	BCO BMG S.A.	741.885	0,152%	95,109%	PP
74	BCO VOLKSWAGEN S.A.	741.737	0,152%	95,261%	PP
75	BCO PATENTE S.A.	716.015	0,147%	95,408%	PP
76	BCO SUMITOMO BRASILEIRO S.A.	703.293	0,144%	95,552%	PP

	Nome da Instituição Financeira	Saldo em Mil R\$	Participação individual	Participação acumulada	porte
77	BCO CITIBANK S.A.	702.431	0,144%	95,696%	PP
78	BCO EUROPEU P/AM LATINA S.A.	692.826	0,142%	95,838%	PP
79	BCO BNL DO BRASIL S.A.	660.042	0,135%	95,974%	PP
80	BCO PERNAMBUCO S.A. BANDEPE	619.634	0,127%	96,101%	PP
81	BCO ABC BRASIL S.A.	584.684	0,120%	96,221%	PP
82	BCO TOKYO-MITSUBISHI BRASIL SA	557.635	0,114%	96,335%	PP
83	BCO TOKYO S.A.	555.135	0,114%	96,449%	PP
84	BANCO UBS WARBURG S.A.	530.099	0,109%	96,557%	PP
85	BCO SANTOS S.A.	519.948	0,107%	96,664%	PP
86	BCO MATRIX S.A.	515.291	0,106%	96,770%	PP
87	MULTI BCO S.A.	493.571	0,101%	96,871%	PP
88	BCO INTER AMERICAN EXPRESS	481.476	0,099%	96,970%	PP
89	BCO BMO S.A. EM LIQ EXTRAUD	433.058	0,088%	97,058%	PP
90	BCO SUL AMERICA S.A.	429.965	0,088%	97,146%	PP
91	BCO DO EST. DE GO S.A.	384.105	0,079%	97,225%	PP
92	BCO SANTANDER DE NEGOCIOS S.A.	349.556	0,072%	97,297%	PP
93	BCO BOREAL S.A.	333.539	0,068%	97,365%	PP
94	BANFORT BCO FORT LIQ EXTRAUD	332.088	0,068%	97,433%	PP
95	BCO J P MORGAN S.A.	328.842	0,067%	97,501%	PP
96	BCO DO EST. DO AM S.A.	326.656	0,067%	97,568%	PP
97	CRITERIUMBANK ADVISER DTVM LTD	302.165	0,062%	97,629%	PP
98	BCO DO PROGRESSO SA-EM FALENC.	300.406	0,062%	97,691%	PP
99	BCO CACIQUE S.A.	295.788	0,061%	97,752%	PP
100	BCO SISTEMA S.A.	293.958	0,060%	97,812%	PP
101	BCO MERCANTIL EM LIQ EXTRAUD	281.285	0,058%	97,870%	PP
102	AGF BRASEG LEASING S.A.A.M.	280.527	0,058%	97,927%	PP
103	BCO DO EST. DO PA S.A.	274.921	0,056%	97,984%	PP
104	BCO INVESTCRED S.A.	261.261	0,054%	98,037%	PP
105	BCO ITABANCO S.A.	256.460	0,053%	98,090%	PP
106	BCO. BBM COM., CI, CFI S/A	235.005	0,048%	98,138%	PP
107	BCO FENICIA S.A.	231.718	0,048%	98,185%	PP
108	BCO FININVEST S.A.	231.623	0,047%	98,233%	PP
109	BCO AGF BRASEG S.A.	225.736	0,046%	98,279%	PP
110	BCO CREFISUL S.A. LIQ EXTRAUD	219.979	0,045%	98,324%	PP
111	BCO PANAMERICANO S.A.	209.166	0,043%	98,367%	PP
112	BCO LIBERAL S.A.	200.117	0,041%	98,408%	PP
113	BCO WACHOVIA S.A.	199.805	0,041%	98,449%	PP
114	BCO SOFISA S.A.	196.600	0,040%	98,489%	PP
115	BCO CINDAM S.A.	195.431	0,040%	98,530%	PP
116	BCO BRJ S.A.	182.821	0,037%	98,567%	PP
117	BCO ZOGBI S.A.	180.007	0,037%	98,604%	PP
118	BCO DO EST. DO MA S.A.	175.535	0,036%	98,640%	PP
119	BCO RENDIMENTO S.A.	175.199	0,036%	98,676%	PP
120	BCO FLEMING GRAPHUS S.A	164.164	0,034%	98,709%	PP

	Nome da Instituição Financeira	Saldos em Mil R\$	Participação individual	Participação acumulada	porte
121	BCO DO EST. DE SE S.A.	159.936	0,033%	98,742%	PP
122	BCO EST. RONDONIA-EM LIQ.ORDIN	159.412	0,033%	98,775%	PP
123	BCO FINANCIAL PORTUGUES	155.509	0,032%	98,807%	PP
124	BCO SCHAHIN S.A.	151.453	0,031%	98,838%	PP
125	BCO INDUSVAL S.A.	146.151	0,030%	98,868%	PP
126	BCO GULFINVEST S.A.	144.857	0,030%	98,898%	PP
127	BCO ARBI S.A.	138.498	0,028%	98,926%	PP
128	BCO BRASILEIRO COM LIQ EXTRAJ	135.946	0,028%	98,954%	PP
129	BCO EUROINVEST S.A.-EUROBANCO	131.964	0,027%	98,981%	PP
130	BCO EST DE ALAGOAS LIQ EXTRAJ	130.552	0,027%	99,008%	PP
131	BCO MARKA S.A.	121.281	0,025%	99,032%	PP
132	BCO SANTANDER CENTRAL HISPANO	119.915	0,025%	99,057%	PP
133	BCO MARTINELLI-EM LIQ.EXTRAJUD	112.899	0,023%	99,080%	PP
134	BCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.	111.891	0,023%	99,103%	PP
135	BCO CREDIT SUISSE FBG S.A.	99.741	0,020%	99,124%	PP
136	PARAIBAN-BCO DO EST DA PB	99.603	0,020%	99,144%	PP
137	BCO CREDIBEL S.A.	96.996	0,020%	99,164%	PP
138	BCO REDE S/A	96.369	0,020%	99,184%	PP
139	CONTINENTAL BCO S.A.	96.070	0,020%	99,203%	PP
140	BCO DO EST. DO AC S.A.	89.638	0,018%	99,222%	PP
141	BCO BRASCAN S.A.	89.008	0,018%	99,240%	PP
142	BCO DIGIBANCO S.A.	86.769	0,018%	99,258%	PP
143	BCO DAYCOVAL S.A.	85.768	0,018%	99,275%	PP
144	BCO PEBB S.A.	85.597	0,018%	99,293%	PP
145	BCO DO EST. DO PI S.A.	83.742	0,017%	99,310%	PP
146	BCO OURINVEST S.A.	83.082	0,017%	99,327%	PP
147	BCO EST MATO GROSSO-EM LIQ.ORD	82.754	0,017%	99,344%	PP
148	BCO LAVRA SA EM LIQ. EXTRAJUD	82.337	0,017%	99,361%	PP
149	BCO TENDENCIA S.A.	79.354	0,016%	99,377%	PP
150	BCO TRIANGULO S.A.	79.013	0,016%	99,393%	PP
151	BANCO UNION - BRASIL	76.027	0,016%	99,409%	PP
152	BCO HNF S.A.	74.373	0,015%	99,424%	PP
153	BCO FITAL S.A.	73.157	0,015%	99,439%	PP
154	BCO FONTE CINDAM S.A.	71.152	0,015%	99,454%	PP
155	BCO PORTO REAL S.A.	70.063	0,014%	99,468%	PP
156	BCO DESTAK S.A.	69.483	0,014%	99,482%	PP
157	BCO GUANABARA S.A.	66.099	0,014%	99,496%	PP
158	BCO DIMENSAO S.A.	65.723	0,013%	99,509%	PP
159	BCO EQUATORIAL S.A.	65.133	0,013%	99,523%	PP
160	BCO ARAUCARIA S.A.	63.124	0,013%	99,536%	PP
161	BCO UNITED S.A.	63.076	0,013%	99,549%	PP
162	BCO IOCHPE S.A.	60.860	0,012%	99,561%	PP
163	BCO INTERUNION S.A EM LIQ EXT	60.319	0,012%	99,574%	PP
164	BCO GE CAPITAL S.A.	60.527	0,012%	99,586%	PP

	Nome da Instituição Financeira	Saldos em Mil R\$	Participação individual	Participação acumulada	porte
165	BCO VR S.A.	59.023	0,012%	99,598%	PP
166	BCO INTERCAP S.A.	58.783	0,012%	99,610%	PP
167	BCR BCO CRED. REAL S.A.	57.920	0,012%	99,622%	PP
168	BANCO BANIF PRIMUS S.A.	57.645	0,012%	99,634%	PP
169	PARANA BCO S.A.	57.023	0,012%	99,646%	PP
170	BCO PROSPER S.A.	53.931	0,011%	99,657%	PP
171	BCO PAULISTA S.A.	53.444	0,011%	99,668%	PP
172	BCO VEGA S.A.-EM LIQ.EXTRAJ.D	52.731	0,011%	99,679%	PP
173	BANCO INTERFINANCE S.A.	51.141	0,010%	99,689%	PP
174	BCO FRANCES URUGUAY S.A.	50.501	0,010%	99,699%	PP
175	BCO FICSA S.A.	48.371	0,010%	99,709%	PP
176	BCO OPPORTUNITY S.A.	43.478	0,009%	99,718%	PP
177	BCO MORADA S.A.	43.163	0,009%	99,727%	PP
178	CREDINVEST CFI S.A.	42.369	0,009%	99,736%	PP
179	BANCO VETOR S.A.	41.347	0,008%	99,744%	PP
180	BCO FATOR S.A.	40.537	0,008%	99,752%	PP
181	BCO.HEXABANCO SA-EM LIQ.EXTRAJ	38.794	0,008%	99,760%	PP
182	BCO PECUNIA S.A.	38.104	0,008%	99,768%	PP
183	BCO LUSO BRASILEIRO S.A.	37.872	0,008%	99,776%	PP
184	BCO LA PROVINCIA DE B AIRES	35.951	0,007%	99,783%	PP
185	MILBANCO S.A.-EM LIQ.EXTRAJ.	35.857	0,007%	99,791%	PP
186	BCO NACOES S.A.	34.718	0,007%	99,798%	PP
187	BFI-BCO FIN.INTERN.-EM FALENCI	34.658	0,007%	99,805%	PP
188	BANCO UNIVERSAL S.A	34.542	0,007%	99,812%	PP
189	BCO BRASIL-IRAQ.-EM LIQ.ORD	33.563	0,007%	99,819%	PP
190	BANCO JOHN DEERE S.A.	33.390	0,007%	99,826%	PP
191	EXPRINTER LOSAN S.A. CFI	33.284	0,007%	99,833%	PP
192	BCO DO EST. DE RR S.A.	31.836	0,007%	99,839%	PP
193	BCO TRICURY S.A.	28.242	0,006%	99,845%	PP
194	BCO EST.AMAPA-EM LIQ.ORD.	27.369	0,006%	99,850%	PP
195	BCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA	25.741	0,005%	99,856%	PP
196	BCO AXIAL SA	24.803	0,005%	99,861%	PP
197	BCO PINE S.A.	24.758	0,005%	99,866%	PP
198	BANCO SHECK S.A.	23.747	0,005%	99,871%	PP
199	BCO RIBEIRAO PRETO S.A.	23.613	0,005%	99,876%	PP
200	BCO A.J. RENNER S.A.	23.022	0,005%	99,880%	PP
201	BCO CEDULA S.A.	22.612	0,005%	99,885%	PP
202	BCO INTERIOR DE SP S.A.	22.493	0,005%	99,890%	PP
203	BCO EMPRESARIAL-EM LIQ.EXTRAJ.	21.032	0,004%	99,894%	PP
204	BCO CAMBIAL S.A.	20.992	0,004%	99,898%	PP
205	BCO CLASSICO S.A.	20.985	0,004%	99,903%	PP
206	BCO CRUZEIRO DO SUL S.A.	19.955	0,004%	99,907%	PP
207	BCO STERLING S.A.	19.900	0,004%	99,911%	PP
208	BCO EMBLEMA S.A.	19.802	0,004%	99,915%	PP

	Nome da Instituição Financeira	Saldos em Mil R\$	Participação individual	Participação acumulada	porte
209	BCO PRIME INVESTIMENTOS S.A.	19.674	0,004%	99,919%	PP
210	BCO BVA S.A.	18.944	0,004%	99,923%	PP
211	BCO LA REP ORIENTAL URUGUAY	18.586	0,004%	99,926%	PP
212	BCO REGIONAL MALCON S.A.	17.944	0,004%	99,930%	PP
213	BCO MATONE S.A.	17.937	0,004%	99,934%	PP
214	BCO VARIG S.A.	17.694	0,004%	99,937%	PP
215	BCO INTERPART S.A.	17.684	0,004%	99,941%	PP
216	BCO MISASI INV S.A.	17.403	0,004%	99,945%	PP
217	BCO FICRISA AXELRUD S.A.	17.392	0,004%	99,948%	PP
218	BCO BGN S.A.	17.066	0,003%	99,952%	PP
219	BCO LA NACION ARGENTINA	16.678	0,003%	99,955%	PP
220	BCO MINAS S.A.	16.516	0,003%	99,959%	PP
221	BCO SANTOS NEVES S.A.	16.510	0,003%	99,962%	PP
222	BCO INDUSCRED S.A.	16.476	0,003%	99,965%	PP
223	BCO FINANSINOS S.A.	16.261	0,003%	99,969%	PP
224	BCO ROYAL DE INVESTIMENTO S.A.	16.219	0,003%	99,972%	PP
225	BCO GERDAU S.A.	15.272	0,003%	99,975%	PP
226	BCO POTTENCIAL S.A.	14.316	0,003%	99,978%	PP
227	BCO TECNICORP S.A.	12.903	0,003%	99,981%	PP
228	BCO MAXINVEST S.A.	12.415	0,003%	99,983%	PP
229	BCO AMERICAN EXPRESS S.A.	10.946	0,002%	99,985%	PP
230	BANCO OK DE INVESTIMENTOS S.A.	9.936	0,002%	99,987%	PP
231	BCO COMERCIAL SP EM LIQ. ORDIN.	9.036	0,002%	99,989%	PP
232	BCO PERFORMANCE DE INVEST S.A.	8.394	0,002%	99,991%	PP
233	BCO THECA S.A.	8.222	0,002%	99,993%	PP
234	PLANIBANC DTVM S.A.	6.696	0,001%	99,994%	PP
235	BCO PORTO SEGURO SA-LIQ. EXTRAJ	6.312	0,001%	99,995%	PP
236	BANCO DRACMA S.A.	6.203	0,001%	99,997%	PP
237	BCO CAPITAL S.A.	4.841	0,001%	99,998%	PP
238	BANCRED S/A DTVM	4.722	0,001%	99,999%	PP
239	TOTAL S.A. DTVM	2.902	0,001%	99,999%	PP
240	BCO CREDIPLAN S.A.	2.559	0,001%	100,000%	PP
241	BCO COMERCIAL PARAGUAYO S.A.	1.222	0,0003%	100,000%	PP
	TOTAL	487.751.347	100,000%		

GP – grande porte

MP – médio porte

PP – pequeno porte

Fonte: Banco Central e banco de dados Austin Asis

3 - INFORMAÇÕES GERAIS - INDICADORES

ADEQUAÇÃO DO CAPITAL	
1 Capitalização	$(\text{Patrimônio Líquido} / \text{Captação Total}) * 100$
2 Imobilização	$((\text{Ativo Permanente} - \text{Imobiliz. Arrendamento}) / \text{Patrimônio Líquido}) * 100$
3 Capital de Giro	$((\text{Patrimônio Líquido} - \text{Ativo Permanente}) / \text{Patrimônio Líquido}) * 100$
4 Alavancagem	$((\text{Captação Total} - \text{Carteira de terceiros}) / \text{Patrimônio Líquido}) * 100$
LIQUIDEZ	
5 Encaixe	$(\text{Disponibilidades} / \text{Depósitos a Vista}) * 100$
6 Dependência do Interbancário	$(\text{Depósitos Interbancários} / \text{Captação Total}) * 100$
7 Solvência Corrente	$(\text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}) * 100$
8 Gap de Prazo	$(\text{Realizável LP} / \text{Exigível LP} + \text{PL}) * 100$
9 Liquidez Imediata	$(\text{Disponibilidades} + \text{AIL} + \text{TVM} / \text{Depósitos Totais} + \text{Cap. Merc. Aberto}) * 100$
QUALIDADE DO ATIVO	
10 Inadimplência	$(\text{Oper. Créd. Lq. Duvidosa} + \text{Atraso} / \text{Oper. Crédito Bruto} + \text{Leasing} + \text{Carteria Câmbio}) * 100$
11 Provisionamento	$(\text{PCLD} / \text{Operações de Crédito Bruto} + \text{Leasing} + \text{Carteria de Câmbio}) * 100$
12 Cobertura com Provisões	$(\text{PCLD} / \text{Oper. Créd. Lq. Duvidosa} + \text{Atraso}) * 100$
13 Comprometimento	$(\text{Oper. Créd. Lq. Duvidosa} + \text{Atraso} / \text{Patrimônio Líquido} + \text{PCLD}) * 100$
14 Write-Off / Créditos Bruto	$(\text{Credidos Baixados contra Provisões} / \text{Operações Créditos Bruto}) * 100$
CUSTO	
15 Intermediação	$(\text{DIF} / \text{Captação Total}) * 100$
16 Pessoal	$(\text{Despesa Pessoal} / \text{Captação Total}) * 100$
17 Administrativo	$(\text{Despesas Administrativas} / \text{Captação Total}) * 100$
18 Custo Total	$(\text{DIF} + \text{Pessoal} + \text{Adm.} + \text{Tributária} / \text{Captação Total}) * 100$
19 Overhead Ratio	$(\text{Despesa Pessoal} + \text{Adm.} / \text{Result. Intermed. Financeira} + \text{Rec. Serviços}) * 100$
RENTABILIDADE	
20 Geração de Rendas	$(\text{RIF} / \text{Aplicação Total}) * 100$
21 Margem Bruta	$(\text{Resultado Bruto Interm. Financ.} / \text{RIF} + \text{Rec. Serviços})$
22 Margem Operacional	$(\text{Resultado Operacional} / \text{RIF} + \text{Rec. Serviços})$
23 Margem Líquida	$(\text{Resultado Líquido} / \text{RIF} + \text{Receita de Serviços})$
24 Rentabilidade do PL	$(\text{Resultado Líquido} / \text{Patrimônio Líquido})$
25 Retorno sobre Ativo	$(\text{Resultado Líquido} / \text{Ativo Total}) * 100$
26 Rentabilidade Ativ. Bancária	$((\text{Res. Operacional} - \text{Res. Equiv.} - \text{Outras Receitas} / \text{Patrimônio Líquido}) * 100$
INDICADORES DE GESTÃO	
27 Spread	$((1 + \text{Geração de Renda}) / (1 + \text{Custo Intermediação}) - 1) * 100$
28 Rent Câmbio	$(\text{Resultado de Câmbio} / \text{Carteira de Câmbio}) * 100$
29 Rent Tesouraria	$(\text{Resultado TVM} + \text{Rendas AIL}) / (\text{AIL} + \text{TVM}) * 100$
30 Concentração em Crédito	$((\text{Operações de Crédito} + \text{Outros Créditos}) / \text{Aplicação Total}) * 100$
31 Taxa Cresc. do PL	$((\text{PL ano atual} / \text{PL ano anterior}) - 1) * 100$
32 Geração de Caixa/PL	$((\text{LL} + \text{Depreciação} + \text{DPCLD} - \text{Res. Cont. Colig}) / \text{PL}) * 100$
33 Custo Operacional	$((\text{Despesas de Pessoal} + \text{Despesas Adm.}) / \text{Ativo Total}) * 100$

Aplicação Total + Ativo Total - Relações Interdependências - Ativo Permanente

Captação Total + Passivo Total - Relações Interdependências - Patrimônio Líquido

PCLD - Provisão para Crédito Liquidação Duvidosa

AIL - Aplicação Interfinanceira de Liquidez

TVM - Títulos e Valores Mobiliários

RIF - Receita da Intermediação Financeira

DIF - Despesa da Intermediação Financeira

Os diversos ângulos do desempenho das instituições financeiras são avaliados, nas análises individualizadas, por meio de 33 indicadores reunidos em cinco grupos:

Adequação do Capital - Avalia a capitalização, a imobilização, capital de giro e alavancagem. Mede se a instituição possui recursos próprios adequados.

Liquidez - Avalia se a instituição possui de recursos em dinheiro e/ou aplicados para fazer frente aos depósitos e captações.

Qualidade do Ativo - Avalia a qualidade dos ativos da instituição no que se refere a créditos concedidos, avalia se a instituição adota uma política conservadora de provisionamento e se o patrimônio está comprometido com os créditos problemáticos.

Custo - Avalia a estrutura de custo (captação, pessoal, administrativo e overhead ratio)

Rentabilidade - Avalia se o resultado auferido está condizente com o segmento de atuação.

Indicadores de Gestão - Avalia a eficiência da gestão e o posicionamento estratégico da instituição.

5 - BIBLIOGRAFIA

AUSTIN ASIS Software - (junho 1989/junho 2000) - Banco de Dados da Austin Asis Consultores

BANCO CENTRAL DO BRASIL (27 de novembro 1997) Banco de Dados/ Relatório de empresas submetidas a regime especial entre 1º janeiro de 1946 e 27 de novembro de 1997.

BANCO CENTRAL DO BRASIL *Evolução da Economia após o Plano Real*. Julho de 1996. Separata do Boletim mensal.

BANCO CENTRAL DO BRASIL Sisbacen

BANCO CENTRAL DO BRASIL *Suplemento Estatístico*. Março e setembro de 1995 e 1996 e dezembro de 1997

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Banco Central e os dois anos do Real*. Julho de 1996

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Boletins mensais*. Várias edições

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Informações Econômicas disponíveis no site: www.bcb.gov.br

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório Anual*. 1994 a 2000

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Três Anos de Real*. Documentos da Presidência da República, Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento e orçamento. Brasília, 1997

BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS. 66th Annual Report. 1996.

BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS. *International Banking and Financial Market Developments*. Monetary and Economic Department. Basle. Fevereiro de 1998

BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS. *The BIS Statistics on International Banking and Financial Market Activity*. Monetary and Economic Department. Basle. Agosto de 1995.

BARROS, José Roberto Mendonça de & ALMEIDA JÚNIOR, Mansueto Facundo. *A Reestruturação do Sistema Financeiro no Brasil*. Ministério da Fazenda. Secretaria de Política Econômica, Brasília, agosto de 1996.

BARROS, José Roberto Mendonça de & LOYOLA, Gustavo & BOGDANSKI, J. *Reestruturação do Setor Financeiro*. Ministério da Fazenda e secretaria de Política Econômica, Brasília. Janeiro de 1998.

BIS POLICY PAPERS. *Bank Restructuring in Practice*. Policy Paper no. 6. Bank For International Settlements. Monetary and Economic Department. Basel, Agosto de 1999.

BORISH, M.S. & LONG, M.F. & NOEL, M. *Restructuring Banks and Enterprises: Recent Lessons from Transitions Countries*. World Bank Discussion Paper, 279. Washington, DC. 1994.

CANUTO, Otaviano & LIMA, Gilberto Tadeu. *Crises Bancárias, Redes de Segurança Financeira e Currency Boards em Economias Emergentes*. Texto para Discussão. Instituto de Economia da UNICAMP no. 83, Download via Internet. Setembro de 1999.

CANUTO, Otaviano. *Separações Amigáveis e...* Publicado no jornal O Estado de São Paulo em 4 de maio de 1999.

CANUTO, Otaviano. *Touro Indomável*. Artigo publicado no jornal O Estado de São Paulo em 16 de dezembro de 1997.

CAPRIO, Gerard & KLINGEBIEL, Daniela. *Bank Insolvencies: Cross-Country Experience*. Washington. World Bank. (1996 a)

CAPRIO, Gerard. & KLINGEBIEL, Daniela. *Bank Insolvency: Bad Lucky, Bad Policy or Bad Banking?* Presented to the World Bank Annual Conference on Development Economics. (1996b)

CAPRIO, J.G. & FOLKERTS-LANDAU, JR & LANE, T.D. *Building Sound Finance in Emerging market Economies*. International monetary Fund and World Bank. Washington, DC. 1994.

CARVALHO, Carlos Eduardo (1996). *Bancos e Inflação no Brasil. comentários depois do Real*.

CARVALHO, Carlos Eduardo (janeiro 96) *Crise Bancária Questiona Independência do BCB*. Economia em Perspectiva, Carta de Conjuntura.

CHAMLEY, C & HONOHAN, P. *Taxation of financial Intermediation: Measurement Principles and Applicationh to Five African Countries*. World Bank Policy Research. Working Paper 421. 1996.

CONJUNTURA ECONÔMICA - Bancos - Ranking da Fundação Getúlio Vargas (FGV) / junho 93/junho 94/junho 95/junho 96/junho 97

CONJUNTURA ECONÔMICA, Revista. Os 100 Maiores Bancos. Rio de Janeiro. Várias Edições (1994 a 1999)

CONJUNTURA ECONÔMICA. Revista. Instituto Brasileiro de Economia. Fundação Getúlio Vargas. Junho de 1994, 1995, 1996, 1997, 1998 e 1999.

COSTA & LOPREATO, Fernando Nogueira e Francisco Luiz Cazeiro - *Estratégias de Fusões, Aquisições e Associações dos Grupos Bancários*, Unicamp, 1996. (versão preliminar)

COSTA, Fernando Nogueira da (1998) – *Economia Monetária, uma abordagem pluralista*, Campinas, Unicamp.

COSTA, Fernando Nogueira. *Economia Monetária e Financeira: Uma Abordagem Pluralista*. Instituto de Economia da Unicamp. Primeira versão. Campinas. 1998.

COSTA, Fernando Nogueirada. *Desnacionalização Bancária: construir, destruir, reconstruir*. Artigo. Instituto de Economia (IE). Unicamp. 1997.

DEMIRGÜÇ-KUNT, Asli & DETRAGIACHE, Enrica. *Financial Liberalization and Financial Fragility*. Working Paper 98/83. Research Department. International Monetary Fund. Junho de 1998.

DEMIRGÜÇ-KUNT, Asli & DETRAGIACHE, Enrica. *The Determinants of Banking Crises: Evidence from Developing and Developed Countries*. Working Paper 97/106. Research Department. International Monetary Fund. Setembro de 1997.

DESEMPENHO DOS BANCOS PRIVADOS (1992, 1993, 1994) - Estudos Setoriais Dieese - Linha Bancários.

DREIZZEN, Jacobo Julio. *O conceito de fragilidade financeira num contexto inflacionário*. Dissertação de mestrado - PUC- Rio de Janeiro. 1985

EXAME, Revista. São Paulo. Várias edições.

FEBRABAN. Dados Gerais do Sistema Bancário. Coordenadoria de Comunicação Social. (1994 a 1998)

FERREIRA, Carlos Kawall Leal Ferreira (1995) - *O financiamento da Indústria e Infra-Estrutura no Brasil: Crédito de Longo Prazo e Mercados de Capitais*. Tese de doutoramento/ Unicamp - IE

FMI. World Economic Outlook. IMF World Economic and Financial Surveys. Washington: International Monetary Fund. 1996, 1997 e 1998.

GARCÍA-HERRERO, Alicia. *Banking Crises in Latin America in the 1990s: Lessons from Argentina, Paraguay and Venezuela*. Monetary and Exchange Affairs Department. Working Paper 97/140. International Monetary Fund. Washington, Outubro de 1997.

GARCÍA-HERRERO, Alicia. *Monetary Impact of a Banking Crisis and the Conduct of Monetary Policy*. Working Paper 97/124. International Monetary Fund. Washington, 1997.

GAZETA MERCANTIL, Revista Balanço Anual. Várias Edições.

GAZETA MERCANTIL, Várias Edições (1994 –2000)

GOLDSTEIN, Morris & TURNER, Philip. *Banking Crises in Emerging Economies: Origins and Policies Options*. Bank For International Settlements (BIS). Economic Paper no. 46. Basle. Outubro de 1996.

GRAF, Pablo. *Policy Responses to the banking crisis in Mexico, in Bank Restructuring in Practice*. Policy Paper no. 6. Bank For International Settlements. Monetary and Economic Department. Basel, Agosto de 1999.

GUIMARÃES, Pedro. *Sistema Bancário Brasileiro*. Departamento Econômico do Banco Bozano, Simonsen. 18 de outubro de 1999.

HAWKINS, John & TURNER, Philip. *Bank Restructuring in Practice: an Overview*, in Bank Restructuring in Practice. Policy Paper no. 6. Bank For International Settlements. Monetary and Economic Department. Basel, Agosto de 1999.

HAWKINS, John. *Bank Restructuring in South-East Ásia*, in Bank Restructuring in Practice. Policy Paper no. 6. Bank For International Settlements. Monetary and Economic Department. Basel, Agosto de 1999.

HONOHAN, P & VITTAS, D. *Bank Regulation and the Network Paradigm: Policy Implications for Developing and Transitions Economies*. The World Bank Policy Research. Working Paper 1631. 1996.

HONOHAN, Patrick. *Banking System Failures in Developing and Transition Countries: Diagnosis and Prediction*. Bank For International Settlements. Working Paper no. 39. Basle. janeiro de 1997.

HUMBERG, Mário Ernesto. *As Mudanças no Sistema Bancário e os Riscos para os Clientes*. São Paulo. Editora CL-A . 1996

IBGE/ANDIMA. *Sistema Financeiro: Uma Análise a partir das Contas Nacionais. 1990-1995*. Rio de Janeiro, 1997.

KAMINSKY, Graciela & REINHART, Carmen. *The Twin Crises: The Causes of Banking and Balance of Payments Problems*. Board of Governors of the Federal Reserve System and the International Monetary Fund. 1995.

KINDLEBERGER, Charles P. *Manias, Pânico e Crashes: um Histórico das Crises Financeiras*. Tiragem Especial para a Gazeta Mercantil. Editora Executiva. Porto Alegre. 1992.

KPMG. *Fusões e Aquisições*. São Paulo. 1999 e 2000.

LAGUNOFF, Roger D. & SCHREFT, Stacey. *A Model of Financial Fragility*. Department of Economics. Georgetown University, Washington, D:C. Novembro de 1997 (última revisão: abril de 1998).

LINDGREN, Carl Gillioan Garcia & MATHEW, Saal. *Bank Soundness and Macroeconomic Policy*. International Monetary Fund. Washington. 1996.

MADI, Maria Alejandra Caporale & MEIETE, Patrícia Magali de F. *Tendências Estruturais dos Bancos Privados no Brasil: Dinâmica da Relação entre Bancos e Empresas não-financeiras (1990-1994)*. Textos para Discussão no. 26. IESP/FUNDAP. Agosto de 1995.

MADI, Maria Alejandra Caporale. *Política Monetária no Brasil: Uma Interpretação Pós-Keynesiana*. Tese de doutoramento/ Unicamp- IE. 1993

MAIA, Geraldo. *Restructuring the banking System – the Case of Brazil, in Bank Restructuring in Practice*. Policy Paper no. 6. Bank For International Settlements. Monetary and Economic Department. Basel, Agosto de 1999.

MAIORES E MELHORES (1990 a 1997) - Revista Exame

MC CLAW, W.D. *Portfolio selection : efficient diversification of investments*. New York, J. Wiley, 1959

MENDONÇA DE BARROS, J.R. & ALMEIDA JR., M. *Análise do Ajuste do Sistema Financeiro Brasileiro*. Brasília, Ministério da Fazenda/Secretaria de Planejamento Econômico. Abril 1997.

MINSKY, Hyman. *Stabilizing an Unstable economy*. New Haven/London, Yale University Press. 1986

MISHKIN, Frederick. *Asymetric Information and Financial Crises: a Developing Country Perspective*. Paper prepared for World Bank Annual conference on Development Economics. Washington. Abril de 1996.

MISHKIN, Frederick. *Preventing Financial Crises: an International Perspective*. Manchester School. Volume 62. página 1-40. 1994.

NÓBREGA, Mailson da. *Outlook for the Brazilian Financial Market*. São Paulo. Trend Consultoria Econômica For Deutsche Bank. Março de 1997.

OS BANCOS. Relatório da Gazeta Mercantil. Vários. 1993 a 2000.

PAULA, Luiz Fernando Rodrigues. *Características, Mudanças Estruturais e Desempenho do Sistema Bancário Privado no Brasil em Alta Inflação*. UFRJ. 1996.

PAULA, Luiz Fernando Rodrigues. *Comportamento dos Bancos em Alta Inflação: Uma Abordagem Pós-Keynesiana*, Texto para Discussão, UFRJ - Instituto de Economia Industrial. Março de 1996.

RADECO DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL S/C LTDA. *Sistema Financeiro Brasileiro: Evolução e Perspectivas*. Estudo Reservado. Junho de 1996.

RAMOS, Ana Paula & GONÇALVES, Robson Ribeiro. *Estabilização e Demanda Efetiva: Uma Interpretação Pós-Keynesiana dos Primeiros Meses do Plano Real*. Economia & Empresa. Universidade Mackenzie. Volume 3. Número 4. Outubro/Dezembro de 1996. Página 20.

RAMOS, Ana Paula. *Estabilização e Política Econômica: A Experiência do Plano Real*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Novembro de 1998.

RANKING FEBRABAN - (1990 a 1997) ativo total/ operações de crédito/ depósitos totais.

REED, Edward & GILL, Edward. *Bancos Comerciais e Múltiplos*. Makron Books. São Paulo. 1994.

RELATÓRIO BANCOS (1990 a 2000) Gazeta Mercantil

REVISTA BANCÁRIA BRASILEIRA. Rio de Janeiro. Várias Edições.

ROCHA, Fabiana. *Falência Bancária no Brasil: um modelo de risco proporcional*. Departamento de Economia da Faculdade de Economia e Administração da USP, texto para discussão, 1998.

RODRIGUES DE PAULA, Luiz Fernando. *Comportamento dos Bancos em Alta Inflação: Teoria e Experiência Brasileira Recente*. Tese de Doutorado. unicamp. Campinas. 1997.

RODRIGUES DE PAULA, Luiz Fernando. *Dinâmica da firma bancária em alta inflação*. Revista de Economia Política, volume 17, no. 1 (65), janeiro-março de 1997.

ROJAS-SUÁREZ, Liliana & WEISBROD, Steven. *Achieving Stability in Latin American Financial Markets in the Presence of Volatile Capital Flows*, in Hausmann and Rojas-Suárez. página 61 a 99. (1996b)

ROJAS-SUÁREZ, Liliana & WEISBROD, Steven. *The do's and don'ts of banking crises management*, in Hausmann and Rojas-Suárez. página 119 a 157. (1996a)

STIGLITZ, Joseph. *What Have We Learned from Recent Crises: Implications for Banking and Regulations*. Remarks at the Conference "Global Financial Crises". Federal Reserve Bank of Chicago. Chicago. Maio de 1999.

SUMA ECONÔMICA. Revista. Várias Edições.

TAVARES, Maria da Conceição. *Bacen: Pergunta sem Resposta*. Artigo publicado na Folha de São Paulo em 8 de março de 1996.

TAVARES, Maria da Conceição. *Entre a Propaganda e a Realidade*. Artigo publicado na Folha de São Paulo em 1º. de fevereiro de 1998.

TAVARES, Maria da Conceição. *Entre o Dr. Pangloss e o Bucaneiro*. Publicado na Folha de São Paulo em 30 de junho de 1996.

TAVARES, Maria da Conceição. *A Crise Bancária Nacional e Internacional*. Publicado na Folha de São Paulo em 28 de julho de 1996.

THE ECONOMIST - Surveys sobre Crise Bancária. Publicados na Gazeta Mercantil de 27 de maio de 1996 e de 16 de abril de 1997.

THE ECONOMIST. Fragile, handle with care: a Survey of Banking in Emerging markets. 12 de abril de 1997.

TIME – Folha de São Paulo. *Os Bancos e o Narcotráfico: uma controvertida operação policial americana revela como se lava dinheiro na América Latina*. Volume 1 número 9. 28 de maio de 1998.

TRICHES, Divanildo. *Demanda Por Moeda no Brasil e a Causalidade entre as Variáveis Monetárias e a Taxa de Inflação: 1972/87*. Dissertação de Mestrado. 16º. Prêmio BNDES de Economia. Rio de Janeiro. 1992

TROSTER, Luís Roberto. *O Capital Mínimo dos Bancos no Brasil*. in Revista Economia e Empresa. volume 2 número 2. páginas 13-34. abril/junho de 1995.

TROSTER, Roberto Luís . *Overbanking no Brasil*. Makron Books. São Paulo. 1997

TROSTER, Roberto Luís. *Regulamentação Prudencial no Brasil*. Tese de Doutorado FEA/USP. 1994

TURNER, Philip & GOLDSTEIN, Morris. *Banking Crises in Emerging Economies: Origins and Policy Options* – Basle, BIS Economic Paper, número 46. Outubro de 1996.

UCELLI, Priscila. *Crédito Privado Pós-Plano Real*. Monografia/ Unicamp-IE. 1996

VELLOSO, João Paulo dos Reis. *As Perspectivas do Brasil e o Novo Governo*. Fórum Nacional. Nobel. São Paulo. 1990